

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**CENDEC** - Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social

# **FÓRUM BRASIL: 1995**

*"Política Industrial e Tecnologia"*

(Transcrição de Fitas)

Data: 31 de outubro de 1994

Local: FIESP - São Paulo

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA

APRESENTA

CONF/090

Nº TOMBO  
19524-3

DATA 03 / 04 / 95

# **FÓRUM BRASIL: 1995**

## **Política Industrial e Tecnologia**

**Fita nº 1**

**31 de outubro de 1994**

### **LADO A**

Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira: Excelentíssimo Sr. Dr. Ailton Barcelos Fernandes, Ministro Interino da Indústria, Comércio e Turismo, companheiro Mário Amato, Presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria, companheiro Rui Martins Altenfelder Silva, Diretor Geral do Instituto Roberto Simonsen, Dr. Antônio José Guerra, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Dr. Renato Balman das Neves, Representante do Escritório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe em Brasília, companheiro Roberto Nicolau Gea, Coordenador do Grupo Permanente de Política Industrial da FIESP, Srs. Diretores da Federação e do Centro das Indústrias, prezados expositores, Srs. debatedores, minhas senhoras e meus senhores. Este fórum faz parte dos debates sobre a definição de uma Política Industrial adequada às necessidades do País, no momento em que o processo de abertura torna-se irreversível entre nós.

Temos certeza de que a discussão em torno desse tema revelará uma síntese de soluções compatíveis com as características brasileiras e com a força de produção do nosso parque produtivo. Depois de muitos meses, estamos na fase final da elaboração de um Programa Básico de Propostas para que possamos participar do mercado internacional em igualdade de condições, e dentro dos princípios éticos que regem o relacionamento com a produção de outros países. Se ainda há divergências sobre detalhes desse programa, existe consenso sobre premissas fundamentais, algumas de caráter conjuntural. A brusca valorização cambial do Real, por exemplo, que beneficia os industriais do exterior e prejudica nossa indústria exportadora, com uma forte

defasagem em relação ao dólar, é uma medida governamental que não se inspira numa estratégia correta. Simultaneamente à valorização cambial, convivemos com a diminuição, e mesmo, a diminuição das alíquotas de importação. Enquanto isso, os altos juros e a pesada carga tributária continuam penalizando a produção, nos transformando em exportadores de impostos, uma situação com conhecidas e graves repercussões sociais. Não podemos pagar juros mensais com os mesmos índices anuais dos juros pagos pelos empresários de outros países. Isso não é abertura comercial. É suicídio. É consenso que precisamos remover todos os obstáculos que compõem o chamado fator Brasil, para que enfrentemos uma exposição externa de maneira equilibrada. Faltam-nos ferramentas essenciais para isso, como a implementação de uma lei antidumping, que nos proteja, de fato, da concorrência desleal do exterior. E de leis que defendam a concorrência interna e que não se restrinjam ao exclusivo exercício do controle de preços. Precisamos, também, de financiamentos em condições compatíveis com o retorno dos investimentos. Não podemos deixar que os resultados e as perspectivas gerados pelos avanços tecnológicos, escoem pelo ralo da falta de vontade política. De nada valerá o esforço de capacitação empreendido pela indústria, nos últimos anos, nem o sacrifício de toda a sociedade, se a estabilização da economia não for consolidada. Precisamos de estabilização e crescimento e de uma Política Industrial e Tecnológica que reflita as verdadeiras condições do País. Isso exige mudanças profundas que façam surgir uma verdadeira aliança entre Governo, trabalhadores e empresários. Os debatedores deste fórum, melhor do que eu, poderão discorrer sobre esse tema. O importante é conseguir chegar a propostas com um grau de transparência e eficácia que possam iluminar um cenário complexo, e ainda confuso. Para isso, estamos trabalhando, e temos certeza que a participação democrática está trazendo aos debates todas as nuances que deverão compor uma estratégia de longo prazo que viabilize uma arrancada para o desenvolvimento. Muito obrigado. Eu, imediatamente, passo a palavra ao Dr. Antônio José Guerra, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

Dr. Antônio José Guerra: Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, digno Presidente da FIESP, Dr. Mário Amato, Presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Aílton Barcelos Fernandes, Ministro Interino da Indústria, Comércio e Turismo, Dr. Renato Neves, Representante da CEPAL em Brasília, Dr. Rui Martins, Diretor Geral do Instituto Roberto Simonsen, demais autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores. As minhas primeiras palavras são de saudação, em nome do IPEA e da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, a todos os presentes. Queremos, nesse momento, agradecer essa oportunidade que nos está sendo dada, tanto pela FIESP como pelo Instituto Roberto Simonsen, desse debate a respeito de um tema tão importante para o momento nacional. Nós queremos agradecer a todos que estão aqui neste momento para participar desses debates, e dizer que o IPEA está esperando desse fórum subsídios para fornecer ao próximo Governo, ao Governo eleito, e que tomará posse em 1º de janeiro, para que esses subsídios possam ser úteis na definição de suas diretrizes e das suas políticas. Esse fórum se insere num contexto bem maior de ações e de eventos que estão sendo realizados sob a coordenação do IPEA, que inclui vários trabalhos que estão sendo feitos sob o rótulo de Estudos para Subsidiar a chamada Reforma do Estado, um projeto mais amplo que nós denominamos, também, lá no IPEA, de Diagnósticos, Indicadores e Cenários, onde envolve o desenvolvimento de vários temas de importância nacional, e que sendo geradas informações que serão, sem dúvida, úteis para a definição das políticas e diretrizes para o novo Governo. Também estamos definindo no IPEA, para servir de elo e de meio para que as informações possam fluir para quem de direito, um grande projeto denominado Rede IPEA, que pretende colocar aquela instituição em contato com outras instituições nacionais e internacionais, em termos de informações, indicadores, para o planejamento. Estamos, também, dentro dessas, desse elenco de prioridades de 1994, no IPEA, retomando a atividade de capacitação dos recursos humanos para o planejamento do desenvolvimento do País, colocada à margem nos anos passados e que necessita uma retomada neste momento. Então essas são, mais ou menos, as prioridades, em rápidas palavras, que nós estamos cumprindo, nesse ano de 94, e esse

fórum, portanto, se insere dentro dessas prioridades. O que se espera de fórum, desses debates, dessas exposições, desses depoimentos aqui, o que se espera é que, realmente, eles possam surtir os efeitos que se espera em termos de documentos, que possam ser úteis para o próximo Governo na definição das suas linhas de ação. Acho perfeitamente salutar esse debate, essa parceria com a iniciativa privada na discussão desses temas, no momento em que se prega e se delinea uma retirada do Estado em vários campos da atividade econômica, com a desestatização, com as definições de linhas de ação que norteiam, para que ele fique um pouco menor. Essa parceria com a iniciativa privada, neste momento, é de uma importância vital. Me alegra bastante, também, o interesse, que agora estava comentando com o Presidente do Instituto Roberto Simonsen, que as pessoas e a sociedade em geral estão tendo neste tipo de debate. Eu acho que é um momento importante para a sociedade brasileira, esse tipo de encontro, e esse tipo de fórum e discussão. A nossa esperança, e eu falo, aqui, em nome da nossa Presidente, Dr<sup>a</sup>. Aspásia Camargo, que estará presente daqui a pouco, aqui, que teve que permanecer no Rio pela manhã para participar de uma importante reunião sobre o problema do Rio de Janeiro, que todos já conhecem, através da imprensa, mas que estará daqui a pouco conosco. Então, estou falando em nome dela, também, e gostaria de desejar, durante este dia de debates, de discussões, um dia muito proveitoso para os destinos desse País, no que toca a esse tema tão importante, que é a questão da Política Industrial. Essa parceria do Governo, através do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e da SEPLAN, IPEA, com a sociedade, só poderá surtir os efeitos que se espera. Gostaria então de, em nome da SEPLAN, em nome do IPEA, que em última análise é o organizador desse seminário, desse fórum, com o apoio decisivo da FIESP e do Instituto Roberto Simonsen, bastante sucesso nas discussões e nos debates durante este dia. Muito obrigado.

Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira: Eu queria dizer aos presentes que está entre nós o Dr. Raul Jungmann, Secretário Executivo da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, que aqui representa o Ministro do Planejamento, Beni Veras. Sinta-se participe da mesa, meu caro Jungmann.

Dou a palavra, neste momento, ao companheiro e amigo Mário Amato, Presidente em exercício da CNI.

Dr. Mário Amato: Excelentíssimo Dr. Aílton Barcelos Fernandes, Ministro Interino da Indústria, Comércio e Turismo, Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Dr. Rui Martins Altenfelder Silva, Diretor Geral do Instituto Roberto Simonsen, Dr. Antônio José Guerra, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Dr. Renato Balman das Neves, Representante do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe em Brasília, Dr. Roberto Nicolau Gea, Coordenador do Grupo Permanente em Política Industrial da FIESP e CIESP, senhores, meus companheiros da federação e das indústrias, senhores expositores, senhores debatedores, e demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores. A realização deste fórum reveste-se de grande importância para a indústria brasileira e para o País. Nos últimos anos, uma nova revolução industrial tem agitado o mundo. Uma revolução centrada em novas tecnologias de informação e novas técnicas gerenciais. Como não poderia deixar de ser, a indústria brasileira tem procurado se adaptar a esse novo ambiente, a partir de uma série de mudanças promovidas a título de política industrial, centralizadas na redução do grau de proteção da indústria nacional. A pergunta que todos nós fazemos, no entanto, é se essa estratégia é suficiente, e se, na verdade, pode ser denominada, apropriadamente, de Política Industrial. Tudo indica que não. Se é verdade que nos últimos anos temos atacado as ineficiências e aumentado a competitividade dentro da empresa, fora dela o que temos observado é uma verdadeira política anticompetitiva. Afora a inflação gigantesca, em boa hora atacada através de um plano de estabilização, mas que exige grande atenção por parte do Governo e do setor produtivo e da própria população, as empresas enfrentam uma luta desigual, em mercados cada vez mais competitivos, por conta da deterioração da infra-estrutura, do sistema tributário, exportador de impostos, e da queda da qualidade da educação básica. Acredito que é chegado o momento da formação de uma agenda positiva para o setor industrial. E, nesse sentido, a iniciativa do IPEA e da FIESP de

estimurarem uma ampla reflexão e formação de alternativas, através da realização deste fórum, merece o mais vigoroso entusiasmo por parte da Confederação Nacional da Indústria. A definitiva estabilização da economia, a redução das chamadas assimetrias competitivas, que nos afastam dos nossos principais parceiros, a geração de instituições e de um ambiente compatível - uma fase de inovação -, a adaptação dos instrumentos da Política Industrial no resultado da rodada Uruguai e do GATT, a ampliação da qualidade da educação básica, todos esses itens, provavelmente, obterão o consenso na formação de uma agenda para o setor industrial. Há, no entanto, um ponto que eu gostaria de destacar como imprescindível, que, depois, se me for dada oportunidade, eu gostaria de externar com maior detalhe. Refiro-me à necessidade de uma instituição que tome a si o gerenciamento e o acompanhamento dessa agenda. É a minha experiência que sugere da importância que temos de um Ministério da Indústria, do Comércio, do Turismo, preparado, estruturado, e com uma liderança forte, capaz de atuar como capitalizador de nova estratégia industrial, voltada para a eficiência, a competitividade, e para a inserção do Brasil na revolução industrial que se observa no mundo cada vez mais globalizado. Gostaria que os debates que se realizarão nesse fórum pudessem levar em conta essa idéia, juntamente com os itens da agenda que me referi, como uma modesta contribuição a esse importante trabalho. Quero cumprimentar mais uma vez IPEA, FIESP, na pessoa do meu Presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e Rui Altenfelder, que levaram a efeito este grande evento. E em nome da Confederação Nacional da Indústria, pela organização deste fórum, desejar a todos que dele participam um trabalho proveitoso, não apenas da indústria brasileira, mas do progresso desta Nação. Muito obrigado.

Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira: Tenho o prazer de passar a palavra ao nosso amigo Dr. Aílton Barcelos Fernandes, Ministro Interino do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Dr. Aílton Barcelos Fernandes: Bem, bom dia! Através de Mário Amato e Carlos Eduardo Moreira Ferreira, a quem transmito aqui um afeto especial, eu dou bom dia a todos, e à mesa em especial. A minha



idéia, hoje, não é fazer, produzir uma fala. É tentar trazer até, imagino eu, como "input" significativo às discussões do dia o que é que o Ministério da Indústria e Comércio pensa sobre várias coisas. Acho que isso pode ser útil, absolutamente útil. Eu não quero entrar na discussão de ter, ou não ter, uma Política Industrial. É só uma questão pendular, mas, que eu vou substituir por uma manifestação de crenças de sorte tal que, quem sabe, enriqueça, ou ajude a empobrecer de vez o debate. Talvez a gente saia por uma outra percepção. Mas, ao menos, a nossa percepção ficará sobre a mesa. Então, tentarei traduzir as crenças do Ministério da Indústria e Comércio com uma visão de futuro. Essa dimensão de visão de futuro é absolutamente fundamental. Aliás, um dos conteúdos de maior força, de maior valor, tanto no negócio como uma ação é sua percepção estratégica de futuro. Esse dado é fundamental. Um elemento necessariamente não tão tangível, eu diria até intangível, mas de um valor absoluto. E acreditamos que haja necessidade de uma Política Industrial. Essa Política Industrial há que se emoldurar em uma dimensão estratégica e tem um sentido de ponderação intenso sobre relações nacionais e internacionais. A crença fundamental que se assenta, essa crença na Política Industrial, está baseada em dois eixos. Primeiro, porque uma Política Industrial? Para elevar a competitividade da indústria brasileira, como forma de permitir que o nosso País possa se integrar à economia mundial de forma soberana. O segundo ponto dessa afirmativa, é ter a preocupação constante de elevar o nível de emprego. Esse é um dado fundamental. O País que tem o passivo social como temos, não se pode dar ao luxo de não olhar isso de maneira prioritária, como uma dado fundamental. Como forma de elevar o nível de emprego, e como forma de atender às enormes demandas sociais da população desse País. As bases da Política Industrial e das crenças do MICT são essa visão, e que a abertura e internacionalização do economia, e o simultâneo compromisso com a expansão do parque industrial e a valorização e defesa do mercado doméstico. A cooperação, a consulta, a troca de informações entre Governo, empresários, trabalhadores, e consumidores, sem prejuízo dos mercados operarem competitivamente. Então, para ficar clara a dimensão filosófica, as crenças, os pressupostos, os "statements" básicos que estão centrados na percepção do Ministério da Indústria e

Comércio, cabe, aqui, até um material de redação comum nosso, que circula por dentro do ministério. A idéia central é nos oferecer. Ainda bem que não preparei nada. Tirei uma folha de trabalho para ficar uma coisa consistente com as crenças lá. A idéia central é que o modelo de inserção competitiva, iniciado em 90, ele foi implementado através de um conjunto de medidas que objetivavam a reestruturação da indústria, através da sua internacionalização. Como suporte a esse modelo, foram adotados dois grupos complementares de medidas. O primeiro visando à competição. E o outro voltado para o desenvolvimento da competitividade. Entre as medidas voltadas para o aumento da competição, incluíram-se a abertura do mercado interno, o fim da reserva de mercado, a promulgação do Código de Defesa do Consumidor. Entre aquelas voltadas para o incentivo à produtividade, foram criados três programas do Governo Federal, a maioria do conhecimento de todos, só para a gente pontuar e situar isso tudo. O Programa de Competitividade Industrial, o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, o PACTI, e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, este, só para fazer uma ligeira consideração, absolutamente bem sucedido. E, por outro lado, absolutamente descentralizado, absolutamente articulado pela sociedade. Crescemos, essa é uma medida que eu não canso de dizer, até orgulhoso pelo nosso País, não por mérito algum que eu posso ter agregado a isso, mas, nós somos hoje, como fruto desse programa, bem sucedido e articulado, centrado dentro dessa sociedade, o País com maior velocidade certificadora de ISO 9000 do mundo, efetivamente. É um dado muito significativo, e muito real. Crescemos 500% nos últimos dois anos, em termos de velocidade certificadora de ISO 9000, o que não é um dado trivial. O processo de abertura da economia nacional induziu o setor produtivo a intensos ajustes em busca de competitividade, tanto em função do decréscimo de barreiras alfandegárias, quanto pela redução da demanda agregada interna. Essa reação, inicialmente bastante defensiva, dispensa de pessoal, adequação da estrutura orgânica das empresas, e corte generalizado das despesas, foi gradualmente dando lugar a uma fase pró-ativa caracterizada pela adoção de técnicas de "management", incluso se destaca a dimensão de qualidade, implementação da garantia da qualidade, e outras ações que

podem ser conceituadas de "software", que se, de um lado, trouxeram ganhos de produtividade, e incremento de competitividade em alguns setores, de outros colaboraram, coadjuvadamente, com outros fatores macroeconômicos para o perverso nível de desemprego do País. A fase software, longe de ter coberto todo o setor produtivo, vai dando sinais de absoluto esgotamento em termos de maiores conquistas de competitividade. O momento exige, de forma inequívoca, esse momento em que estamos aqui hoje reunidos, repensar uma Política Industrial que leve em conta a natureza do País como economia continental, de grande população intensamente urbana. Em verdade, somos uma baleia, numa definição mais ampla. Não somos somente um País em busca de inserção competitiva. Temos uma configuração particular. A importância da integração das economias regionais é um dado absolutamente real. Precisamos integrar ao considerável mercado interno, precisamos ponderar o considerável parque industrial diversificado, precisamos integrar e recolher o grande potencial da agricultura, da indústria e do próprio turismo. Diante disso, coloca-se o problema, principalmente, de identificar, essa é uma questão central, vantagens comparativas dinâmicas, frente ao desafio de se atingir o novo paradigma industrial e tecnológico. O modelo brasileiro deverá orientar-se em favor de uma dinâmica apoiada, principalmente, na competição externa e interna. Esta última, vista tanto no sentido de abertura às importações, como de maior ênfase às exportações, ambas consideradas de forma complementar.

Nesse sentido, temos trabalhado com um conceito de que a Política Industrial deve organizar suas diretrizes de forma sistêmica. E trabalhamos com esse conceito, com esse enfoque, em torno de quatro grandes estratégias. ou em um conjunto dinâmico de articulações entre as empresas, e esta sociedade inclusa, e instituições, as mais amplas possível. Essa dimensão é a dimensão que a gente denomina, internamente, estrutural, setorial, empresarial e regional. As estratégias estruturais reúnem condicionantes de competitividade de quase exclusiva competência do Governo, como a manutenção de um ambiente estável, a garantia de um ambiente concorrencial, e um elevado nível de educação e formação profissional, proteção ao meio ambiente, infra-estrutura compatível com o desenvolvimento

econômico. As estratégias setoriais de competência conjunta do governo, trabalhadores e empresários, e consumidores, também no processo, enquanto um ator central, consiste na identificação e implementação de medidas que concorram para a maximização da competitividade dos complexos industriais, tais como características do mercado e tendências quanto ao ciclo do produto, ritmo e direção da produção, difusão das inovações etc. A terceira estratégia são as estratégias empresariais, que são de responsabilidade exclusiva do setor privado. E dizem respeito aos fatores e capacitação produtiva, tecnológica e comercialização. Nada substitui o sentido empreendedor, a capacitação e a visão estratégica da visão empresarial. E, por último, as estratégias regionais, de responsabilidade dos três níveis de governo, e o setor produtivo, e compreende, entre outros, a coordenação das políticas regionais com a política industrial, e ações de realização do potencial endógeno das regiões, tais como medidas de estímulo às micro e pequenas empresas, acesso às tecnologias e aos mercados de capitais, bem como do desenvolvimento de pólos regionais. Os diagnósticos mais detalhados de competitividade realizados no País revelam, e aí saúdo a presença imediata de Luís Fernando e Luciano aí, falar em diagnóstico, a gente tem que olhar para o Luciano, revelam que o "gap" competitivo que separa o Brasil da economia mundial e dos nichos bem sucedidos da estratégia do "upgrade" e sua estrutura produtiva, apresenta deficiências nos quatro níveis que definem a competitividade. Quer dizer, estamos pobres, ou necessários de reformatar, nesses quatro níveis. O padrão de industrialização do País gerou distorções sistêmicas, produziu estruturas industriais, muitas vezes ineficientes e incapazes de se desenvolver sem esquemas especiais de proteção e promoção, que estão sendo amplamente discutidos, não só pelo Governo, como também pelos diversos segmentos da sociedade. Afim de minimizar tais entraves, o Ministério da Indústria e do Comércio vem mantendo um clima de entendimento constante entre as diversas esferas do governo e segmentos representativos do setor produtivo, empresários, trabalhadores, consumidores, e através de seus diversos fóruns de articulação. Temos quatro fóruns que poderiam estar muito mais enobrecidos, mas que consideramos estratégicos. Temos trabalhado muito com eles. Um é o Conselho da Indústria, do Comércio e do

Turismo, que congrega todos os secretários de indústria e comércio. Esse fórum poderia ser infinitamente mais competente. Ele já caminha para demonstrar um tipo de riqueza que não tinha no passado. Hoje, ele é extremamente pobre, está muito aquém do que ele poderia oferecer de uma visão integrada e articulada sobre o País. O outro fórum da maior nobreza é o Conselho Consultivo Empresarial em Competitividade, CONCEC, que é constituído por 201 líderes empresariais, com o sentido único e primeiro de se discutir profundamente aspectos estruturais da sociedade brasileira. Um fórum de maior nobreza, porque, pela primeira vez, discutir-se-á a dimensão estrutural da economia e não se pode mais ver a questão da política industrial e comercial desfocada, como uma ilha isolada, como um fenômeno particular. Há que se ver isso dentro de uma visão estratégica integrada, e integradora, denuro de uma visão transformadora da Nação. Temos, também, o Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade, que se ocupa das mesmas temáticas do CONCEC, e é um conselho com a característica única, absolutamente singular, há lá 126 líderes sindicais, conseguimos colocar lá 20 membros da CUT, 20 da CGT, 20 da Força Sindical, 20 da outra CGT, 20 da CONTAG e trinta e tantos do DIEESE. Um fórum com peculiaridades únicas. Eu diria, com uma força de transformação enorme. E, por último, as câmaras setoriais. As câmaras setoriais podem, definitivamente, incorporar alguns elementos. Primeiro, tem uma percepção de estratégia sobre o futuro. Falta às câmaras, efetivamente, trazer o futuro, dramatizar a realidade futura, adquirir uma linguagem estratégica e uma percepção estratégica de futuro. Isso falta. Falta às câmaras oferecer, desenvolver, construir indicadores. Nossas câmaras tem dado resultados extraordinários. São uma solução linda da sociedade brasileira. Fala-se em Moncloa, que foi um tipo de entendimento de natureza mais institucional e político, mas, as câmaras setoriais são uma resposta genuína, numa dimensão de quatro dimensões, que é trabalhadores, governo, empregados, consumidores, não é uma visão tripartite, como normalmente é colocado. É uma visão mais ampla, rica, com interlocução ampla, na dimensão governamental. Um fórum de discussão surpreendente. Então, as câmaras setoriais são uma resposta brasileira, e que precisam ser em muito aprofundadas, em muito trabalhadas, porque elas podem oferecer, realmente, respostas

sadias e absolutamente satisfatórias para a sociedade. O esforço necessário à inserção do novo paradigma industrial não se realiza de forma isolada. Está associado às políticas setoriais de reestruturação industrial. Essas políticas são formuladas pelo Governo, discutidas com a iniciativa privada, e as câmaras setoriais têm um papel decisivo nisto, e levam em consideração os mais diversos instrumentos de política, quais sejam, financiamentos, estímulo ao comércio exterior, proteção à propriedade intelectual, tratamento ao capital estrangeiro, defesa da concorrência, tratamento das questões ambientais, desestatização, utilização do poder de compra do Estado, participação dos trabalhadores no planejamento e tomada de decisões empresariais e apoio à pequena e micro empresa. Por último, porque isso se estende, loucamente, eu coloco seis pressupostos finais. O primeiro é um que está imediatamente amarrado ao outro. Que é o pressuposto da estabilização. A estabilização é a mãe do desenvolvimento competitivo. É o que há de mais nobre. É o que tem de ser procurado de mais central. É a figura mais central de nossa sociedade, em especial, uma sociedade que vem perversamente sendo destruída pelo processo inflacionário que destrói, pesadamente, o espírito empreendedor. Lembro que eu estive em maio em Hannover e tive lá o privilégio de representar o nosso Brasil, coisa que me emocionou muitíssimo, e gastei um tempo enorme para tentar explicar aos alemães, estavam lá 350 empresários alemães, como que conseguimos as taxas de produtividade e crescimento, PIB industrial, aos níveis que conseguimos, com um processo inflacionário, quando, para a sociedade alemã, níveis inflacionários similares aos que apresentamos, lá, significavam uma fratura, esquizofrenia da própria sociedade. A pergunta era: que País é esse que consegue, apesar desse processo, crescimento, largada, dimensão de certificação de ISO 9000 - na época, quando apresentei, estava com 342, que consegue isso? Então, a estabilidade é a mãe do desenvolvimento. Junto com a estabilidade há que se buscar um princípio de equidade social. O passivo social brasileiro, as profundas diferenças, as profundas discrepâncias da sociedade brasileira, não nos autorizam a pensar sobre estabilidade, sem pensar, sem descuidar do aspecto da equidade social. Isso é um dado profundamente grave, para não ser trabalhado como a prioridade das prioridades. Um segundo ponto, é fundamental uma estratégia de

finanças industrializantes. Fundamental, absolutamente fundamental para reduzir os custos de capital. Uma estrutura de custos de capital que temos, em verdade, se não resolvemos a questão de finanças industrializantes, nós introduzimos um pesado conceito de desvantagem competitiva. As assimetrias tributárias e fiscais têm que ser removidas, num processo de abertura interno e externo de conversação internacional, tem que se remover. O fator Brasil, não pode ser um fator Brasil de leitura compreensiva, negativa. O fator Brasil tem que ser um fator de atratibilidade. É questão só de face. A outra face do fator Brasil, com imensa capacidade de atratibilidade de capitais que possam colocar não o fator Brasil à aversão. O quarto ponto é que o processo de abertura da economia deverá ser sustentado pela criação e fortalecimento, cada vez maior, de mecanismos ágeis e eficazes de proteção contra a prática desleal de comércio, "dumping" e subsídios. É um dado absolutamente fundamental. Deve-se pensar, de imediato, na criação do Conselho de Salvaguardas Comerciais, os modelos da United States Trade Commission. O quinto, não podemos esquecer isso também, que é uma dimensão fundamental, que é um princípio, o da contestabilidade. Não podemos, mais uma vez, nos enganar e nos furtar a ter uma dimensão de contestabilidade. Em verdade, o que nós precisamos fazer, fundamentalmente, e compete ao Governo essa dimensão, em especial, assegurar permanentemente um clima de competição. Um certo grau de desconforto é absolutamente fundamental. Ou o máximo de desconforto possível é absolutamente fundamental. Porque é um patamar de desafio permanente, e não sobrevivência na dimensão internacional, se esse desafio, esse desconforto, não for levado às suas últimas conseqüências, porque o mercado é de últimas conseqüências. Não existe tolerância que não seja às últimas conseqüências. Então, compete ao Governo, de maneira diferente do feito historicamente, de assegurar um patamar de constabilidade, de inquietude, no seu sentido mais saudável de ser elemento transformador, e da busca de levar-se e deixar-se que a realidade ventile uma dimensão de competição. E, por último, o mais fundamental, uma Política Industrial, que tem que nutrir a sociedade do que é mais fundamental, aquilo que nos últimos trinta anos conseguiram bloquear e arrebentar de vez, que é liberar o espírito empreendedor da

Nação. O Brasil é, absolutamente, subempreendedor. A modelagem que demos para isso são as pequenas e micro empresas. Enquanto aqui no Brasil nós temos algo em torno de quarenta e cinco, para cada quarenta e cinco, a cinquenta e cinco cidadãos, uma pequena empresa, nos Estados Unidos, tem algo de uma pequena empresa para cada dez cidadãos. Então, numa leitura rápida, não pretenciosa, nós temos aí numa ...e pequena empresa um quinto da ação empreendedora típica dos americanos. Eu sei que essa questão não se esgota aí, mas, liberar a ação empreendedora é um dos elementos mais transformadores da sociedade. Por último, eu acho que isso é uma lição das câmaras setoriais. Precisamos de uma Política Industrial de soluções no País, que, ao mesmo tempo, fortaleça competitivamente a sociedade, mas, que crie um novo patamar de diálogo democrático. A nossa sociedade brasileira, que atravessou anos de autoritarismo, e que geraram modelos que até hoje nós padecemos em função desse próprio autoritarismo, não pode abrir mão de gerar uma política industrial e de comércio exterior, de gerar sua compreensão, e, ao mesmo tempo, não gerar a confecção de um novo modelo democrático para o País. A Nação espera que da gente a capacidade de contribuir para dar respostas à dimensão comercial de comércio exterior, e, ao mesmo tempo, que a gente gere contributivamente à sociedade um novo modelo de comportamento e de decisão em bases centralmente democráticas. Essa era a minha idéia de trazer as crenças do MICT para que, como um estímulo, um "input" às discussões do dia. Muito obrigado.

Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira: Declarando encerrada a solenidade de abertura, deste fórum Política Industrial, como, para quem e para quem, eu vou passar, neste momento, a coordenação dos trabalhos ao companheiro Rui Martins Altenfelder Silva, que é o Diretor Geral do Instituto Roberto Simonsen, que depois, então, irá refazer a nossa mesa diretora dos trabalhos. Muito obrigado a todos pela presença.

Dr. Rui Martins Altenfelder Silva: Tomem assento aos seus lugares, que nós vamos dar continuidade ao fórum sobre Política Industrial. Eu queria convidar para integrar, aqui, a mesa os expositores



deste painel, Dr. Paulo Guilherme Aguiar Cunha, Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Roberto Nicolau Gea, Coordenador do Grupo Permanente de Política Industrial da FIESP e CIESP, Dr. Luciano Galvão Coutinho, Coordenador do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira, Dr. Wilson Peres, especialista da CEPAL, Dr. Régis Bonelli, do BNDES. Primeiro painel do Fórum Política Industrial, como, para quê e para quem, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, com apoio da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, através de seu Grupo Permanente de Política Industrial, o Instituto Roberto Simonsen, e pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, o CEPAL. Neste primeiro painel, nós vamos analisar, discutir, as diretrizes para uma Política Industrial no Brasil. Cabe-me coordená-lo e, para bom aproveitamento, nós daríamos o máximo de quinze minutos para cada um dos expositores, aqui integrando a mesa e que eu repito, Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, IEDI, Paulo Cunha, o Coordenador permanente do grupo de Política Industrial da FIESP-CIESP, Roberto Nicolau Gea, o Coordenador do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira, Luciano Coutinho, Especialista da CEPAL, Wilson Peres, e o representante do BNDES, Régis Bonelli. Em seguida, nós teremos os debatedores oficiais deste painel, e que terão um máximo de dez minutos para apresentar as suas posições, e que o farão neste pódium, aqui à minha esquerda. O Secretário de Política Industrial do Ministério da Indústria Comércio e Turismo, Dr. Antônio Sérgio Martins de Melo, Professor Eduardo Augusto Guimarães da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o empresário Eduardo Carlos Pereira Magalhães, membro do Grupo Permanente de Política Industrial da FIESP-CIESP, representante da CEPAL, Dr. Renato Balman das Neves, e o empresário Marcelo Letier Pilar, também do grupo de Permanente de Política Industrial da FIESP-CIESP. Após a participação dos debatedores, os senhores convidados terão oportunidade de participar dos debates preenchendo os impressos específicos, e encaminhando-os à mesa diretora do trabalho. Então, feitas as apresentações e definidas as regras deste primeiro

painel, eu passo a palavra ao primeiro expositor, o nosso companheiro, Presidente do IEDI, o empresário Paulo Cunha.

Empresário Paulo Cunha: Meu caro Rui, autoridades presentes, senhoras e senhores. Em primeiro lugar, para o bom encaminhamento do debate, é necessário conceituar, precisar, o que se entende por Política Industrial no sentido amplo. Política Industrial são todas as ações diretrizes, omissões por parte do Governo que impulsionam a indústria em uma determinada direção. Então, nesse conceito, é ociosa a discussão se é necessária, se é boa, se deve ou não deve ter uma Política Industrial, e um País sempre tem uma Política Industrial. Boa ou má. Articuladora ou desarticuladora. Inteligente ou não. Então, nesse sentido, se um País, por exemplo, perpetua por um período imenso uma taxa de juros estratosférica, ele está condenando a indústria à extinção, gradualmente, lentamente. Isto é Política Industrial. Se o País tem uma estrutura tributária que sufoca a indústria, que faz com que a indústria se torne não competitiva com os seus congêneres no exterior, isto é Política Industrial. Uma política desarticuladora, uma política desestruturante, mas é. Se o País abre à competição internacional, induz internamente por legislação adequada a competição para a indústria nacional, isso é Política Industrial. Boa política industrial, porque a indução à competição tem a ver com o desenvolvimento e com o aperfeiçoamento da indústria. Se um País tem infra-estrutura adequada, privilegia sua infra-estrutura adequada, legislação trabalhista, a educação básica, isto no fundo é Política Industrial. Numa direção correta ou errada. Isto é diferente, esse conceito de Política Industrial é diferente do conceito muito divulgado de "Industrial Targeting", é apenas um subsetor da Política Industrial que visa à promoção e ao desenvolvimento de um setor específico da indústria, num determinado momento ou local. É preciso, também enfatizar que uma boa...(corte)

(Final do lado A)

## LADO B

Empresário Paulo Cunha: ... em um determinado País. Ela requer, em primeiro lugar, uma visão articulada do futuro. Uma visão mobilizadora para esse futuro e uma visão ambiciosa para esse futuro do País. Quer dizer, é uma coisa que nós perdemos, ou temos perdido ao longo do tempo. O hábito, aqui no Brasil, é de discutir, estruturadamente, o futuro. O curto prazo, a emergência econômica do dia-a-dia tem ocupado todo o cenário postergando toda e qualquer decisão articulada a respeito do futuro. Uma visão mediocre de futuro dispensa completamente a necessidade de uma Política Industrial. Se nós formos dizer: esse País vai crescer ou não, quer dizer, nós vamos estabelecer determinadas regras básicas para o funcionamento da economia e vamos ver o que dá, é uma visão mediocre do ponto de vista de um povo, do ponto de vista de um governante, mas é uma questão que precisa ser resolvida antes de qualquer passo de Política Industrial conseqüente. Existem, também, evidente, instrumentos supra-econômicos de Política Industrial. Quer dizer, a sintonia de um governante com as aspirações de um povo no desenvolvimento é fundamental para o desenvolvimento de uma Política Industrial. Eu cito, como exemplos, Getúlio, Juscelino, e Kohl. Todos eles, no seu momento, todos eles na sua época, todos eles de formas até diferentes, perceberam a aspiração do povo, a aspiração de um determinado País num determinado momento, no caso do Brasil de Getúlio, a inspiração à industrialização, a necessidade da transformação de um País agrícola em País industrial, e montou alguns instrumentos que canalizaram o País nessa direção. Juscelino, em seguida, foi um grande mobilizador, quer dizer, percebendo essa sintonia, percebendo essa necessidade de aspiração do povo em direção ao desenvolvimento, implantou um projeto de industrialização de larga escala nesse País. Quer dizer, com a visão mobilizadora, com visão de grande eficácia do ponto de vista político, não apenas enunciou o projeto corretamente, mas, articulou esse projeto, operacionalizou este projeto, através de seus diversos agentes. Para citar Kohl, Helmut Kohl da Alemanha Ocidental, para não se dizer que Política Industrial é apenas uma questão de Países em desenvolvimento retardatário, recentemente, quando da integração da

Alemanha Oriental à Alemanha Ocidental, percebendo, com esta visão de futuro, a importância da mobilização e da reindustrialização da Alemanha Oriental, montou um grande projeto de Política Industrial para aquela Alemanha. Chamou e articulou com a indústria da Alemanha Ocidental um grande projeto de recuperação, de privatização, em primeiro lugar, de recuperação, de modernização, visando à incorporação da população da Alemanha Oriental à Alemanha Ocidental, num curto prazo de tempo. Os alemães responderam, agora, recentemente, à Helmut Kohl, depois de alguns anos de sacrifício, causados até por essa política, responderam a ele com a sua reeleição, e deram o aplauso pela sua capacidade de sintonia com a aspiração do povo. Mas é num contraste com épocas recentes no Brasil, nós tivemos um período onde o Presidente Collor, de um lado, introduziu uma agenda de modernização da economia brasileira, e uma agenda de modernização para a indústria brasileira, e de outro lado, causou um grande cisma entre a indústria e o Governo, quer dizer, pelo enunciado das carroças, pela amplificação e pelo início do discurso político oportunista, agressivo, com relação à classe empresarial brasileira. Quer dizer, é uma coisa de grande disfuncionalidade, no que diz respeito ao crescimento e desenvolvimento da indústria. Nós temos tido uma sucessão, depois de Collor, uma sucessão de ministros, uma sucessão de governantes, uma sucessão de políticos, que tem aproveitado esse filão para enfatizar, e para se aproveitar, de alguma maneira, a meu juízo, com uma ótica muito imediatista de vantagens políticas presentes no imaginário popular. De qualquer maneira, estas generalizações são absolutamente antifuncionais para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de uma Política Industrial no Brasil. Nós temos tido, evidentemente, também durante esse período, condições restritivas sistêmicas ao desenvolvimento da indústria. Como é o caso da inflação, quer dizer, uma macro-inflação que tem-se perpetuado ao longo do tempo, e que é absolutamente disfuncional para o crescimento da indústria. Nós temos, paradoxalmente, essa questão da estabilização, da maneira de se fazer a estabilização no Brasil, onde nós temos, e continuamos a ter o dilema Estado-indústria. Quer dizer, o tratamento que se dá à indústria, o tratamento draconiano que se dá à indústria no momento da estabilização, ao sistema de produção no momento da

inflação, não é equivalente, não é isonômico ao tratamento que se dá ao Estado. Digo, por exemplo, o tratamento que se dá à dívida dos bancos estaduais, ao furo de caixa do Banespa, ao furo de caixa do Banerj, e aos problemas da Caixa Econômica Federal, aos problemas da previdência social, não tem a mesma dimensão de ênfase e de força que têm as medidas econômicas na direção da produção no Brasil, a questão do custo de capital no Brasil. Nós temos tido ao longo do tempo o insumo fundamental da indústria, o insumo fundamental de qualquer Política Industrial é o custo capital. É, aí, que nasce toda e qualquer indústria que vale a pena ser emulada. Não vale a pena, para esta platéia, falar mais a respeito do custo capital. São todos cientes do que se paga pelo capital no Brasil há muito tempo, e pelo jeito que vem as coisas, por algum tempo, apesar de termos agora. Eu queria fazer uma janela aqui para aplaudir a medida recente do governo de recriação de linhas de crédito no BNDES, em condições de juros, em condições competitivas com o mercado internacional. É uma janela que se abre e que merece ser aplaudida. A questão da estrutura tributária brasileira é outra questão fundamental, a questão da saúde, a questão da educação, a questão da infra-estrutura. Tudo isto é enunciado e verifica-se que não é por acaso que a participação da indústria no PIB nacional caiu quase dez por cento nos últimos dez, quinze anos. Com todas essas condições adversas, não é absurdo que tenha caído dez por cento, e se medidas adequadas, uma visão correta de reestruturação da economia não forem tomadas, daqui para frente, certamente esse percentual continuará a cair. É preciso, portanto, nesse momento, olhar para a frente e criar uma visão de futuro que valha a pena ser partilhada por todos nós. Este é um País enorme. Este não é um paizeto. É um País de cento e cinquenta milhões de habitantes. É um País com uma imensa pobreza, um imenso desemprego ainda a ser partilhado, ainda a ser eliminado. É um País pobre que precisa enriquecer a sua população, e que, portanto, precisa de uma indústria grande. Esta é a primeira conceituação de qualquer projeto de Política Industrial. A indústria no Brasil tem que ser grande. A indústria no Brasil tem que ser muito maior que do que já é no momento. Mas, se a indústria não pode com qualquer suspiro que exista da demanda, rapidamente atingindo a sua capacidade produtiva. Nós precisamos ter ampla capacidade de produção para atender a essas

necessidades de crescimento e de incorporação de todo essa população do País. O nosso destino não é um destino do tipo do Chile, nem do tipo da Argentina. O País tem que ter, no futuro, uma indústria grande, que é para construir o País com que nós sonhamos. Nós temos que gerar empregos e renda. Nós sabemos que a indústria de hoje, a indústria moderna, existem vários setores da indústria que não são geradores, em grande parte, de empregos. Porque a tecnologia nova de produção, de modernização da produção industrial não faz com que os empregos sejam gerados, necessariamente, diretamente na indústria. Mas, a indústria, apesar de não gerar diretamente empregos, essa indústria moderna, competitiva, na mesma escala que o fazia no passado, arrasta consigo, através do setor de serviços, através dos setores que gravitam em torno da indústria, os setores de infra-estrutura e todos os demais, a geração dos empregos necessários para a eliminação da pobreza nesse País. A indústria brasileira também tem que ser uma indústria espalhada geograficamente. É uma visão impressionista do Brasil. Olhando o mapa, olhando os dados estatísticos de população, de distribuição de renda, nós vemos que a indústria do Brasil, do futuro, tem que ser muito mais desconcentrada geograficamente do que foi no passado. É uma indústria que precisa crescentemente respeitar a natureza, reciclando, poupando energia, enfim, sendo uma indústria ecologicamente correta, porque assim se faz necessário para o futuro desse País e para o futuro dos nossos filhos. Esta indústria tem que ter escala. Nós temos que ter empresas e indústrias de escala mundial para fazer face à competição mundial. Sejamos um parceiro importante para que não apenas possamos nos integrar no mundo, mas, nos integrar de uma maneira em direção à participação no primeiro mundo, que tem que ser o objetivo de qualquer Política Industrial. Nós temos que dar uma ênfase crescente à questão de tecnologia. Educação e tecnologia são os alicerces de qualquer desenvolvimento futuro de um País que vale a pena crescer. Para chegar lá é preciso, novamente, reenfatizar a questão de fazer uma mobilização da parceria. Reinstalar no Brasil uma parceria entre o setor industrial e o Governo e os trabalhadores, de uma maneira transparente, de uma maneira aberta para que a sociedade veja que não é por, no passado, ter havido uns determinados aspectos promíscuos na relação empresarial, entre os empresários e o Estado, que não seja necessário

recompor esta parceria para o crescimento para o futuro. Nós vemos que os exemplos externos, da Alemanha, temos o exemplo do próprio Estados Unidos, quando você vê o Presidente Bush, dos Estados Unidos, essa questão da parceria é fundamental. Quando você vê o Presidente Bush, dos Estados Unidos, ir ao Japão para vender telefones da indústria americana, para vender automóveis da indústria americana, para abrir o mercado japonês, para conquistar o mercado japonês, se isto não é parceria, eu não sei o que é parceria. Os tigres asiáticos, os japoneses estão prenes de exemplo de grande magnitude para que a gente possa emulá-los de uma maneira inteligente. O rompimento da parceria, em épocas recentes, Estado-indústria, rompimento esse que tem atingido até decibéis exagerados, me parece uma coisa absolutamente desfuncional para o futuro desse País. Para chegar lá, é preciso partilhar o sonho- partilhar entre o Governo, e nós outros industriais, e fazer com que esse sonho seja partilhado, faça parte do imaginário popular. É preciso se recuperar, aqui no Brasil, os valores da produção. Os valores da produção desapareceram do imaginário popular. Nós já tivemos isso no passado. Esse País já foi quase que o paraíso do produtor, qualquer que ele fosse. Hoje caminha, rapidamente, na direção de ser o paraíso do consumidor exclusivamente. E não é possível construir um País assim. Nós temos que voltar e atingir um certo equilíbrio, entre produtor e consumidor tem que haver um certo equilíbrio porque são as duas faces da mesma moeda. Este equilíbrio precisa ser atingido. Nós precisamos recuperar esses valores da produção, reintroduzi-los no imaginário popular para que se possa, efetivamente, reiniciar, ou reinsetar essa parceria. É preciso, novamente, como disse, detalhar o sonho e operacionalizá-lo, tornar o desenvolvimento da indústria, ou recolocar o desenvolvimento da indústria, como uma prioridade política. Nós precisamos colocar, talvez, um sexto dedo na mão do Presidente Fernando Henrique, para que além das cinco prioridades que foram anunciadas na campanha, nas quais não estava incluída a indústria, quer dizer que o sexto dedo incluía a indústria e a Política Industrial como uma prioridade importante. Este é um aspecto absolutamente essencial e preliminar para embasar qualquer desenvolvimento desta política. Nós precisamos, evidentemente, completar o processo de estabilização. Erradicar de uma vez por todas

este dilema entre o Estado e a indústria. E montar um sistema nacional de Política Industrial, um sistema que possa operacionalizar esta política definida com prioridade, eventualmente, pelo governo, pelo presidente, pela sociedade. Sistema esse que seria composto, em primeiro lugar, enfatizando, do sexto dedo do presidente, isso tem que começar ali, começar com uma razão política forte, uma prioridade forte. É preciso que, na estrutura de Governo, haja órgãos que se ocupem com força da questão do desenvolvimento industrial, e que tenham a prioridade política, que tenham a visão do Presidente, que tenham o apoio do Presidente, que sejam apoiados pela indústria, que sejam devidamente instrumentalizados para que possam fazer esse desenvolvimento. Nós temos que dar uma ênfase fundamental à questão do comércio exterior e da tecnologia, que são os dois eixos centrais da Política Industrial no Brasil. Diferentemente da época de substituição de importações, daqui para frente é questão de exportação e importação. Comércio exterior e tecnologia são as palavras chave para o desenvolvimento da nossa indústria, se queremos chegar ao fim do século participando do clube dos Países desenvolvidos. E nós precisamos, certamente, de um locus organizacional de operacionalização dessa parceria transparente, como eu chamei. As câmaras industriais são, certamente, um começo extraordinário. Os exemplos recentes, os fatos que já foram gerados em condições sistêmicas absolutamente diversas, são importantíssimas para que se faça uma boa operacionalização da Política Industrial. Além disso, nós temos outros organismos de governo, espaços dentro do Governo, como por exemplo, o SEBRAE. O SEBRAE tem promovido uma disseminação importante de ação política de fomento de desenvolvimento tecnológico-gerencial da indústria, com iniciativa privada, em primeiro lugar, numa interface com o governo. Nós temos, na parte do Ministério da Indústria e Comércio, além das câmaras setoriais, programas específicos, como o programa de produtividade fomentado pelo governo que devem ser apoiados e implementados. Enfim, temos uma imensa agenda operacional pela frente que não comporta ser detalhada aqui neste momento. Mas, de qualquer maneira, tudo isto começa recolocando os valores da produção no imaginário da sociedade brasileira, colocando como prioridade política para a



construção de um futuro não medíocre, um futuro que valha a pena, a questão de uma indústria poderosa e desenvolvida, nesse País, e a serviço do povo do País. Muito obrigado.

Dr. Rui Martins Altenfelder Silva: Tivemos, então, a primeira intervenção neste painel que foi que foi a posição do empresário Paulo Cunha, Presidente do IEDI. Antes de dar prosseguimento, eu queria registrar, encontram-se presentes, participando deste painel, e considerem-se integrando a mesa diretora dos trabalhos, o Presidente da CNI, Mário Amato, e os senhores Aílton Fernandes, Ministro Interino do MICT, e Raul Jungmann, neste momento representando, aqui, o Ministro Beni Veras. Vamos dar continuidade, então, passando a palavra ao empresário Roberto Nicolau Gea, Coordenador do GPPI, Grupo Permanente de Política Industrial da FIESP-CIESP, pelo espaço de quinze minutos. Por favor.

Empresário Roberto Nicolau Gea: Amigo Rui, companheiros da mesa, meus amigos, minhas amigas. Em primeiro lugar, quero dizer da importância em que nós da FIESP damos a este seminário que fizemos junto com o IPEA. A FIESP tem procurado e tem dado toda a atenção a esse aspecto Política Industrial pelo menos no tempo em que eu estou aí na cara. Já na gestão do Luís Eulálio, um grande esforço se fez nesse sentido. O Mário comentava comigo, antes do seminário, todo tempo, todo o direcionamento dos companheiros que se envolveram naquela ocasião, para que chegássemos ao denominador comum, para que chegássemos a elaborar um projeto de Política Industrial. Realmente, naquele momento, as contradições foram tantas, e a crise era tão grande, que não chegamos a nenhuma conclusão. Valeu o esforço. Posteriormente, saiu o Luís Eulálio, entrou o Mário. O Mário voltou a insistir na necessidade de uma entidade como a FIESP ter uma articulação, ter um projeto de Política Industrial, enfim, ter um projeto para o futuro, no qual a produção tivesse um aspecto prioritário. O próprio Mário confessa que as dificuldades foram tantas que nós acabamos, também, por deixar a coisa a meio caminho. Na atual gestão, do Carlos Eduardo, foi fundado, foi instituído, este Grupo Permanente de Política Industrial, que é composto, basicamente, de todos os

diretores de departamento da casa, ou seja, Departamento de Tecnologia, Departamento de Comércio Interior, Departamento de Economia, e assim por diante, e com algumas representativas de certos setores da indústria nacional. Nós vimos nos reunindo nesses últimos dois anos, praticamente, no sentido de compatibilizar as contradições internas que existem num parque industrial tão complexo que é o Brasil. Quantas vezes nós, no âmbito do nosso grupo, discutíamos a questão da abertura, discutíamos a questão das alíquotas, e aí apareciam, claramente, as contradições internas. Eu me lembro, perfeitamente, de uma discussão que houve entre um representante do setor têxtil e o representante de bens de capital. O representante do setor têxtil alegava que a indústria brasileira de bens de capital era retrógrada, queria proteção, e que impedia a modernização do setor têxtil, já que na hora de importar o maquinário tecnologicamente adequado havia uma reserva de mercado. Ao mesmo tempo, não preciso lhes dizer, o representante do setor de bens de capital dizia que retrógrada era a indústria têxtil que teve vinte, trinta, quarenta anos para se modernizar e acabou não se modernizando. Ou seja, o que eu quero dizer com isso é que os conflitos são grandes. Uma vez, o Mário Amato dizia a seguinte: que os trabalhadores, eles têm uma solidariedade entre eles, eles têm um objetivo comum. No campo da indústria, não existe essa solidariedade. Existe uma competição, existe uma briga setorial, do qual muitas vezes essas contradições emergem. E na FIESP, como não poderia deixar de acontecer, nós temos tido esse problema. No entanto, já conseguimos produzir um primeiro trabalho, que é o trabalho da inserção competitiva do Brasil, da indústria brasileira no mundo, que os senhores todos estão recebendo hoje. E terminamos, na semana passada, um trabalho no qual nós recomendávamos algumas diretrizes de Política Industrial para o Brasil. Esse trabalho foi discutido na segunda-feira passada na plenária, e uma série de dúvidas, e mais uma vez, uma série de contradições, acabaram por fazer que o trabalho ainda não fosse aprovado. É importante dizer o seguinte, que nós sempre tivemos uma Política Industrial na Brasil. Alguns companheiros nossos acham que nós não devemos ter Política Industrial. Acham que a Política Industrial, isso eu ouvi aí na casa, deve ser uma folha em branco. Argumentam inclusive, como um artigo, que foi publicado na semana passada, do economista

Claúdio Haddad, que é diretor do Banco Garantia, dizendo da absoluta não necessidade de uma Política Industrial. Dizendo que a Política Industrial significa um assalto ao bolso do consumidor. E, tornando implícita, a afirmação que teria havido uma relação incestuosa entre o empresariado industrial e o Estado brasileiro nesses últimos anos, no sentido da indústria brasileira só ter sido formada em função desse apoio do Estado brasileiro ao processo de industrialização brasileira. Eu discordo frontalmente desses colegas nossos, claro que a gente respeita a opinião deles, mas discordo absolutamente daqueles que dizem que nós não precisamos ter uma Política Industrial. Porque esse País teve uma Política Industrial em 1930 até o fim da década de 70. Essa Política Industrial transformou o Brasil, que era uma grande fazenda agropastoril, em mil novecentos e trinta, na oitava economia industrial do mundo em 50 anos. É verdade que esse modelo se extinguiu no fim da década de setenta. Mas, nós não podemos deixar de reconhecer que sem, como disse o Paulo, a atuação firme de Getúlio Vargas, seja a partir do início da década de 30, lançando o Programa de Substituição de Importações, seja a partir do início da década de 40, conseguindo para o País a tecnologia siderúrgica, e fundando a Companhia Siderúrgica Nacional, que é um marco histórico do processo de industrialização brasileira. Seja a partir do seu segundo mandato, como presidente eleito, com a fundação da Eletrobrás, com a fundação da Petrobrás e com a fundação, principalmente, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que foram grandes iniciativas na direção de viabilizar uma política de industrialização que estava sendo conduzida. É verdade, sob o comando do Estado, com poupança externa, mas, através de um grupo empresarial altamente competitivo, altamente consciente da necessidade do Brasil passar de uma economia agrícola para uma economia industrializada e urbana. Então, é preciso dar um grande valor à essa classe empresarial. E nesses anos todos, é verdade, com o apoio do Estado, e com poupança externa, porém, souberam construir um parque industrial que nós todos devemos nos orgulhar. Posteriormente, sai Vargas e entra Juscelino. É o momento do grande salto para frente da industrialização brasileira. Nós tivemos os planos de metas, nós tivemos Brasília, a marcha para o oeste, a indústria automobilística, energia, transportes, enfim, nós cuidamos, nós fizemos

a infra-estrutura brasileira que permitiu a indústria brasileira dar um grande pulo. Posteriormente, nós ainda tivemos, durante o regime militar, alguns períodos de grande crescimento da economia. Alguns períodos de grande crescimento da indústria. Não vamos aí discutir o aspecto político do regime militar, mas vamos discutir o seguinte, continuou havendo uma Política Industrial naquele momento, e nós, também, através de reformas que foram feitas no primeiro governo militar, pelos ministros Bulhões, e Roberto Campos, modernizamos o Estado brasileiro e demos condições para que efetuasse o chamado Milagre Econômico Brasileiro. Quando a indústria brasileira subiu quase que a taxas milagrosas, na década de 70, por exemplo, a indústria brasileira subiu a quase 10% de crescimento ao ano, que é um número espantoso. Esse projeto termina com o Presidente Geisel, com o Ministro João Paulo dos Reis Veloso, que fez o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, que é responsável por Itaipú, pela ampliação de uma boa parte da indústria siderúrgica, da indústria petroquímica, mas, lamentavelmente, esse modelo estava esgotado. E no fim da década de 70, o Brasil é afetado por duas crises que atingem em cheio a indústria. Tanto a crise do petróleo, que passa de um dólar e meio no início da década de 70 para quase 35 dólares no fim da década de setenta, como a crise financeira internacional dos Estados Unidos, que faz com que o FED eleve os juros a 22% por cento, transformando uma dívida externa brasileira, que foi captada nos anos 70 a juros de 5 ou 6%, a uma dívida que teria que ser para com juros de 22% por cento. Isso mais o agravamento da crise do petróleo que afetou em cheio um País como o Brasil, que era obrigado a importar cerca de 60% das suas necessidades, acaba com o modelo de substituição de importação e acaba com a capacidade do Estado brasileiro formular políticas. Acaba com a capacidade do Estado brasileiro de financiar. Eu chamaria esse período que vem de 1930 até o fim da década de 70, e que foi comandado pelo Estado brasileiro, e que se baseou, basicamente, em poupança externa, de um período de capitalismo industrial. Ou seja, nesse período, bem ou mal, apesar de alguns excessos que houve na relação empresário e Estado, era a produção que era privilegiada. Era a produção em que se pensava. Foi um período da economia real. É verdade que o Brasil teve proteção aduaneira, é verdade que o BNDES deu financiamentos com

correção limitada ao setor empresarial, é verdade que nós tivemos, reconheço, algumas relações espúrias entre o empresariado e o Estado, mas, isso foi uma exceção. O fato é que o Brasil cresceu. O Brasil fez uma infra-estrutura. O Brasil fez um parque industrial competitivo e que o transformou, da fazenda que era no início da década de 30, na oitava potência industrial do mundo. Quando se esgota a capacidade de articulação, a capacidade de financiamento do Estado brasileiro, isto é no início da década de 80, começa, na minha opinião, o pior período para a indústria brasileira. que é o período do capitalismo financeiro. É o período em que a produção, efetivamente, foi deixada de lado. É um período em que nós tivemos que pagar a nossa dívida externa com inflação, criando excedentes exportáveis, diminuindo o mercado interno, e é um período em que a indexação cruel, que não era tão dolorosa, que não era tão cruel quando nós tínhamos inflações de 15 a 20% ao ano, passou realmente, a comandar o destino da economia brasileira. E entramos naquilo que eu chamo de capitalismo industrial. O Paulo citou muito bem a participação da indústria brasileira, que era até o fim da década de 70, de 44% do PIB, ela desceu para 35, 36 no PIB. Tivemos de 8 a 9% do PIB transferido do setor produtivo para o setor financeiro. Isso dá mais ou menos, num PIB de 500 bilhões de dólares, algo em torno de 40 bilhões de dólares transferidos da produção, da indústria, da criação de emprego, para a ciranda financeira. O que acontece com o sistema financeiro brasileiro durante esse período? E aí nós podemos dizer claramente, que até então nós tivemos, vou até usar um termo moderno que não existia naquela época, mas até então nós tivemos finanças industrializantes no Brasil. Antes do BNDES, o Banco do Brasil cumpria esse papel, com a sua carteira de financiamento industrial, com a sua CRIAE. Posteriormente, com a criação do BNDES, eu me refira aí a investimentos de longo prazo, o BNDES passou, praticamente sozinho, a criar as condições de financiamento, ou a permitir ao industrial brasileiro o acesso a financiamento de longo prazo e com juros compatíveis com o retorno. Eu concordo que, eventualmente, alguns exageros foram cometidos. Mas, o Brasil é um País que passa do financiamento a longo prazo, tendo um custo de 20% da correção mais 6, para os custos atuais. O sujeito quer fazer, o empresário quer fazer um financiamento a longo

prazo no BNDES tem que pagar a TR mais 10, ou qualquer coisa assim, o que torna absolutamente inviável o retorno do investimento. Então, nós entramos nesse período que eu chamaria capitalismo financeiro. E eu entendo, perfeitamente, que o economista Paulo Haddad, que é ex-diretor do Banco Central, e hoje é um diretor do Banco Garantia, defenda a não existência de uma Política Industrial. Porque, na verdade, os grandes grupos que cresceram, nessa última década, foram os conglomerados financeiros, que a partir de financiar a dívida pública com grandes lucros, que inteligentemente usaram esses lucros para a aquisição de ativos industriais. Então é muito fácil os senhores verem como cresceu o poderio industrial do Bradesco. O Bradesco tem hoje participações de 10 a 15% nas vinte maiores empresas industriais brasileiras. Do Grupo Itaú, que hoje é um grande dono de indústrias, ou seja, o setor financeiro ganhou o que pode no financiamento da dívida pública e foi comprando ativos industriais que os permite agora, no momento da integração competitiva, terem o melhor dos ativos industriais sob seu comando. O Banco Garantia e o Banco Pactual são dois exemplos do brilhantismo, como essas grandes cabeças de engenharia financeira souberam transformar o seus grandes lucros no capitalismo financeiro no domínio das indústrias, no domínio de ativos reais. Então, é evidente que nós não somos contra a que banqueiros inteligentes comprem indústrias já existentes. Mas o que eu quero dizer é o seguinte. Não se fizeram grandes indústrias nesses quatorze anos. De 1980 para cá, o Brasil não teve Política Industrial, não teve finanças industrializantes. Pelo contrário, teve uma política anti-industrial e teve finanças anti-industrializantes. Como resultado disso, houve uma grande mutação patrimonial. Hoje, grandes indústrias que aquela época eram de industriais, hoje passaram a ser braços de conglomerados financeiros. Então, é evidente que nós temos que mudar isso. É evidente que nós temos que acabar com o capitalismo financeiro no Brasil, e voltar para um capitalismo industrial. E para isso é evidente que nós temos que ter Política Industrial. Premissa maior, todos os companheiros já disseram aí, estabilidade econômica. Nós não podemos mais continuar com a inflação que tivemos na década de oitenta. Na verdade é uma inflação política, porque a inflação só não caiu no Brasil porque a determinados grupos interessava que ela fosse alta. Eu vou dizer claramente, ao setor

financeiro interessava que a inflação fosse alta. Para o setor de produção foi um verdadeiro desastre. Nós, no Brasil, em função de todas essas distorções, nós criamos o chamado fator Brasil, fator Brasil que é o inimigo da industrialização brasileira. Eu concordo com meu antecessor que disse que nós temos que virar a outra face desse fator Brasil, fazer com que ele, de hoje em diante, seja um atraidor de poupança e um alavancador da indústria brasileira. O que é esse fator Brasil? Muito simples. Juros. O Paulo disse que não queria reprisar a questão de juros, Todo mundo fala, mas, é preciso que a gente bata firme nessa questão. Como é possível você ter uma Política Industrial, você pensar em produção, não é só produção industrial, produção agrícola também, tendo juros, para a agricultura, de TR mais doze, para a indústria de TR mais dez? E juros de capital de giro, hoje um industrial quer pegar dinheiro paga 5% real ao mês. Haja vista essa última medida do Governo, de taxar em 15% todos os empréstimos, 15% de empréstimo compulsório, que é uma verdadeira medida anti-industrial. Então, com um juro para a produção, de 4 a 5% reais, quando esse juro é o juro anual para os nossos competidores, não é possível ter política de competitividade. Com uma estrutura tributária que onera brutalmente a produção, não é possível ter Política Industrial, não é possível ser competitivo. Uma infra-estrutura que está em frangalhos, seja na rede viária, seja na questão dos portos que, rapidamente, precisam ser privatizados e modernizados, seja na questão da energia elétrica. Enfim, todas aquelas condições que nos fazem perder competitividade. E ainda tendo que enfrentar abertura rápida das alíquotas, a diminuição rápida das alíquotas e uma valorização cambial. Então, hoje em dia o industrial brasileiro tem que ser competitivo, mas, enfrenta uma valorização cambial, uma estrutura tributária que o penaliza de tudo que é jeito, juros de 4, 5% ao mês, diminuição das tarifas, e falta da infra-estrutura. Ou seja, isso que nós chamamos de fator Brasil, muitas pessoas chamam de falta de competitividade sistêmica. É evidente que nós temos que dar novamente, ao Brasil a condição de competitividade sistêmica. É evidente que nós temos que vencer, de uma vez por todas, essa inflação. Remover esses problemas do fator Brasil. E, principalmente, a questão de educação. Nós temos que formar o brasileiro para ele poder ser o operador de um sistema industrial de um paradigma moderno. O

operário brasileiro tem que ter um preparo, não só o operário como toda a Nação brasileira, um preparo educacional que permita esse País uma Política Industrial correta com uma política de finanças industrializantes, uma política de combate firme à inflação, voltar e ter uma retomada do seu crescimento autosustentado. Nós precisamos para isso, também recompor o papel do Estado. E mais um desafio, como é que nós vamos internalizar os 45 bilhões de dólares de reserva que nós temos? Me parece que esse é um ponto central. Uma Política Industrial correta faria com que todas essas reservas que significam, necessidade de déficit comercial nos próximos anos, fossem, de uma certa maneira, usadas na importação de matérias primas e na importação de tecnologia. Ou seja, não na importação de produtos finais, não na importação de quinquilharias. Nós temos que aproveitar esse momento de grandes reservas cambiais, esse momento que temos um novo presidente eleito, dentro do critério de combater inflação e de volta do crescimento econômico, para aproveitarmos, de uma vez por todas, para vencermos a inflação e dotarmos o parque industrial brasileiro de condições de competitividade sistêmica que nos permitam dar um novo pulo à frente, agora, no fim desse século, e efetivamente consolidarmos o nosso País como uma Nação industrializada no século XXI. Nós temos operários competentes, nós temos empresários competentes, e vamos fazer, também, que haja um governo competente. Para terminar, gostaria de ressaltar algo que o Mário falou, é absolutamente necessário que o assunto Política Industrial seja comandado por um conselho de Política Industrial, por um Ministério da Indústria e Comércio forte, completamente diferente do que hoje existe. É preciso dar ferramentas, não adianta só termos boas pessoas no Ministério da Indústria e Comércio, é preciso dar ferramentas, é preciso dar poder político para o Ministério da Indústria e Comércio, para que efetivamente ele possa comandar a questão da Política Industrial brasileira. O GPPI recomenda, para isso, que o desenho institucional da questão da Política Industrial comece pelas câmaras setoriais. Câmaras setoriais, nas quais teriam assento, trabalhadores, consumidores, produtores e governo. Este assunto, toda vez que fosse consensado seria encaminhado para o Ministério de Indústria e Comércio, para que fosse sancionado. Quando houvesse dúvida, a decisão seria tomada, sempre, com uma decisão





ampla, à qual teriam acesso os trabalhadores, os consumidores, os industriais e o próprio Governo. Acreditamos que, com isso, nós teremos as condições que nos permitirão, efetivamente, dar um pulo e nos firmar como uma Nação industrializada no próximo século. Era isso, muito obrigado.

Coordenador: Muito obrigado ao Roberto Nicolau, Coordenador do Grupo Permanente e Política Industrial da Fundação INDUCENTRO. Nós estamos apreciando o primeiro painel do Fórum sobre Política Industrial, organizado pelo IPEA, com o apoio da FIESP/CIESP, do Instituto Roberto Simonsen da CEPAL e este primeiro painel estuda as diretrizes para uma Política Industrial no Brasil. Já tivemos a oportunidade de ouvir a exposição o presidente do IED, Paulo Cunha, agora, do Roberto Nicolau Gea e passaremos a palavra ao terceiro expositor, Professor Luciano Coutinho, Coordenador do estudo da Competitividade da indústria Brasileira.

Professor Luciano Coutinho: Quero agradecer à FIESP, ao IPEA, ao Ministério do Planejamento a oportunidade de participar deste oportuno painel, em que se discute e é uma questão tão vital para o futuro do Brasil, que é a necessidade de uma política industrial distinta das políticas implícitas ou das políticas ou das não-políticas, por omissão que ou por fragmentação de interesses dentro do Estado, que caracterizaram os últimos anos.

É evidente que, antes de discutir política industrial, é preciso entender a natureza moderna da política industrial tal como vem sendo praticada nos Países desenvolvidos, particularmente naqueles mais exitosos. Em parte, responde à preocupação que demonstrou, aqui, o Roberto Nicolau a respeito da visão de alguns economistas, até uma visão forte entre vários economistas, de que a política industrial é, sempre, um conluio para assaltar o Tesouro. Na verdade, é ao tomar como exemplo a política do passado e, até, um certo momento da política do passado, e projetar isso como se fora o desenho de uma política para o futuro, demonstram tão somente, uma ignorância profunda do que significa uma política industrial, hoje, no mundo moderno. Política industrial, hoje, no mundo moderno, nos países mais

avançados requer algo mais o que uma simples política de industrialização, de criação de segmentos, de setores, através da própria ação, ou através do fomento. representa, sim, algo mais amplo, que eu chamaria de política de competitividade, que requer, de saída, consistência entre a política industrial e a política macroeconômica. Esta consistência é absolutamente central, pois, dependendo da geometria das principais variáveis macroeconômicas, a política industrial pode ou não pode se expressar, ou dizendo ....

**Final do lado B**

# FÓRUM BRASIL: 1995

## Política Industrial e Tecnologia

Fita nº 2

31 de outubro de 1994

### LADO A

Prof. Luciano Coutinho: ...se positiva ou negativa, ou seja, para se tornar uma política de desindustrialização. Além da consistência macroeconômica, é absolutamente necessário, hoje, articulação e coordenação dos outros aspectos, porque a Política Industrial ganhou, ou melhor dizendo, a política de competitividade requer um "approach" sistêmico, e um "approach" sistêmico significa articular outras áreas fundamentais de políticas públicas, e mais do que isso, o engajamento, a mobilização das energias do setor privado para todos os outros aspectos, além dos custos de capital, da infra-estrutura, da formação, do treinamento da força de trabalho, da educação, da distribuição de ganhos de produtividade. Esse conjunto articulado de políticas é que significa Política Industrial. Não obstante, Política Industrial não significa hoje, no mundo, amplo desperdício, ou aplicação de recursos. O relatório da OCDE, recém publicado, há dois anos atrás, aliás, relatório elaborado pelo setor conservador da OCDE em resposta ao famoso relatório Tap, que foi preparado pelo famoso Dr. François Chenét. O setor conservador da OCDE preparou um apanhado sobre as Políticas Industriais no mundo, no âmbito da OCDE. E neste relatório ele constata, não obstante tenha caído o número de subsídios no mundo desenvolvido, de alguma coisa perto de oitenta para sessenta bilhões de dólares-ano, não obstante tenha caído o número de subsídios, a redução dos subsídios deu-se nos programas indiscriminados, onde os subsídios eram automáticos e indiscriminados. E, olhando bem, descobriram que esses subsídios haviam-se concentrado, de uma maneira muito bem enfocada, em três grandes áreas: na promoção de exportações, na pesquisa e desenvolvimento tecnológico, fomento à pesquisa e

desenvolvimento tecnológico, que é universalmente praticado enquanto ingrediente de Política Industrial, e , finalmente, em programas de reestruturação de indústrias deprimidas por razões regionais e de emprego. Portanto, na Europa, nos países asiáticos nem falar, a Política Industrial é praticada e com um nível de subsídios explícitos e transparentes, coisa que nós devemos copiar, a transparência e a discussão democrática dos subsídios. Mas, para não apressar, não açodar aqui, não defendo, pessoalmente, que a Política Industrial no caso brasileiro, deva depender de um volume expressivo de subsídios ou de dispêndio público. Falaremos sobre isso um pouco adiante. Portanto, articulação das condições sistêmicas significa, primeiro, governo. Capacidade de governo de articular, aquilo que o Paulo Cunha chamou aqui, e eu simpatizei com a idéia de um Sistema Nacional de Política Industrial. Para isso, eu queria colocar duas condições fundamentais. Primeiro, a compatibilidade com a política macroeconômica. E nós estamos nos defrontando com um desafio claríssimo nesse momento que é o desafio de como desdobrar o projeto de estabilização, programa de estabilização econômica, de que forma, e de que maneira, que possa, ou não, tornar-se compatível com alguma Política Industrial positiva ou algum estímulo industrial positivo. Teremos, na verdade, que enfrentar o grande desafio de evitar as formas de reindexação da economia. Temos que enfrentar várias dificuldades de temporalidade no processo , um aquecimento temporário do consumo, enfim, alguns desafios complicados. Mas, há um risco evidente. O risco evidente é de que a taxa de câmbio torne-se o elemento central de deflação perversa sobre o sistema de preços. Perversa por uma série de razões mais a taxa de câmbio e uma política de valorização continuada e sustentada do câmbio seja o esteio principal da política de estabilização. Existem outras formas? Sim, existem. Eu diria de maneira caricatural, de maneira estilizada, que existem três formas de enfrentar uma questão da estabilização, que significa , num certo sentido, impor uma certa disciplina aos formadores de preço. Esta imposição de disciplina pode vir de três formas. Ela pode vir por uma regulação impositiva autoritária a partir do Estado, o que não é desejável. Ela pode vir de uma cooperação dos atores, sob a supervisão do Estado. Ou ela pode vir pela mão invisível do mercado, no caso, através de uma taxa de câmbio

estruturalmente valorizada, que é disciplinadora, mas não menos truculenta do que a primeira das alternativas. O mercado, às vezes, pode ser truculento, e às vezes mais truculento. Eu creio que através de um mecanismo de cooperação negociado com supervisão, evidentemente, do Estado, possa ser possível gerenciar uma taxa de câmbio que não se torne estrutural e crescentemente valorizada. O câmbio já está valorizado perto de 20%, sem considerar a defasagem anterior ao plano, sem considerar o vetor de passagem, o resíduo de agosto. Considerando apenas a valorização de 15% mais a inflação residual, nós estamos com 20% de valorização cambial, e se considerarmos que o Plano Real vem a ser um magnífico sucesso e que a inflação média mensal, nos próximos doze meses, seja de 2% ao mês, dentro de um ano, nós estaríamos com um nível de valorização cambial de 60%. Podem dizer alguns dos meus amigos economistas, dizem que ganhos adicionais de produtividade, ganhos adicionais de enxugamento das estruturas das empresas serão possíveis, e será possível conviver com esse sistema. Quem estuda com seriedade a reestruturação ocorrida na indústria brasileira nos últimos três anos, quem verificou a violência do processo de reestruturação com uma forte recessão, e já com a perspectiva de abertura, já com a implantação da abertura comercial no Brasil, no governo Collor, sabe que a indústria fez um tremendo esforço de ajustamento. Sabe que grandes empresas líderes, linhas de produto foram abandonadas, compactação de processos industriais foi realizado, enxugamento da estrutura de gestão de chão de fábrica, já foi realizado de maneira significativa. Existem exemplos de redução à metade da força de trabalho. Existe na média, 33% da estrutura de emprego foi enxugada. Pergunto: é possível realizar outro ajuste em cima deste que já foi feito? Minha resposta é, taxativamente, não. A possibilidade de fazer ganhos adicionais de produtividade, na escala que já foi feito, não é, salvo exceções, são os setores mais atrasados que não fizeram nada, não é factível. É factível, sim, ganhos incrementais de produtividade. Não obstante, eu gostaria que ganhos de produtividade não fossem dissipados para convivermos com termos de troca desfavoráveis, o que significaria voltarmos à velha transmissão de ganhos de produtividade ao exterior, à la prebes, e sim que ganhos de produtividades, sim, fossem efetuados não para neutralizar câmbio, mas, para distribuir

ganhos de salário real para os trabalhadores, cujos salários precisam subir, e ganhos de preços relativos para os consumidores. Então, há aqui, uma vertente fundamental a matizar o cenário dentro do qual a Política Industrial, ou a não Política Industrial, se desenvolverá nos próximos meses. Argumenta-se, também, que a estabilização é tão benfazeja e tão boa que cria a preferência pela retenção de ativos reais, que permite o planejamento. É verdade tudo isso. A estabilização permite o cálculo etc. mas, dependendo das variáveis, e do ajuste das variáveis, particularmente com o câmbio tendencialmente valorizado, temos crescimento sim, mas, um crescimento distorcido, torto, e com desindustrialização em vários segmentos. E digo, é uma desindustrialização seletiva, seletivamente perversa. Por que seletivamente perversa? Porque irá, gradativamente, reduzindo o universo possível da competitividade brasileira aos setores aonde o Brasil tem competitividade absoluta, e se tornará difícil construir elementos de competitividade em setores outros, onde a agregação de valor requer processos mais sofisticados. Portanto, compatibilidade macroeconômica, esse é um ponto essencial a ser discutido, e por isso me aprofundi mais sobre ele. Diria que num segundo ponto, a necessidade de coordenar políticas, e ter aquilo que tanto Roberto Nicolau Gea, quanto Paulo sublinharam, a necessidade de um sistema de política, ou de um ministério de política, forte. E vamos dar os nomes aos bois, e aqui. Na verdade, há uma excessiva concentração de poder no Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda é metade do poder da República, se é que não é mais. Exemplificando para ficar cristalino: todos os instrumentos essenciais a uma Política Industrial não estão no Ministério da Indústria, tarifa e tratamento tarifário, tratamento tributário, câmbio, juros e financiamento e BNDES, todos esses instrumentos estão fora do Ministério da Indústria. Eu também não estou querendo esvaziar o Ministério da Fazenda e concentrar tudo no Ministério da Indústria. Mas, eu acho que é preciso separar, minimamente, algumas dessas funções, e um futuro Ministério de Indústria, se for para valer, precisa ter, no mínimo, tarifa, todo o controle do comércio exterior, lei antidumping, financiamento, e compartilhar a questão do tratamento tributário, que não pode ser matéria exclusiva da Fazenda. Evidentemente, que juros e câmbio não

podem sair do núcleo da política econômica, têm que estar na esfera do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Mas, sem esses contrapesos efetivos, não adianta exigir obrigações e responsabilidades se não há instrumentos efetivos para implementar qualquer política. Continuando, e eu queria , de fato, fazer um esforço de ater-me a meus quinze minutos, outras condições sistêmicas são absolutamente centrais para a política. A questão das infraestruturas, que é absolutamente fundamental para não estrangular o crescimento e alavancar a capacidade competitiva em um sem número de setores. Isto requer mudanças institucionais importantes, atração de parcerias com a iniciativa privada, um programa inteligente de privatização que alavanque novos investimentos e não simplesmente faça troca de ativos. A reforma tributária e a reforma financeira, que têm que reduzir custos de capital, tornam-se ainda mais urgentes em função da antecipação do cronograma tarifário, para certos setores. Se não fizermos a curto prazo uma racionalização da estrutura tributária que reduza o gravame tributário adicional, que o Brasil tem face a seus competidores, se não conseguirmos formas novas de crédito adequado e mais baixo, e não excessivamente extrovertido. Eu queria lembrar aqui que nós precisamos, junto com a captação de crédito externo, barato, reforçar as bases internas de crédito, senão, ficaremos exclusivamente dependentes de crédito externo, e em algum momento, no futuro, as condições externas de crédito podem não ser tão benfazejas quanto no presente. É absolutamente necessário, também, olhar para a questão social. A Política Industrial tem um lado social sim, e muito forte. Isso significa modernizar relações de trabalho, pensar a questão de um contrato coletivo de trabalho, pensar a questão da educação e qualificação dos trabalhadores, porque o novo paradigma de indústria requer uma solidariedade pró-competitiva entre capital e trabalho, e isto só se consegue quando ganhos de produtividade estão sistematicamente associados a ganhos de salário. É preciso reaparelhar institucionalmente o Estado para novas tarefas. E a contestabilidade de mercado não é , exclusivamente, resultado da abertura, porque existe um amplo conjunto de setores aonde bens e serviços não são transacionáveis internacionalmente. Então, é preciso ter a capacidade de estimular a concorrência no plano doméstico, e este é o sentido moderno de uma lei antitruste, que ainda não existe, ou que sequer a capacidade



de implementação está construída, além da questão de salvaguardas antidumping e uma política de atração de capital estrangeiro. Esse reaparelhamento, essa capacidade que o Estado possa lidar com novas tarefas colocadas por uma Política Industrial, cujo componente sistêmico é fundamental. Ademais, eu imagino que, e aqui vai muito mais a minha opinião, do que a opinião do estudo da competitividade da indústria brasileira, estudo que colocou todas as condições, mas, deixou as opções políticas à disposição ou arbítrio de quem dele queira fazer uso para tal ou qual orientação. É preciso decidir uma escala de prioridades setoriais, não para criar setores, mas, para estimular, e ao estimular, não necessariamente subsidiar, o desenvolvimento competitivo de vários desses setores. E aqui existem quatro opções essenciais que caracterizam de fato o perfil da Política Industrial. É o grau de comprometimento de recursos, ou de subsídios, envolvidos, o grau de regulação pública, Estado versus mercado. É o grau de abertura. E é o grau de distributivismo que se quer dotar a uma política industrial. Eu tenho as minhas preferências a respeito de cada um desses pontos, mas creio que é da escolha deste "mix" de preferências que resultará uma certa priorização da política. E eu, pessoalmente, imagino que se pode fazer uma Política Industrial com um reduzido comprometimento de recursos, basicamente renúncia fiscal para incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, um pouco de subsídio à diferença de juros para exportação, algumas poucas operações de crédito para reestruturação industrial, com juro favorecido, ainda assim de maneira muito limitada, uso do poder de compra público, enfim, muito pouco comprometimento transparente de recursos se pode fazer uma Política Industrial, dependendo do quanto se quer ir em matéria de fomento, ou não. Creio que o grau de abertura deva ser objeto explícito de "targeting", pelo menos de monitoramento. Imagino que o Brasil pode sair de um volume agregado de comércio sobre seu produto, que é de 14%, 8% de exportações, 6% de importações, hoje, para alguma coisa como 11 e 9, ou seja, para 20% no futuro, dentro de cinco anos. O que significa que as exportações precisariam crescer rapidamente, alguma coisa como 14% ao ano, tirando proveito da grande expansão que se avizinha da economia mundial, com importações crescendo ainda mais rápido para fechar o "gap", mas, mantendo-se minimamente um

superávit de comércio, entre 1,5 e 2% do produto, para que a gente não tenha o serviço da dívida exclusiva e totalmente dependente da entrada de capitais externos. Enfim, eu tenho as minhas preferências, mas, as pré-condições e as opções para discutir um determinado estilo de Política Industrial estão colocadas. A sociedade tem maturidade para discutí-las. É hora de aprofundar com transparência as opções e essas possibilidades. Eu creio que, neste sentido, nada mais oportuno que a abertura deste simpósio, neste momento em que o novo governo terá que responder, de uma forma implícita, ou explícita, a essas questões. Muito obrigado.

Dr. Rui: Muito obrigado ao Professor Luciano Coutinho que foi o terceiro expositor deste primeiro painel, o seminário sobre Política Industrial. Teremos, ainda, a apresentação de mais duas exposições, Professor Wilson Peres e do Dr. Régis Bonelli. Em seguida à intervenção dos debatedores oficiais, após a intervenção dos senhores presentes. Todos senhores tem nas suas pastas impressos para o formulação de indagações. Aqueles que já quiserem formulá-las por favor o façam, e encaminhem através dos nossos funcionários aqui para a mesa para irmos já coordenando essa derradeira parte desse painel. Eu tenho a satisfação, agora, de anunciar e passar a palavra ao Dr. Wilson Perez, representante da CEPAL.

Dr. Wilson Perez: Bom dia. Eu queria começar agradecendo à FIESP e IPEA pelo convite para participar neste fórum. Para compensar um pouco o idioma, vou usar o projetor de transparências. A moderna é uma proposta que vai ao ponto específico da competitividade das empresas da América Latina e no Caribe, e que eu acho que pode ser um bom ponto para começar uma discussão sobre que podemos fazer em Política Industrial. Então, essa é a mensagem que eu quero fazer. O segundo ponto é a pergunta: se este é um bom momento para falar de Política Industrial? E eu diria que sim. Se vocês vêem os maiores países da América Latina, por exemplo, no caso do México, o presidente do México Cedillo, quando foi eleito presidente, comunicou: uma vez que nós já fizemos a revolução, macroeconômica, que já fizemos a mudança macroeconômica, chegou o momento de fazer a revolução

microeconômica. Num país muito menor, como a Colômbia, em agosto, o novo Presidente Samper tomou posse em oito de agosto e em vinte de agosto criou, por um decreto, um conselho nacional de produtividade com o setor empresarial, o setor operário, e também fez uma consultoria direta da Presidência da República sobre competitividade industrial. E ainda, num país muito menor como o Chile, vocês encontram o tal desenvolvimento que eles chamam o Fórum de Competitividade e Produtividade, que já está começando a trabalhar. Então, eu diria, a CEPAL tem uma proposta e esta proposta está chegando no momento exato que a América Latina está precisando. Em países como México, como Colômbia e como Chile, este é o assunto que se está discutindo. Então, para tentar fazer um muito breve resumo do que está propondo a CEPAL, eu gostaria de começar como está a situação atual de Política Industrial na América Latina neste momento. Eu diria, primeiro, que muitos países estão falando muito mais em política de competitividade do que em Política Industrial. E qual é o ponto? Isto não é pura semântica. O ponto, aqui, é que nós estamos passando muito mais de política para criação de novos setores. Há políticas que têm que ver com a busca da eficiência empresarial. E por isto, neste novo contexto do desenvolvimento macroeconômico, é muito mais importante. O que está acontecendo é que quando nós falávamos em criação de novos setores, a taxa de inflação poderia não ser tão relevante. Quando eu estou falando de eficiência, estou falando de preços, estou falando de custos, e, portanto estabilidade e os condicionantes macroeconômicos precisam ser muito mais importantes. Então, aqui temos o primeiro ponto. Se fala mais de política de competitividade, o assunto é muito mais da busca da eficiência. E terceiro o peso do desempenho macroeconômico. E outras coisas estão em discussão na região. Eu diria que, primeiro, tem uma clara tendência na região em ...os setores intensivos em recursos naturais. Em muitos países, está-se falando muito mais em basear-se na dotação atual de recursos do que na criação de novas vantagens competitivas. Eu botei esta pergunta porque eu acho que isto dá para discutir muito, mas devemos reconhecer que muitos governos da região, implicitamente, ou explicitamente, dão a idéia de uma industrialização, baseada na criação de recursos do que na dotação de novas vantagens competitivas. Quarto, tem processo de reconversão,

ou reindustrialização, em curso que tem sido determinado mais que por desejo dos governos, por coisas que tem sucedido exogenamente. Basicamente, vocês vão encontrar que tem casos de reconversão industrial que têm sido motivados por esgotamento de alguns fatores produtivos. É o caso que está acontecendo com o carvão no Chile, e outros que, por exemplo, estão acontecendo na Colômbia e Venezuela. Você tem casos de reconversão determinados pelas mudanças radicais que estão introduzindo a integração econômica dos países na condição de competência das empresas. Então tem todo esse universo de reconversão e por último ponto que eu queria fazer, é de uma coisa que está-se discutindo, debatendo, por toda região, é o que tem que ver com as condições necessárias para esta Política Industrial. Se bem eu acho que um ponto que está prestando muito menos atenção é o que tem que ver com as condições suficientes. Geralmente nós temos largas listas de que coisas se devem fazer. Muitas poucas vezes o esforço analítico, o esforço intelectual está concentrado em determinar estas condições suficientes. E mesmo está a pergunta se estas condições existem. Uma vez visto, brevemente, qual é a situação atual, eu diria quais são os problemas que tem a ver com desempenho e implementação. Na região, hoje, eu diria que o ... é que mais da mesma coisa não dá mais. Isto é claro. Você pode ver no México, por exemplo, a coisa começou que tinha um registro para a transferência de tecnologia. Eles tentaram, primeiro, flexibilizar o registro, depois tentaram fazer que o registro fosse de fomento, mas, finalmente, a única conclusão foi este registro, foi uma idéia cujo tempo já passou. E hoje, a solução mais eficiente é eliminar isto. Aqui o que estou mostrando é a idéia que tem em muitos países da América Latina de que as soluções graduais para os problemas industriais já não dão mais. Chegou o momento, em alguns casos, de uma revolução estrutural do que de meras mudanças estruturais na região. O segundo ponto que está em discussão em todos os lados é o pragmatismo. Todo mundo fala de pragmatismo, isso é correto. Mas, também, uma coisa coisa que está faltando em muitos países, e isso é necessário, é base analítica. Por que? Porque pragmatismo está baseado na história, e a história pode ter sido boa para aprender algumas coisas, mas nunca teve uma economia global. Nunca vivemos num sistema financeiro globalizado. Portanto, muitas das soluções para os problemas

de hoje não podem ser tomadas da história, têm que ser tomadas, basicamente, de um desenvolvimento analítico. Depois vêm dois pontos, que, brevemente, são estes: As melhores mentes da região que estão pensando em Política Industrial, muitas vezes estão concentradas no desenho da política. E na América Latina eu acho que o problema maior não tem sido o desenho da política, senão o problema tem sido que, muitas vezes, políticas que não foram bem desenhadas nunca foram implementadas. E, muitas vezes, políticas que foram implementadas nunca foram avaliadas, se os resultados tinham alguma coisa que ver com os objetivos. Então, eu diria, que na distribuição do recurso mais escasso que tem a gente, que pode trabalhar no assunto de Política Industrial, eu diria que a melhor gente tem que ir para a implementação, as melhores gentes têm que ir para a implementação e avaliação, e não concentrar todo o conhecimento no desenho da política. Porque mesmo uma pergunta como essa: será que precisamos mesmo de novos instrumentos de Política Industrial? Muito provavelmente não estamos precisando de novos instrumentos. A maioria dos países já sabe o que fazer. O problema é que não sabem como fazer. Não sabem como implementar as coisas, e não sabem como avaliar se o que se está fazendo tem algum efeito para lograr os objetivos. Então eu diria que a grande debilidade da região é implementação e avaliação, e não é desenho. O quinto ponto, o que tem a ver com a lógica técnico-burocrática para institucionalizar. Eu diria que este tem sido um problema em todos os países da região. Isto de lógica técnico-burocrática eu estou tratando como o seguinte, técnico-burocrática no sentido seguinte. Quando chega um novo governo, a primeira idéia é temos que fazer um novo plano. Por que? Porque agora nós temos o poder e temos que mostrar que podemos fazer alguma coisa. Combina com a lógica técnico-burocrática e fica pior ainda, em todos os países. Por que? Não é só que temos que fazer um novo plano, porque agora chegamos, temos que fazer um novo plano industrial, porque nós somos melhores que os outros. A que está levando isto? A que na América Latina, vocês estão trocando de política a cada quatro ou cinco anos. Nós temos que ir muito mais a uma lógica da institucionalidade. Se alguma coisa ensina o leste da Ásia, é isso. A lógica da institucionalidade em lugar da lógica do eu cheguei, tenho que fazer um

plano novo. Ou eu cheguei , e tenho boa qualificação técnica, e tenho que fazer um plano melhor. E, por último, um ponto que , depois se tiver tempo vou tratar, mas acho que não vai dar, que é: existem experiências positivas na América Latina. Todo mundo sabe que a Fundação Cid funciona, todo mundo sabe que o .... de Costa Rica é bom. Todo mundo sabe que os parques industriais do Brasil, alguns deles funcionam bem. Têm exemplos muito bons, mas, o problema com esses exemplos bons é que são bons casos de implementação que têm um impacto sobre 0,1 do produto industrial, muitas vezes, impactam oito empresas aqui, catorze empresas lá. A grande pergunta para a América Latina é como fazer uma massificação das experiências meritórias? São alguns pontos sobre desenho e implementação. Sobre esta base, o que está propondo a CEPAL? Hoje, a CEPAL está propondo isto, estas são as estratégias que nós estamos propondo sobre políticas de competitividade. Essas estratégias são, primeiro. Todo mundo sabe que tivemos dez, quinze anos em alguns países, de ajustes, esse ajuste debilitou a estrutura produtiva dos países basicamente em dois pontos. Tem um crescente dualismo na região, crescente dualismo ao interior do setor produtivo da região da região. E, por outra parte, em muitos países houve uma perda muito grande de uma parte da capacidade de engenharia local. O problema é , então, não só como fazer para voltar a crescer. O problema que podem ter muitos países, o caso do México é paradigmático, é que vocês podem voltar a crescer, mas, podem voltar a crescer a uma taxa muito inferior ao que foi historicamente viável até 1930 a 1980. O que está atrás dessa idéia? É a idéia de que o choque do passado pode não só , feito que se perdeu uma década, senão que a própria capacidade de crescimento foi debilitada. Isto sim é um problema sério para o futuro. Eu diria , esse é o primeiro ponto da estratégia. É fixar a ...nos países onde recuperar a taxa de crescimento faz algum sentido. Segundo, política de concorrência, além da abertura comercial. Todo mundo sabe que a abertura comercial depois de quatro, cinco anos de implementação, com uma taxa cambial muito baixa, consegue baixar os preços dos produtos comercializados internacionalmente. Mas, a abertura não tem nenhum efeito sobre a margem de intermediação bancária, não tem nenhum efeito sobre a margem comercial, não tem nenhum efeito sobre a propriedade imóvel

na cidade. Não tem outra solução à América Latina que falar de política de concorrência interna , além da política de abertura. Senão, os produtores de transáveis vão ter problemas para enfrentar a competência internacional. Aqui o ponto é este. Nós não podemos ter política somente anti-monopólio porque as grandes empresas da América Latina são muito pequenas no mundo. A maior empresa industrial do México é uma coisa assim como um oitavo da Sansung ou muito menos que um oitavo da Mitsubishi. Muito provavelmente a empresa industrial maior do Brasil seja um oitavo , ou um décimo da Sansung ou da Daiwo(?). Então aqui está um ponto. Temos que fazer uma política de concorrência, mas não pode ser uma política antimonopólica. Tem que ser uma política anti prática monopólica. Terceiro ponto. Prestar atenção à oferta, demanda, e aos agentes de vinculação. Na América Latina, nós temos mudado. Tem anos que todo mundo fala de oferta, tem que gerar institutos tecnológicos, institutos de pesquisa, instituto de capacitação da mão-de-obra. Passam cinco anos, chega o novo plano, não o problema é a demanda empresarial, você tem que fomentar a demanda empresarial, você tem que ... os empresários. O problema é que nós não temos para esses assuntos um enfoque integral, no qual temos que ter oferta, demanda, e os agentes que vinculam esta oferta e essa demanda , esse é o terceiro ponto da estratégia. O quarto ponto da estratégia, o que tem a ver com os condicionantes sistêmicos da competitividade. Na imensa maioria dos países da América Latina, possivelmente com exceção do México e da República Dominicana, peso das indústrias intensivas em capital. As produtoras de insumos tem crescido nos oitenta. Como vocês bem sabem, uma indústria com essas características é uma indústria que trabalha com margem muito apertada. Precisamente, se a América Latina está-se especializando em indústrias que trabalham com pouca margem no mercado mundial, os fatores sistêmicos da competitividade, estradas, telefones, energia elétrica, são ainda mais importantes para nós que para os outros. Porque os outros estão trabalhando possivelmente em alguns setores aonde as margens de lucro são muito mais altas, e, então, podem absorver muito mais a falta de competitividade sistêmica. O quinto ponto é apoiado por todos empresários para modernizar e fortalecer as suas ações. A idéia é um projeto que nós começamos na Venezuela co-financiado com o setor

empresarial lá, e tem sido bem exitoso. A idéia é essa. Que é uma Política Industrial moderna? Política Industrial moderna é uma política que tem informação, uma política que ajuda a treinar a mão-de-obra, uma política que pode fazer a ajuda na transferência da tecnologia. E que é uma câmara industrial moderna? Uma câmara industrial moderna é uma câmara que ajuda seus afilhados a: um, receber tecnologia, dois, treinar sua mão-de-obra, três, prover informação. Tem uma interseção muito ampla entre o que seria uma câmara moderna, uma associação empresarial moderna, e o que seria a implementação de Política Industrial. Então, se o raciocínio é este, se o Estado é fraco para implementar políticas então quando eu fortaleço as associações empresariais eu não estou só fortalecendo meu interlocutor para consertação(?), meu interlocutor para parceria, isso é certo, mas, é outro universo. Eu estou fortalecendo a própria capacidade nacional de implementação de uma política moderna. Uma câmara moderna é um instrumento eficiente para a implementação de uma Política Industrial moderna, e, por isto, esse quinto ponto aqui da estratégia da CEPAL. E o sexto ponto é ponto que tem a ver com os processos de integração. Na América Latina, todo mundo está falando em integração, alguns estão mais avançados, outros menos, todo mundo está falando sobre o que acontece com a desviação(?) do comércio, o que acontece com desviação de vencimento. O caso do México ficou claro para todo mundo. Pouca gente está falando do que vai acontecer com a concentração dos "spillover" tecnológico. Nestes processos de integração, onde vai ficar a mão-de-obra capacitada? Onde vão ficar as novas imitações tecnológicas, ou em alguns casos, mesmo, as novas inovações tecnológicas? Esta pergunta não está sendo respondida e tudo o que se está falando sobre os novos modelos de desenvolvimento exceto onde fica esses "spillover" tecnológicos e de mão-de-obra é onde vai ficar o potencial de crescimento no futuro. Esses são os pontos básicos da estratégia que a CEPAL está trazendo hoje. Eu poderia agora entrar nas linhas de ação. Nós temos algumas linhas de ação para tecnologia, linhas de ação para recursos humanos, linhas de ação para exportação e infraestrutura. Vou tomar só um caso, que é o caso da linha de ação em tecnologia, para que vocês fiquem com a idéia do que estamos falando, como se concretiza o pouco que estamos falando até



agora. Aqui tem alguns pontos da linha de ação que está propondo a CEPAL. Primeiro, uma coisa que está clara, pode não ser o caso mais importante para São Paulo, mas, para o resto da América Latina é muito importante. Em muitos casos nós temos não um problema de falta de inovação, senão que não tem perdão da América Latina, nós não sabemos copiar. Muitas vezes o problema não é como fazer uma coisa nova, senão como fazemos uma coisa que todo mundo já sabe fazer. Então, qual é a pergunta aqui? A pergunta é como fazemos para difundir massivamente quais são os processos melhores que têm no mundo? Esta experiência está tomada no Plano Marshal, funcionou bem nos anos 49 e 50 na Europa, que foi fazer grupos de empresários, supervisores, e obreiros de uma determinada fábrica, juntar gente de diferentes fábricas e levar essa gente para ver o que poderia ser a melhor prática internacional sobre o assunto. Os dois supostos são: primeiro, a gente é inteligente, segundo, quando uma pessoa inteligente vê uma coisa bem feita, trata de imitar o que é bem feito, é um suposto razoável. Com esse suposto, Marshal conseguiu grandes ganhos de produtividade, em 49 transportando, precisamente, empresários e trabalhadores da Alemanha, da Itália, da França para os Estados Unidos, para ver o que, no momento, era a melhor prática. O segundo ponto que estamos impulsionando, que tem a ver com redes de formação de tecnologia, capacitação etc -todo mundo fala disso, mas, a verdade é que a maioria das empresas da América Latina continua sem ter informação, continuam sem estar vinculadas à rede tecnológica, e similar. Terceiro, o financiamento dos esforços em matéria tecnológica. Todo mundo sabe que com os fundos tecnológicos, para o financiamento tecnológico, não vamos fazer a terceira revolução industrial, mas está claro que temos de manter esses fundos por duas razões. Primeiro, o sistema bancário privado tem uma experiência muito fraca na avaliação de risco tecnológico. Os fundos tecnológicos do Estado podem ensinar ao setor privado como fazer avaliação do risco tecnológico. Segundo, um efeito demonstração. Se o ganho tecnológico está bem dado, um ...que pode acontecer, é que pode ser visto pelo setor privado como lucrativo fazer por esta amostra de tecnologia. Quarto, a transferência intraregional de experiências tecnológicas. Eu acho um ponto importante, que muitos países tem experiências que tem avançado muito, e que não são

conhecidas em outros países. isto não é tão grave. O mais grave é que muitas vezes no mesmo país, o universo do Banco Central, o universo do Ministério da Fazenda, muitas vezes não conhece exemplos de experiências exitosas nesses campos, que são até conhecidas demais por gente que trabalha em tecnologia e indústria. Porque um universo que já esteja cansado desse assunto não quer dizer que os que tomam decisões conheçam, sequer, a existência desse assunto. E, por último, o que tem a ver com alianças estratégicas. Todo mundo está falando continuamente das alianças estratégicas. Elas são fundamentais em todo o mundo, mas, onde estão os instrumentos para começar alianças estratégicas? Aí está a pergunta. Hoje nós não temos um conjunto de instrumentos para apoiar o que é, e como fazer estas alianças. Então, nós aqui estamos propondo a simplificação da burocracia, estamos propondo a divulgação de informação, e, mesmo em alguns países, em outros é impossível, estamos propondo estímulos fiscais para constituição dessas alianças estratégicas. Agora, podia entrar recursos humanos, podia entrar tecnologia, mas, acho que o tempo não dá. Eu vou apresentar duas transparências a mais. Primeiro, as experiências institucionais, que eu disse que na América Latina eram exitosas, essas experiências tinham que ser conhecidas, deixam algumas lições. Eu acho que temos que gastar dois minutos nisto. Que lições são essas? Primeiro, é difícil massificar estas experiências. Está claro, sem problema. Segundo, faltam métodos para avaliar o impacto das políticas e os programas. Nós não sabemos como avaliar qualquer decisão que estamos tomando. Muitas vezes, a única coisa é: se gastou tanto nesse rumo, foram contratadas tantas pessoas, fizemos tantos contratos. O impacto sobre o crescimento do PIB quanto é? Quem sabe. O impacto sobre a taxa de inovação quanto é? Quem sabe. Terceiro ponto o papel do líder. Uma coisa que está clara na América Latina, nós somos estruturais demais e sistêmicos demais. Tudo tem oito condicionantes sistêmicas e quatorze condicionantes estruturais, isso é certo. Mas, muitas vezes as empresas, ou uma associação empresarial, ou uma universidade, funciona porque tem um bom reitor, um bom empresário, um bom ministro. O papel do líder no pensamento da CEPAL é uma carência. Nós sempre fomos estruturais demais, acho que esse é um ponto que acentuar hoje. Aqui o ponto que eu fazia até o momento, um paralelismo entre as condições

de uma câmara exitosa, uma câmara moderna, e uma Política Industrial moderna. Nós temos que trabalhar muito mais porque pode ser um bom instrumento de implementação de política, o que se pode fazer para que as câmaras possam implementar amplas áreas dessas políticas. Depois dois pontos para terminar que deixam as experiências exitosas. Primeiro, não exagerar os deveres das empresas. Muitos países da América Latina têm problema com educação primária, as empresas têm que ter educação primária, têm problemas com as estradas, porque não fazem as estradas têm problemas com o fornecimento da energia elétrica. Por que as empresas não provêm energia elétrica para eles e para os bairros que estão perto? O problema é: tem algumas funções do Estado nas quais a delegação não é virtude, senão que omissão. É verdade que, na situação da América Latina, as empresas tem que fazer cosas excepcionais. Mas, também é verdade que o melhor que pode fazer uma empresa é ganhar dinheiro e produzir bens e dar emprego. Eu acho que esse é um ponto, uma coisa é urgente, mas a outra coisa é para que está feita essa instituição. E por último o ponto da vinculação universidade-indústria, eu acho que para a empresa é importante, depois podemos debater um pouco mais o assunto, mais isso tudo é muito mais difícil do que nós podíamos pensar. E termino com a última transparência que são os pontos que estão para discussão futura. Eu diria que, primeiro, recuperar a capacidade institucional de planejamento estratégico. Isso não significa ter nem planos nacionais, nem fazer um planejamento indicativo com ... Basicamente a idéia é a seguinte, os nossos competidores sabem para onde vão. Se a América Latina não quer saber para onde vai, pelo menos tem que saber o custo que vai pagar por não saber para onde vai. Nós podemos chegar à conclusão de que nós não precisamos de plano, nós vamos com a mão invisível, e nós vamos chagar a algum ponto. Está bem. O único que temos que ter clara é que a competência não está trabalhando com essas regras nem vai trabalhar com elas. Então é melhor que nós tenhamos uma boa idéia de qual é o custo que vamos pagar por ter um conjunto de regras diferentes. Isto é que está nessa idéia da capacidade institucional de planejamento estratégico. Segundo ponto, o alcance internacionalmente aceitável dos estímulos diretos. É verdade, a América Latina usou e abusou dos estímulos diretos. Mas, também é

verdade que no mundo os estímulos diretos continuam. O México tem uma boa indústria automotriz nesse momento, teve uma chance de ter a primeira planta da BMW fora da Alemanha, está lá no México. (corte)

(Final do lado A)

## LADO B

Dr. Perez: ...direto que era metade do custo capital. Eu entendo que um governo diga: eu não vou gastar duzentos milhões de dólares para trazer a BMW, porque eu preciso gastar esses duzentos milhões em educação e saúde. Correto. Mas, nós temos que saber como estão jogando os outros. Se nós pensamos que os outros vão jogar sem estímulos diretos, nós estamos muito errados. Então, nós temos que, igual ao primeiro ponto, no segundo ponto temos que saber que estamos pagando por não utilizar esses estímulos diretos. Tem exemplos, da senhora Thatcher, as empresas japonesas têm dúzias de exemplos, mas, nós temos que saber o que está acontecendo aqui. Terceiro. Este é um problema do discurso que temos que corrigir. Por uma lado vamos dizer qual é a proposta de política geral da América Latina, inserir na terceira revolução industrial? Entrar na terceira onda? Varia de um país para outro. Como vamos fazer isso? vamos fazer isso com dois pontos preferenciais: taxa de juros e cinquenta milhões de dólares para tecnologia. Tem um "gap" entre a proposta do discurso inserir a região na terceira revolução industrial e os instrumentos que estão utilizando, que temos que prestar atenção para isto. Não é possível que pensar que com dois ou três pontos de taxa de juros e com oitenta, ou duzentos milhões de dólares, de desenvolvimento tecnológico, a América Latina vai inserir na terceira revolução industrial. Este é um ponto que temos que prestar mais atenção. Quarto ponto e penúltimo, produtividade, emprego e informatização. Já foi apontado o assunto. Nós temos que ser conscientes que muitos dos ganhos de produtividade da América Latina nos últimos três ou quatro anos é uma equação de, basicamente, manter o produto, crescer levemente o produto com aumento de desemprego. Todos sabemos que isso era imprescindível. Eu acho que não tinha alternativa. Mas, o assunto é que crescimento precisa estabilidade. Estabilidade com desemprego crescente é um problema maior. E o último ponto, e aqui termina. Todo mundo fala que nós temos que ir para setores com maior valor adicionado, é dizer setores intensivos em tecnologia, é dizer setores intensivos em mão-de-obra qualificada. Mas se tem mercado interno, imperfeito por natureza, são os mercados de tecnologia e mão-de-obra qualificada. Então se nós hesitamos nesta

idéia de aumentar o valor adicionado do nosso produto, o produ-mix(?) que vamos ter em cinquenta anos vai ser muito mais intensivo e imperfeições do mercado que o produ-mix(?) que nós temos hoje. Simplesmente, porque vai ser muito mais intensivo nos fatores que são comercializados nos mercados mais imperfeitos de tecnologia e capacitação. Então, eu acho, se bem nós vamos enfrentar mercados mais perfeitos, que tem que haver concorrência. A abertura vai cumprir o papel, as políticas de concorrência interna vão cumprir o papel, nós vamos trabalhar com mercados muito mais imperfeitos se formos bem sucedidos no que tem a ver com tecnologia e recursos humanos. Isso quer dizer que a Política Industrial, ou política de competitividade, vai ter muito mais espaço analítico e empírico no futuro do que tem hoje. Foi muito depressa, mas, simplesmente o que eu queria fazer era mostrar que eu acho que a CEPAL, hoje, tem um conjunto de propostas. Estas propostas são propostas modernas, são propostas que advieram de experiências do que tem acontecido nos últimos anos. Os documentos continuam sendo longos e chatos , mas, ... Obrigado.

Dr. Rui: Obrigado ao Dr. Wilson Perez, que foi o quarto expositor do painel Diretrizes para uma Política Industrial. Encerra-se a parte de exposições, nesse momento, com a fala do representante do BNDES, Dr. Régis Bonelli.

Dr. Régis Bonelli: Muito obrigado, antes de mais nada, pelo convite para falar nessa mesa, à FIESP , ao IPEA. É um lugar comum começar a última apresentação da mesa dizendo que é uma vantagem , e uma desvantagem, de ser o último a falar, e eu não vou fugir a esse lugar comum. A desvantagem aqui é óbvia, que dificilmente eu vou poder acrescentar alguma coisa depois dessas exposições tão interessantes, tão abrangentes, que me antecederam. E se eu tinha alguma esperança de falar alguma coisa de nova e original depois do Professor Luciano Coutinho, o Dr. Wilson Perez botou meus planos por água abaixo. É uma grande desvantagem, mas, tem uma grande vantagem que é: me permite ser breve. E eu vou ser extremamente breve nessa apresentação. Não vou fazer uma apresentação institucional, não me cabe aqui dar a palavra do BNDES do que seja Política Industrial. A ação do BNDES

substituiria o meu testemunho aqui. Hoje, inclusive, estamos esperando que seja assinada uma Medida Provisória, que eu acredito, revolucionária, em relação a um dos aspectos abordados, se não me engano pelo Dr. Roberto Nicolau Gea, que é o custo do crédito, custo do capital, para novos investimentos no Brasil. Pertence vai estar, novamente, à frente desse processo, se não o fez antes é por causa do custo do seu "funding" que nós sabemos não é barato. Eu vou me permitir, não só ser breve, eu estou curiosíssimo para ouvir os comentários dos debatedores que vêm em seguida, mas, também, trazer um pouco o assunto para o âmbito um pouco mais macroeconômico, do que propriamente Política Industrial. Inclusive, e ao final vou tentar traçar algumas relações em relação à Política Industrial propriamente dita, porque com vários dos expositores que me antecederam mencionaram, tem que haver uma articulação, uma coordenação entre as duas políticas. Eu gostaria de começar destacando o fato de que toda a ação recente, e certamente, ação futura, de Política Industrial e política econômica em geral, no Brasil, vai estar muito condicionada pelo pano de fundo do nosso processo de estabilização. Esse é um esforço permanente. O que nós chamamos de Plano Real não tem nem um ano que foi concebido. E eu estou seguro que não é com menos de um par de anos que a gente consegue, caso consiga, consolidar um regime de inflação baixa, mais próxima de zero possível no Brasil. Esse fato, esse dado e que uma das âncoras, talvez a principal, que o Professor Luciano Coutinho mencionou, uma das âncoras do processo seja o lado cambial, tem gerado diversas perplexidades, dúvidas, e ansiedades que se somam já a algumas que tínhamos antes mesmo do Plano Real, que já vinham desde o final da década passada, quais sejam, a de que, a principal delas eu acho, a de que ao contrário do que aconteceu nos últimos quinze anos, a economia brasileira não opera mais com um regime de restrição de recursos, divisas, de recursos externos, muito ao contrário, se integrou com bastante êxito, ao longo desses quinze anos, em fluxos internacionais de bens, tecnologia e serviços. Esse fato, o fato de que também o governo, a forma de operar do governo, mudou muito tem gerado uma certa perplexidade e é difícil hoje que nós consigamos, mesmo nesse debate eu notei algumas ocasiões disto, conciliar diversas visões que existem. Dr. Roberto Nicolau Gea mencionou, inclusive, que

dado que o programa de estabilização em curso, para ele não precisamos de reservas internacionais da ordem que temos, mais de quarenta bilhões de dólares, muito pelo contrário, precisamos de menos reserva. E dado que não se pode contar, no futuro previsível, com a poupança do estado para financiar o desenvolvimento, se houver alguma poupança, certamente não nesse ano, talvez um pouco no ano que vem, eventualmente em 96, a poupança pública vai ser sempre uma coisa pequena dada a necessidade que tem o estado de gasto corrente nas áreas mais carentes, eu citaria saúde e educação como as principais, não se pode contar com poupança pública, e a poupança privada nacional ainda temos que avaliá-la corretamente. Resta, então, o recurso ao endividamento, ao aumento do fluxo dos capitais externos, que é uma característica que deve atender, não só ao Brasil, mas, a todos os países em desenvolvimento, a todos países pobres. Todos os países pobres, sem exceção, têm suas contas correntes deficitárias pelo menos durante algum período. Foi isso que nós fizemos até 1980. O fato de termos transferido recursos ao exterior em montantes sem precedentes, ao longo da década de 80 e década de 90, indica, apenas, que adotamos um ajuste do setor externo que nos obrigou a isso. Mas, isso não é um desiderato, e não é isso que vai caracterizar uma economia em crescimento. Podemos até prescindir de grandes influxos de recursos externos. Mas, o capital externo deverá vir para complementar, em termos financeiros, a poupança privada nacional e, obviamente, pela tecnologia que aporta no caso de investimento de risco. Os estudos modernos sobre crescimento econômico, estudos mais iluminados destacam três aspectos, que são, praticamente, consensuais hoje em dia. Um deles é o papel das instituições, no que elas têm e que conduzem ao crescimento econômico. E, nesse sentido, o Brasil fez algumas reformas, mas, muito resta por fazer ainda, algumas reformas muito importantes em termos de fortalecimento dos mecanismos de alocação de recursos, desregulamentação de diversas atividades, privatização, parte da reforma do Estado. Mas, ainda falta muito por fazer. A segunda característica importante é o preparo da mão-de-obra, qualificação, eu não vou entrar nesse aspecto porque as carências aqui são tão gritantes que eu poderia acrescentar muito pouco. O terceiro elemento, e provavelmente o mais importante, estudos mostram mais importante, é



uma taxa de poupança, elevada taxa de poupança. E aqui nós temos que reconhecer que a economia brasileira ainda está muito aquém do que seria requerido para sustentar taxas de crescimento sustentadas, taxas de crescimento do longo prazo, perdão, da ordem de seis a sete por cento. É um lugar comum, também, que o Brasil precisa investir vinte e um a vinte e dois por cento do PIB, dadas as relações capital-produto vigente, ou que se imagina que são vigentes. É para que consiga crescer a essas taxas, mas, quem cita isso nem sempre cita que esses valores são as chamadas taxas calculadas a preços constantes de mil novecentos e oitenta, era uma época em que os bens de investimento eram relativamente muito mais baratos do que hoje em dia. Depois de 85, 86, os bens de investimento e eu cito especialmente a construção pesada, os preços desses bens aumentaram enormemente em relação aos bens de consumo, de tal forma que, no ano passado, e eu cito agora a última revisão das contas nacionais, foi tornada pública na semana passada. No ano passado a taxa de investimentos a preços de 1980, era de 13,9, a preços correntes de 1993, ano passado, foi de 20,5. Essa diferença é exatamente a diferença que existe entre o deflator de investimentos e o deflator implícito do PIB. Para esse ano, supondo que não tem mudança de preços relativa para esses dois, os dois grandes grupos de bens, aceitando a previsão do aumento da taxa de investimento a preços constantes para dezesseis por cento, nós teríamos um requisito de investimento de trinta por cento do PIB, a preços de noventa e quatro. Que é bárbaro. É um requisito quase japonês. E, obviamente, vamos estar alcançando alguma coisa de vinte e dois, vinte e três por cento pelas estimativas que eu mencionei há pouco. Esse hiato de sete a oito por cento do PIB é que vai fazer toda a diferença, e aí, para isso estamos falando em Política Industrial. Há várias formas pelas quais esse hiato pode ser diminuído, há várias formas de aumentar a produtividade do capital agregado, diminuído em relação ao produto. Eu citaria três dessas formas com tendo uma importância fundamental dos anos a frente. A primeira delas é um aumento do componente importado dos bens de capital com investimento total. Esse aumento já vem-se verificando. No ano em curso, as importações de bens de capital estão aumentando cerca de 25%, e a produção doméstica em 15%. A gente sabe que o bem de capital importado, em geral, não é uma regra que

valha sempre, envolve ter um conteúdo tecnológico superior, mas, também, tende a ter características que o tornam mais importante, inclusive permite que depois se difunda pela produção doméstica. Um segundo componente é que esse vai requerer um enorme engenho para que consigamos alcançar esse requisito, seria um barateamento da construção. A construção encareceu muito, o normal seria que agora os preços se equilibrassem por um barateamento, especialmente da construção pesada, que é o item que nos interessa. O que fazer aqui está aberto a sugestões e estudos, não é inclusive inviável ao que foi tocado nessa mesa, não nesse contexto, mas, com uma possibilidade, se não me engano foi o professor Luciano Coutinho, subsídios na veia, para o caso da construção pesada, do ponto de vista de quem adquire a construção pesada, uma forma de barateamento, que permitiria, então, reduzir esse diferencial. E o terceiro elemento é uma indução pela política industrial. Nós já ouvimos também aqui nessa mesa, testemunhos e análises eloquentes de como a política de competitividade, ou melhor dizendo, de reestruturação, no fundo foi isso que nós atravessamos de noventa e um a noventa e três, e um pouco também, noventa e quatro, foi para o bem ou para o mal, dados os efeitos em termos de perda de porte de trabalho foi, certamente, negativo, mas, de fato permitiu um enxugamento das estruturas industriais formais, notável. É interessante, aqui é só uma nota de rodapé, é interessante que essa perda de porte de trabalho na indústria, constatada por diversas entidades, e aqui eu destacaria não tanto pela qualidade de abrangência, o IBGE, não se refletiu em aumento do desemprego industrial, em termos das taxas de desemprego industrial, ou seja, essa mão-de-obra que perdeu emprego formal, para algum lugar foi. O Dr. Wilson Perez mencionou uma possibilidade que é a crescente formalização da nossa força de trabalho e uma terceirização que não é captada pelas estatísticas do emprego formal do IBGE. Como resultado dessa reestruturação industrial, ocorreu algo que é extremamente bem-vindo, embora com perdas de postos de trabalho, que é um aumento de produtividade industrial, medida em homens-hora. Se nós tivermos ao longo do restante do ano o mesmo quadro do primeiro semestre desse ano, a produtividade nacional em homens-hora terá crescido 35% no quadriênio 91/94, 34,8 é a cifra exata, obviamente, dependendo da evolução do segundo semestre

desse ano, para o qual nós não temos dados. E nós sabemos que a produtividade tem duas implicações da maior importância para o futuro do país. Uma delas, no longo prazo, nós sabemos que a única variável capaz de financiar o padrão de vida e o bem estar da população. É a única. Não há desvalorização cambial, não há subsídio, não há salário baixo, que compense esse fato óbvio. A produtividade é a única, e quem o diz e prova não sou eu, mas é uma autoridade do peso do Prof. O. Croughman(?). E a segunda coisa, que tem mais interesse para nós aqui, é que a produtividade é o principal elemento por trás da competitividade de preço, ou melhor dizendo, competitividade de custo. E aqui eu gostaria de mencionar algo que, muito embora nós tenhamos avançado muito do ponto de vista de produção por insumo, no caso homem-hora utilizado, esse dado de trinta e cinco por cento é, realmente, impressionante, do lado da competitividade de custo nós andamos para trás. Os dados que o Departamento Econômico do BNDES tem regularmente divulgado, vai divulgar agora o último dessa semana, na sua sinopse de Política Industrial, mostram isso claramente. Do ponto de vista do custo unitário da mão-de-obra, que é uma variável importante, na definição da competitividade preço ou custo, nós temos tido uma perda enorme dos dois ou três últimos anos, e esse ano, até junho, devido principalmente ao aumento dos salários em dólar, salários médios horários em dólar. Essa perda de competitividade medida, por esse indicador, não levando, portanto, em conta a outra forma de medir competitividade citada pelo Prof. Luciano, que é a defasagem cambial, essa perda de competitividade nós estimamos tenha sido, nos dois últimos anos, da ordem de 15%, unicamente por esse fator, que os salários médios em dólar estão crescendo muito mais que a produtividade. Para se ter uma idéia, no primeiro semestre desse ano, os salários médios em dólar cresceram cerca de 17 a 18% em relação ao primeiro semestre do ano passado, depois de terem crescido no ano passado 17% em relação ao anterior. Não há produtividade, não há ganho de produtividade capaz de contrabalançar esse efeito sobre a competitividade de custo. Então, algo deve ser feito por esse lado e eu acredito que muitas das sugestões que foram aqui apresentadas, no sentido de diretrizes da Política Industrial, podem ser colocadas para funcionar num contexto de estabilização dos próximos anos. Sem

dúvida alguma, a variável crítica, a variável central desse processo vai ser a taxa de juros para novos empréstimos, para empréstimos industriais. E eu destacaria aqui, sem prejuízo das demais sugestões, de importância aqui é o elemento central, em relação ao qual nós estamos fazendo todo o esforço no sentido de prover a indústria. Eram esse meus pontos. Muito obrigado.

Dr. Rui: Muito bem. Concluída, então, a fase das exposições, nós vamos entrar agora na parte dos comentários. E foram convidados para durante dez minutos apresentarem os seus comentários o Secretário de Política Industrial do MICT, Dr. Antônio Sérgio Martins de Melo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Augusto Guimarães, o representante da CEPAL, Renato Balman das Neves, e dois companheiros, empresários, membros do Grupo Permanente de Política Industrial, o Eduardo Carlos Pereira Magalhães, e o Marcelo Letier Pilar. Os senhores participantes deste seminário poderão, também, através dos formulários próprios encaminharem questões aos expositores que participam aqui da mesa, e que após os comentários feitos pelos debatedores, em havendo disponibilidade de tempo, nós formularíamos essas indagações. Eu convido agora para apresentar os seus comentários o Dr. Antônio Sérgio Martins de Melo, Secretário de Política Industrial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Dr. Antônio Sérgio Martins de Melo: Bom dia. Cumprimento o Dr. Rui, os demais integrantes da mesa, os participantes desse encontro. Primeiramente eu gostaria de parabenizar os organizadores, o IPEA, a SEPLAN, e parabenizar, também os palestrantes. Me parece que foi uma bela peça de reflexão de Política Industrial. Eu ressalvo só, acho que houve um consenso muito grande de todos os debatedores. Eu teria muito interesse de ouvir, também, nesse encontro, por exemplo, o contador. E possivelmente a gente vá discutir com os outros debatedores, mais foi citado, por exemplo, o artigo do diretor do Banco Garantia, o Haddad, que fez uma crítica muito grande à questão de ter, ou não, Política Industrial. Então, seria interessante que nesse momento a gente ouvisse essas críticas dessa outra corrente de economistas.

Naturalmente, eu me incorporo inteiramente na corrente dos economistas e empresários aqui representados. Mas seria interessante a gente ouvir o outro lado para debater com eles e ouvir os fundamentos dessa corrente com relação à não existência de Política Industrial. O ponto que eu acho que houve uma enorme evolução, eu lembro que há três, quatro anos atrás, três anos atrás, a gente estava discutindo a questão da abertura, da velocidade da abertura, da necessidade de proteção, e isso nós vimos que está superado. Em nenhum momento das intervenções falamos sobre esta questão. O que ressaltamos aí foi o enorme esforço da indústria, nessa reestruturação, dentro das políticas defensivas. Os números são impressionantes, acho que nenhum país do mundo tem níveis de produtividade iguais aos alcançados pela indústria brasileira, quer dizer, avançamos bastante nisso. E a crítica que se faz, a crítica presente nesse encontro, e eu acho que absolutamente pertinente, é de que a política de abertura teria que ser acompanhada, também, com uma política de competitividade estrutural do país. Quer dizer, criar um ambiente econômico competitivo. Isso todos nós temos que concordar, embora a sinalização inicial tenha sido nessa linha, lá em noventa e um, quando se fez a abertura, e já se colocava o conceito de competitividade sistêmica, entendendo que a competitividade não está só na empresa, a competitividade tem que estar no país. Você pode ter uma empresa competitiva, dentro dos padrões internacionais, mas para você transportar, a carga tributária, o custo de investimento, esses elementos que são os fatores de produção não sendo competitivo então você perde competitividade. Então, eu acho que é absolutamente pertinente, essa crítica, eu acho que ela esteve presente aí em todas as apresentações. Eu acho que a principal ineficiência estrutural no país, é a que está sendo encaminhada agora, que é a busca da estabilidade econômica. Acho que essa, se agente puder atribuir aí um peso em termos de importância, ponderar, digamos dentro dessas ineficiências estruturais, a questão do transporte, da carga tributária, a questão do custo de investimento, eu acho que o que temos de enfrentar, primeiro, é a busca da estabilidade econômica, e eu acho que de uma forma, ou de outra, a gente está encaminhando essa questão. Em seguida, temos que, naturalmente, enfrentar essas questões. O ponto que eu coloco aqui para os debatedores, e que é a questão que me preocupa, com relação às

políticas horizontais versus as políticas setoriais. Essa é uma discussão sempre presente , e alguns entendem que, havendo as políticas horizontais, você equacionando a questão desses fatores que retiram a competitividade do produto brasileiro, você estaria resolvido. O ponto que a gente coloca é como conviver com as políticas horizontais e as políticas setoriais. Um ponto que hoje me preocupa, bastante, a nível de indústria, é o processo que está ocorrendo em relação à cadeia produtiva. O que a gente observa, tanto na indústria automotiva como na indústria de eletrônica de consumo, é que está havendo uma tendência, no caso da indústria automotiva, buscando-se o "global sourcing" dentro da busca da competitividade, você está conseguindo ter produto a partir desse processo de abertura. Você está conseguindo trazer produtos mais baratos e tendendo a reduzir as suas compras no mercado interno. Então está havendo, no momento, uma pressão muito grande junto às indústrias de autopeças e junto às indústrias de componentes. Então, como conviver com essa situação? Vamos abrir mão da nossa indústria de componentes? Vamos abrir mão da nossa indústria de autopeça? Ou vamos definir, formular, políticas setoriais no sentido de preservar essas indústrias mas, que não afete , diretamente, a competitividade do produto final, senão você não tem nada. Então essas questões , eu acho que a gente poderia colocar aqui como fruto de reflexão, aí com uma preocupação com as políticas setoriais. Eu fiquei absolutamente satisfeito, porque a gente tem nesses últimos anos enfrentado a questão das câmaras setoriais. Nós temos lá mais de vinte câmaras setoriais, algumas que tiveram sucesso. Certamente o Ministro Aílton que está aqui representado, já colocou isso na abertura, tivemos seguramente uns cinco ou seis acordos setoriais de sucesso. Mas, de uma maneira geral, temos um questionamento sobre a questão da câmara setorial numa preocupação muito do conluio. Sempre se coloca, na questão de câmara setorial, que aquilo ali favorece o entendimento capital-trabalho contra governo, é sempre colocado assim. E nós sempre questionamos isso porque o nosso pressuposto é que o conluio existe. Se você for falar el alguns setores oligopolizados, e os trabalhadores organizados, há uma tendência de buscar o interesse comum. Quer dizer, nesse momento entra o governo com a tarefa de questionar isso aí, e ver o resultado de um entendimento para a sociedade. Se o governo

não faz esse papel , aí você tem que trocar a equipe de governo, e não questionar o instrumento de câmaras setoriais. Mas, aqui nesse encontro, eu vi que a maioria das manifestações que há uma tendência aí, muito positiva, em favor de um entendimento articulado nas políticas setoriais. Bom, fiquei muito interessado, também, com o depoimento aqui de que nós temos de privilegiar mais a questão da implementação e do acompanhamento, em detrimento do desenho. Quer dizer, no Brasil o que agente observa que o desenho é sempre privilegiado em detrimento do acompanhamento, em detrimento da execução. Então esse é um ponto em que cabe uma reflexão, e aí, particularmente, para os integrantes do governo aqui, de que a próxima estrutura de governo deverá privilegiar o acompanhamento. O que a gente vê é grandes projetos, mas, na realidade, eles nunca são implementados. Então esse é um ponto ,também , que eu achei muito interessante. Bom, em síntese, seriam esses os meus comentários, e eu coloco para os integrantes da mesa, eu gostaria, talvez, do Luciano Coutinho, e do Paulo Cunha, também, sobre esta questão das políticas setoriais e políticas horizontais, e como conviver. Nós temos o programa de Qualidade e Produtividade que na realidade ele é híbrido. Ele articula as ações de forma horizontal, preocupado com a questão da infraestrutura tecnológica, a questão dos recursos humanos, a questão da divulgação de métodos modernos de gestão, mas também trabalha setorialmente com quarenta a cem, coordena mais de quarenta setores da indústria que articuladamente estão trabalhando em prol da qualidade. Mas, o tema que eu gostaria de explorar pelos palestrantes seria como trabalhar com a política horizontal e a política setorial. Muito obrigado.

Dr. Rui: Muito obrigado ao Dr. Antônio Sérgio Martins de Melo , Secretário de Política Industrial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. O segundo comentário será feito pelo Professor Eduardo Augusto Guimarães, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também pelo espaço de dez minutos. Por favor, professor.

Professor Eduardo Augusto Guimarães: Bom, eu queria manifestar, inicialmente, minha satisfação por estar aqui e ter acompanhado as exposições. Nessa minha intervenção, eu queria

explorar , particularmente, uma questão que foi levantada, em diversos momentos, que é a questão da institucionalidade da Política Industrial, olhando um pouco a experiência desses últimos anos. O Ministro Aílton Barcelos Fernandes, mencionou, no início, que a Política Industrial definida lá trás, no início dos anos noventa, ela previa, contemplava, duas linhas de ação: uma política de competitividade e uma política de concorrência. A política de concorrência se desdobrava , no processo de abertura da economia, e numa política de concorrência , stritu sensu, com uma legislação de defesa da concorrência , de uma política antitruste, e por outro lado, teríamos, também, uma política de competitividade, que teria por objetivo, basicamente, apoiar essa transformação do setor produtivo brasileiro. O que a gente observa na experiência desses últimos quatro anos é de que certamente a política de abertura foi um sucesso. Hoje em dia, ninguém põe mais em dúvida a sua oportunidade, a sua necessidade, e mesmo a forma pela qual ela foi implementada, mas, certamente, também, as outras pernas dessa política não avançaram no mesmo ritmo. A política de concorrência interna, mal foi formulada, e se implementou de forma muito pobre e sobre a questão da política de competitividade nós temos um exemplo de sucesso, sem dúvida nenhuma, que é o PBQP, o Programa Brasileiro em Produtividade e Qualidade, mas, eu diria quase que ela ficou por aí. Mesmo o PACTI, começou-se a se plantar agora, e vamos ver que é que dá. O ponto que eu queria fazer, e explorar, é que possivelmente essa dificuldade de levar adiante essas duas linhas de política decorre da dificuldade do setor público, das limitações do setor público de implementar essas novas políticas. Eu acho que há um problema de institucionalização que não foi resolvido e precisa ser enfrentado nesse novo governo. Eu diria que essa dificuldade de implementar, de lidar, com essas novas políticas se manifesta em três níveis. O primeiro nível tem a ver com a própria dificuldade e identificar quais são esses novos mecanismos, quais são os mecanismos necessários nessa nova estratégia de crescimento industrial, como operar esses mecanismos e , inclusive, certa dificuldade de se libertar instrumentos de política que foram úteis no passado, mas, que perderam agora sua oportunidade. Eu vou mencionar , apenas, a proposta recente de restabelecimento do BEFLEX, que , além de outras razões que pudesse ter desestimulado determinados



setores, em boa medida reflete essa tendência a voltar para trás, para pensar o que vamos fazer para frente, ignorando que nós estamos agora num contexto radicalmente distinto daquele que vigorou no passado. O segundo ponto, que eu acho que dificulta um pouco a implementação da política, é a inexistência de um marco legal adequado. Em alguns casos, eu diria mesmo a existência de um marco legal inadequado para a implementação da política. E, finalmente, o terceiro ponto, seria um certo despreparo, e uma certa deficiência do setor público, para atuar nessas novas áreas. Nós todos sabemos que o setor público foi vítima, nos últimos anos, de um processo de sucateamento, que se manifesta, não apenas na perda de técnicos, mas, inclusive, na inexistência de recursos mínimos para cobrir gastos correntes. É difícil se implementar uma nova Política Industrial, que envolve um salto para frente, no contexto e uma debilidade tão grande no setor público. Eu queria explorar esta questão em torno de dois pontos que eu acho que ela se manifesta de forma muito clara, e que foram, e certo modo, abordados aqui em vários momentos. A questão da política de concorrência e a questão dos novos instrumentos adequados à política de importação. No caso da política de concorrências, eu acho que nós temos aqui, claramente, um caso de um marco legal ainda inadequado, e além disso de uma falta de reflexão sobre o que é essa política de concorrência. Nós temos recentemente uma nova legislação aprovada sobre esse assunto, e aqui acho que não é um problema específico do setor público, não basta ter uma legislação anticoncorrência para que se possa implementar uma política anticoncorrência, de defesa da concorrência. Os Estados Unidos levaram cem anos trabalhando essa legislação. A legislação não é de aplicação imediata, então, existe a necessidade de toda uma reflexão a respeito do que se quer, sobre o que se quer dessa política de concorrência. Eu acho que nós não temos no Brasil essa reflexão. Os economistas, em particular, tem dado muito pouca atenção a esse assunto. Esse assunto tem sido quase que até hoje reservado aos advogados, e aqui é necessário um esforço maior de pensar na questão. Foi mencionado, numa das exposições, a questão de que a política de concorrência deve coibir práticas monopolistas, mas, não necessariamente o monopólio. Nós percebemos indecisões tomadas nos últimos meses, uma aplicação pouco mecânica da legislação, uma

questão um pouco ingênua com relação ao grau de concentração, e que poderia ser adequada esse tipo de orientação no contexto de uma economia mais fechada, quer dizer, na medida em que nós caminhamos para uma economia mais aberta precisamos ter empresas com porte suficiente para enfrentar a competição internacional. Então, não necessariamente grau de concentração elevado significa perda de concorrência, pelo contrário isso pode ser uma necessidade decorrente do próprio processo de abertura. Acho que essa é uma área onde um esforço grande vai ter que ser desenvolvido na próximo governo, inclusive porque há uma tendência de que esta questão seja, especialmente no caso brasileiro, contaminada pelas preocupações como o combate à inflação. Em vários momentos, a legislação anticoncorrência é manejada como uma ameaça às empresas mal comportadas em relação às questões de preços. É até compreensível que, num processo de guerra contra a inflação, o governo haja dessa forma. Mas nós não devemos nos iludir de que isso seja fazer política de defesa da concorrência. essa é uma área que está demandando esforço maior e ainda é uma pena do setor público, e da sociedade em geral, mas, é preciso uma reflexão maior do que nós esperamos dessa política. O outro ponto que eu queria também abordar é uma questão que foi levantada aqui, que é sobre os novos instrumentos relativos à política de importação. Aqui, quer dizer, quando uma economia se abre é necessário introduzir instrumentos de defesa, de proteção, particularmente contra práticas desleais de comércio, que não eram necessários, no caso de uma economia fechada. Nós temos obviamente, uma legislação antidumping, temos uma legislação que permite tomar medidas contra exportações subsidiadas, mas, tem sido uma crítica corrente afirmar que o setor público, em particular os órgãos envolvidos nessa problemática, não estão ainda capacitados a fazê-lo. Isso é certamente verdade, é um processo que vai levar tempo para que essa capacitação se desenvolva, como no caso da legislação antitruste, quer dizer, também não é uma "expertise" que se adquira de um momento para o outro. No caso essa questão é mais grave porque por outro lado nós estamos percebendo, também, uma tendência crescente de empresas a recorrerem à legislação antitruste, quer dizer, como um mecanismo de proteção à competição externa. Eu acho que há indícios de que parcela

significativa desses pleitos tem pouco a ver com uma questão de antidumping, quer dizer, ela não reflete uma ameaça que faça práticas comerciais desleais, mas elas têm a ver, basicamente, com uma questão que a indústria se sente fragilizada e sem competitividade para enfrentar a competição externa e a legislação antidumping é a legislação que se lhe oferece neste momento para que ela recorra. Essa combinação e uma demanda crescente por proteção, via antidumping, e agências governamentais preparadas para lidar com esta legislação, é uma combinação bastante inconveniente, na medida em que ela acena no sentido de um uso pouco rigoroso do conceito dessa legislação, o que, de certa maneira, é bastante inadequado, do ponto de vista do próprio processo de abertura da economia, que se está pretendendo implementar. Aqui, também, a ação governamental é relativamente óbvia, o que tem que ser feito é investir no sentido de capacitar as agências governamentais a responderem mais prontamente a essa dificuldade. Mas, é, também, necessário criar os instrumentos de política industrial adequados a este caso. O fato de uma empresa não estar sendo vítima de ação antidumping não quer dizer, necessariamente, que ela não deva ser protegida. Pode ser uma opção de política de Governo dar um tempo a um determinado setor industrial para que ele se capacite para enfrentar a competição, só que certamente o mecanismo antidumping não é um mecanismo adequado neste caso. Existe, dentro do âmbito do GATT, o mecanismo que é indicado para isso, que é o mecanismo da salvaguarda, que seria interessante que fosse contemplada a sua implementação a curto prazo no Brasil. Isso remete a um último ponto que eu queria mencionar, que é a questão da política horizontal X a política setorial, certamente, por mais que nós pretendamos enfatizar a importância da política horizontal, existe espaço para a política setorial, em particular nas questões de reestruturação. Quer dizer, o programa adequar a estrutura da indústria brasileira para enfrentar a competitividade internacional passa, certamente, por reestruturar determinados setores e esta reestruturação se faz através de uma política setorial, contando com mecanismos rígidos. Nesse contexto, o mecanismo de salvaguarda aparece como instrumento importante. Ela é, de certa maneira, o elemento que permite dar, a um determinado segmento industrial, o tempo necessário para que

ele se reestruture e volte a enfrentar a competição internacional. Nesse sentido, vou levantar apenas dois ou três pontos, me parece que a eficácia da política industrial no próximo Governo passa por um processo de aprimoramento das agências governamentais envolvidas nesse processo e, inclusive, um trabalho legislativo de complementação dos documentos legais existentes. Eu queria só, para encerrar, fazer um pequeno comentário em relação à intervenção do Luciano, em relação à questão cambial. Você mencionou uma questão de sobrevalorização cambial, da ordem de 15, 20%. Eu acho que não há dúvidas que nós tivemos, nestes últimos meses, uma valorização cambial de 15, 20%, eu não acho que se possa inferir daí que haja uma sobrevalorização de 20%. porque, primeiro teríamos que supor estávamos na paridade, quando iniciou o processo ou ignorar o fato

(Final do lado B)

# FÓRUM BRASIL: 1995

## Política Industrial e Tecnologia

Fita nº 3

31 de outubro de 1994

### LADO A

Professor Eduardo Augusto Guimarães: Deve ter-se alterado, de lá para cá. A paridade cambial reflete um determinado contexto de condições fundamentais macroeconômicas. Eu estou inteiramente de acordo quanto ao risco e ao inconveniente de apostar numa âncora cambial, mas não creio que esse nível e apreciação cambial que nós tivemos até agora, chegue a caracterizar uma situação que comprometa, eu diria exatamente ao contrário, que a taxa estava subvalorizada e que, agora, nós estamos ajustando apenas.

Rui: Muito obrigado ao Professor Eduardo Augusto Guimarães. Eu peço, agora, ao próximo comentador, também pelo prazo de 10 minutos, que, por favor, faça a sua exposição. É o companheiro Eduardo Carlos Pereira Magalhães, membro do Grupo Permanente de Política Industrial, da FIESP/SIESP.

Eduardo Augusto Guimarães: Bom dia! Eu gostaria de começar os meus comentários a respeito de uma frase do Dr Régis, que eu considero extremamente relevante, que é a produtividade é a única forma de melhorar o padrão de vida da sociedade. Acho que quando se fala em qualquer política industrial ou social, que seja, nós estamos objetivando a melhoria do padrão de vida da nossa sociedade. Portanto, eu acho que este ponto que nós temos que olhar mais, ressaltar mais, principalmente dentro de uma estrutura necessária, que foi comentada aqui, pelo Dr Wilson, representante da CEPAL, de recuperar uma capacidade de desenvolvimento, de planejamento estratégico do País. Nós perdemos, talvez tenhamos perdido, pelo que foi comentado aqui, pelo relativo

rompimento que houve em nosso País entre Governo e indústria. As nossas associações de classe têm sido extremamente atacadas pelo Governo ou o foram no passado e isso criou um rompimento que tira a confiabilidade do setor industrial, quando falamos de desenvolvimento e políticas ou criação de políticas. Esse é um ponto que eu acho que a gente tem que desenvolver, tem que melhorar. É um trabalho conjunto. Nós só vamos poder recuperar este planejamento estratégico, se as associações de classe realmente representarem um peso importante neste planejamento. O Governo tem o seu lugar, tem o seu, evidentemente, papel preponderante, mas ele é influenciado pelo aspecto político, que é, a cada 4 anos, renovado. Portanto, um planejamento estratégico de longo prazo deve vir muito mais das associações de classe e, eventualmente, de associações de classe mais universidades, onde há uma permanência maior, uma estabilidade de pensamento de mais longo prazo.

Um outro ponto que eu queria comentar é a gente tem que separar muito claramente as políticas horizontais verticais, como o Antônio Sérgio comentou. Quando se fala em política industrial se confunde muito o que é política industrial e política, que eu chamaria de política industrializante. Política industrial é aquela setorial e entendida assim por muita gente. O próprio artigo do Cláudio Haddad que, aqui, foi comentado, parte deste pressuposto, que política industrial é setorial. Então, vamos chamar de política industrializante aquela que induz à industrialização. Esta nós a temos como negativa nos últimos 10, 15 anos. Nos últimos 10, 15 anos tem sido uma política desindustrializante, de maneira que eu acho que nós temos que nos bater muito pela política industrializante, agora, e não pela política industrial, comparando claramente estas duas vertentes, que são necessárias. Eu não posso dizer que uma política setorial seja desnecessária. Mas, hoje, é muito mais importante para nós que a base industrial esteja refeita. Nossa indústria tem que trabalhar com capital, com mão-de-obra, tecnologia. Nós temos que cuidar que estas três vertentes da indústria tenham custos competitivos internacionalmente. Hoje, uma política industrializante ou, talvez, mudando o nome desta política para uma política de competitividade, como sugeriu o representante da CEPAL, talvez fosse mais fácil de sensibilizar a sociedade e não confundir a sociedade com

política industrial, como nós temos feito. Isso é um mea culpa, que eu coloco aqui.

Outro ponto importante é a atenção à pequena e média indústria, não porque ela sendo pequena tenha que ter uma atenção especial, mas ela é a semente que pode se tornar grande empresa do futuro. Mais do que isso, em torno de uma grande empresa, de uma grande indústria, sempre existem um sem número de empresas que prestam serviços, que fornecem componentes, que fazem subconjuntos, e que são, necessariamente, que têm que ser, necessariamente, competentes e competitivas. Caso contrário, também a grande indústria não será competitiva. Criar um terreno fértil para que se possam semear pequenas empresas e que elas possam crescer, eu acho que é função de uma política e competitividade, de uma política industrializante. É desgravar os impostos, recuperar uma estrutura tributária favorável, é reduzir o custo e capital. Seguramente, não é simplesmente através de uma redução da taxa de juros, criação de linhas especiais de juros no BNDES que nós vamos recuperar isto. É necessário que toda a nossa estrutura de capital do País seja desgravada. É necessário que esta estrutura de capital seja competitiva. Nós temos que ter custos baixos de capital, não apenas em empréstimos específicos, que, geralmente, vão para grandes empresas ou grandes indústrias, no nosso caso, mas nós temos que toda a sociedade trabalhe com custo de capital mais baixo. Caso contrário, mesmo os investimentos diretos não acontecerão, porque sempre vai ser mais interessante colocar o capital próprio no mercado financeiro, ganhando dinheiro, ganhando taxas de juros altamente compensadoras, sem trabalhar, sem risco, do que colocar no capital de risco. É muito mais evidente que nós temos que dar vivas e palmas a uma iniciativa de que o BNDES venha a trabalhar com taxas de juros menores ou crie linhas de financiamento com menores taxas. Mas isto não basta. É necessário que toda estrutura de capital o País seja com juros mais baixos.

Eu não quero me estender nas minhas observações, mas é importante que a gente veja que uma política industrializante tem que ser orientada para gerar produção com competitividade. Tem que gerar produtos competitivos, com custos baixos. Esse é o objetivo básico nosso. Nós não podemos olhar uma política industrial como geradora de

empregos. Isso não é objetivo, é evidente que é um subproduto. É certo que a indústria crescendo vai gerar subproduto, vai gerar mais empregos, mas não é objetivo de uma política industrializante gerar mais empregos. Este é um ponto importante que eu queria ressaltar aqui.

Outro ponto que não foi suficientemente debatido, mas eu lanço para que se debata este ponto, é o papel do Estado nesta situação de nova industrialização, de recuperação da nossa capacidade industrial. Nós não debatemos suficientemente isto e eu acho que é um ponto que tem que ser bem mais analisado. Obrigado.

Rui: Obrigado, Eduardo Carlos Pereira de Magalhães. Passo, agora, a palavra, também por 10 minutos, ao próximo comentador, o representante da CEPAL, Dr Renato Balman das Neves.

Dr Renato: Eu queria começar fazendo agradecimentos e associar-me aos pensamentos positivos com relação a este tipo de iniciativa. Mas queria fazer, também, um pequeno esclarecimento. Eu fui apresentado diversas vezes como representante da CEPAL. Na verdade, eu substituí, na Mesa anterior, a Dr<sup>a</sup> Viviane Ventura, que não pode estar aqui. Certamente, eu nem estou no escritório da CEPAL em Brasília e, depois da exposição do Wilson, ficou claro que eu não sou a maior autoridade em política industrial naquela instituição. De forma que eu sou da CEPAL, um técnico da CEPAL, mas vou falar na condição de técnico, especialista na área internacional e curioso do tema.

Minha segunda camisa tem a ver com uma experiência longa no IPEA, muito associada com política industrial. Particpei de vários grupos no antigo CDI, fui representante da SEPLAN na BEFIEX. É interessante ver como a discussão mudou, como nesses 8, 10 anos, essa discussão, em termos muito similares, aos que estamos assistindo hoje, me recorda discussões que tivemos em 86, quando da estabilização do Plano Cruzado. Tratava-se de uma economia com perspectivas de estabilização e o que fazer para não perder o momento. Há várias caras conhecidas aqui no plenário, participamos, já não sei mais, de 6, 8 10 documentos de política industrial, que, seguramente, pecavam por um aspecto que está sendo enfatizado, hoje, de forma recorrente: a setorialidade X horizontalidade. E eu queria começar a minha



intervenção por aí. Eu acho que o momento é oportuno, em primeiro lugar, porque as condições não são, evidentemente, as mesmas condições de 86, independentemente das expectativas em relação à estabilidade. Nós temos hoje um processo de abertura, que, nessa hora e meia que estamos aqui há um consenso de que é irreversível. A abertura está aí para ficar e temos, além disso, um momento em que o esforço de aumento de competitividade no setor industrial também está para ficar. Os números dos últimos 3 anos são inequívocos neste sentido. Isso significa que a forma de pensar política industrial necessariamente tem que ser distinta, muito no sentido do último expositor, do último comentarista. Há que se diferenciar a setorialidade da horizontalidade. Falar de um seminário de política industrial, hoje, em alguns círculos, causa até um suspiro e inflado: puxa! Uma vez mais? Eu me remeteria às observações que foram feitas, aqui, pelos expositores. Uma certa nostalgia de que tivemos política industrial ativa basicamente nos 50 anos, dos anos 30 ao início dos anos 80. São 14 anos, desde então, de perplexidade. São 14 anos de falta de diálogo, entre autoridade central e os empresários. São 14 anos de crescimento descontinuado e quebra de Produto, sem precedentes, em alguns anos. São 14 anos e mudanças muito significativas. Nesses 14 anos foram experimentadas não sei quantas tentativas de estabilização, com conseqüências conhecidas de todos. Mas, ao mesmo tempo, nos últimos 4 anos, a lógica mudou e a consciência de que a lógica mudou é que eu acho que é o aspecto importante a se fixar e se definir uma agenda, daqui para a frente. A questão setorial, micro X macro, me parece que é, repetindo, a parte não resolvida dessa equação. Eu me recordo de um seminário em 87, o então ex-ministro Bresser Pereira tinha recém saído do Ministério da Fazenda, havia um mês, um seminário feito nos Estados Unidos, da Associação sobre Estudos na América Latina, e o Bresser fez uma exposição sobre a economia brasileira, as dificuldades e negociação da dívida, o episódio da relação dele com o Francisco Baker. Naquele momento, quando começaram as perguntas, levantou-se Beatriz Nophal, que, naquela época, era Subsecretária da Indústria na Argentina, e fez uma pergunta, que eu acho que continua sendo muito atual: Ministro, o Sr quando Ministro da Fazenda quanto do seu tempo o Sr dedicava à questão da dívida externa?

O Bresser ficou lívido e disse: 95% do tempo.

Se nós perguntássemos, hoje, à equipe do Ministério da Fazenda, que, segundo o Luciano, detém 50% ou mais do poder na área econômica, não mais da dívida interna, que deixou de ser um tema, mas da estabilização, quanto tempo a equipe econômica destina à parte macro? Provavelmente, a resposta vai ser muito semelhante, 90%. Isso significa que incluir questões setoriais ou o tema perspectiva setorial, ao pensar em termos macro, evidentemente continua sendo, há um divórcio nas agendas. A questão está em que a agenda setorial não pode ser proposta, não deve ser proposta, em termos estritamente setoriais, como tem sido feita nos últimos 14 anos, sob pena de não haver diálogo, como temos observado nos últimos 14 anos. Eu acho que a agenda setorial deve começar a incluir novos temas, que têm sido insuficientemente tratados, como alguns que foram tratados aqui, a questão institucional, a regulamentação do processo de privatização, o day after que vai afetar a todos, a parte de tarifas públicas, isso é um tema que não foi tratado aqui, a questão de como lidar com a abertura. Eu tive a oportunidade de processar os dados primários da pesquisa coordenada pelo Luciano e João Carlos Ferraz, no que se refere ao envolvimento com exportações, e aparece uma série de coisas interessantes, que eu não vou discorrer, enfim, o envolvimento com exportações é uma coisa muito positiva etc, são muito impressionantes os indicadores e aumento de competitividade. Mas é muito interessante, sobretudo, a resposta sistemática que aparece. Quando as empresas foram perguntadas o que define a estratégia de mercado? Para nenhuma delas ou uma percentagem muito pequena a competição com produtos importados aparece como tema relevante. É razoável e intuitivo que assim seja. Por que? Porque a julgar pela experiência da Argentina, do Chile, do México e o Wilson pode ilustrar isto muito melhor do que eu, o impacto da abertura só ocorre 2, 3 anos depois. Uma coisa intuitiva. Até que a dona de casa, em Porto Velho, conheça o sabonete inglês que elas podem comprar alternativamente ao Lux, que ela sempre comprou, isto vai levar 2 anos. Tem todo o problema de cadeia de distribuição, particularmente importante num País como o nosso. Esse exemplo caricatural pode ser levado ad infinitum. Isso significa que, na discussão que foi colocada aqui, hoje, o ponto que eu quero chamar a atenção é

que, aparentemente, o impacto das importações, o impacto potencial a ser gerado pela competição dos produtos importados- não está tendo, a meu ver, o destaque que poderia ter. Está limitado nas apresentações que foram feitas. Pelo pouco que eu pude ver no documento que foi distribuído a importância de se ter a política anti-dumping, a importância da cláusula de salvaguarda, a capacitação da aduana, e, até aí, chegamos. O que eu quero chamar a atenção é que a lógica da globalização requer, por si só, uma lógica distinta na forma de pensar política industrial. Quer dizer, eu não vim, não sou eu que vou ensinar Padre Nosso ao vigário, falar de globalização na FIESP, mas, como pesquisador, o que os dados indicam é que em todas as economias da América Latina há uma participação crescente de algo que foi chamado a atenção, aqui, pelo representante do MICT, de complementação, de verticalização transfronteira, para dar um nome, comércio intrasetorial, comércio intrafirma e que os países da América Latina estão anos luz atrás, mas que estão catching up, estão-se aproximando do padrão CDE com muita velocidade. Isto significa dizer que, a amnter-se um padrão de abertura, como o que aparentemente é consensual nas exposições vistas aqui, vamos ter que conviver, sim, com compras crescentes e insumos importados, com competição de produtos finais importados e aprofundar um processo de definição de estratégia de mercado, de exploração de segmentos específicos, tanto no mercado interno como no mercado externo. E, aqui, um outro ponto que, em nenhum momento, se definiu política industrial para que mercado. São 50, 60, anos de industrialização voltada para o mercado interno. Os instrumentos estão aí, via globalização, via política de crédito etc para que se comece a pensar em termos mais amplos. Entre outros aspectos, é importante ter presente que o Brasil, possivelmente México e alguma coisa na Colômbia, são núcleos de resistência da indústria neste Continente. Em boa parte dos países, o que se observa é uma desmobilização do setor industrial, fuga de capital, de plantas produtivas, coisas que não se observa no Brasil. No entanto, o discurso do industrial brasileiro, aparentemente, não incorpora essa perspectiva. Não incorpora um desenho de política que não seja estritamente voltado para o mercado interno, o que, por sua vez, eventualmente, diminuiria os atritos aqui tão referidos com relação ao Estado.

Duas últimas observações pontuais. Algumas coisas que foram ditas aqui. Uma observação que o Luciano fez, com relação ao poder de definição de tarifas que está no MICT. Eu me permito ser bastante contrário, aí, com toda desculpa às autoridades do MICT, eu não consigo imaginar a definição, o uso e um instrumento que, por definição, é multisetorial, localizado num Ministério setorial. Eu acho que este um tema que, eu sei, foi muito discutido, eu stou há cinco anos fora do Brasil, mas este é um tema, que a meu ver, continua carente de discussão. Não digo que tenha sido usado de uma forma viesada, mas a sua dependência, sua subordinação institucional dá um potencial que poe ser viesado.

Um seguno aspecto é um ponto que o Eduardo Augusto mencionou, da taya e câmbio, que eu esperaria, inclusive, ter ouvido masi reclamações sobre a política cambial. Concordo com os seus argumentos que efetivamente falar de sobrevalorização requer não só considerar o ponto de partida como o que aconteceu depois, mas eu acho que existe um argumento muito forte, do ponto e vista do empresário, que é que tudo isso aconteceu num período de tempo muito curto. Se estivéssemos falando em dois anos, não sei, em "n" meses, se poderia iscutir em um nível mais teórico, mais técnico, mais aprofundado. O ponto é que 20% de valorização cambial, junto com um processo de abertura, aparentemente, irreversível, oxalá irreversível, com crédito elevado, e mais, um aspecto que não foi mencionado aqui, como produto importado não paga alguns impostos que os produtos produzidos internamente pagam, tipo o antigo FINSOCIAL etc, pode não ser uma sobrevalorização em termos estritamente teóricos, mas, efetivamente, é um choque, na prática, num período de tempo muito curto. Aqui a gente entra na caixa negra de falta de diálogo, horizontalidade, setorialidade, que esse é um ponto crucial m qualquer debate com relação à política industrial.

Finalizando, eu chamaria a atenção para este aspecto mais abrangente. Não é só pensar em termos macro. O industrial brasileiro, a meu ver, deveria pensar em termos transfronteira. Eu acho que o mundo mudou e esta nova realidade deveria seer incorporada no discurso. Muito obrigado.

Rui: Agradecimentos ao especialista da CEPAL. Professor Renato Balman das Neves. Eu chamo, então, agora, o último comentador deste primeiro painel, que é o membro do Grupo Permanente de Política Industrial da FIESP/SIESP, empresário Marcelo Letier Pilar.

Marcelo Letier Pilar: Obrigado, Senhor Presidente e membros da Mesa, companheiros e companheiras do plenário. É muito agradável, eu costumo dizer que gênio é aquele camarada que pensa como a gente. Naturalmente, quem não pensa como a gente não é tão genial. Feliz ou infelizmente, eu fui precedido por gênios. Então, fica muito difícil eu levantar alguns pontos, mas eu vou tentar ver aqueles que eu não concordo ou que me parecem valer serem repisados.

Primeiro lugar, política industrial, que foi uma coisa discutida inicialmente, a conveniência ou não de ter ou não ter, me parece que queiramos formalizá-la ou não ela existe sempre. Se não for formalizada, existe qualquer coisa que passa a ser a política vigente. Portanto, a medida que nós temos oportunidade de formalizá-la, nós vamos agir, mais ou menos, como quando nós trabalhamos com computador: uma máquina absolutamente burra e que se não trabalhar aquele jeito, ela não funciona. No momento em que nós formalizamos uma política, nós temos muito mais condições de saber o que fazemos, de saber o que queremos atingir. O que vai variar nesta formalização da política é a definição dos cenários almejados, a dimensão que se pretende atingir com ela, os horizontes que se estimam e isto me parece que é mais do que nunca necessário, sobretudo depois de um período em que o empresariado vivia como um zumbi, querendo descobrir o que vai fazer amanhã, em função das próximas manchetes da Gazeta Mercantil. O que vai acontecer? O que foi que mudou? Então, nós estamos, agora, num novo horizonte de poder começar a pensar de novo estrategicamente, planejar. Indubitavelmente, nós temos que pensar, como o Eduardo mencionou, na política industrial como política industrializante, sem desconsiderar a necessidade de, apesar da política industrial macro, a política industrial industrializante, nos termos, também, naquelas políticas setoriais - a conciliação dos interesses que, dentro do guarda-chuva da política industrial maior, vão viabilizar aqueles setores - eu não gosto e falar que tenham vocação natural, eu

fico imaginando qual é a vocação natural que tem a Suécia para ser o maior produtor de caminhões pesados. O grande transporte que a Suécia tem com o mundo é através dos mares. Entretanto, todo mundo conhece Volvo, Scania e estão cada vez mais dentro dos Estados Unidos, também. Então, esta vocação natural é alguma coisa que deve ser induzida. A vocação que o País, o Governo defina como cabível e ter a indução que se deseja. A coerência da conciliação dessas idéias, em respeito e política industrial, ao nível de política, de estratégia, é alguma coisa que necessariamente tem que ser coordenada por uma entidade maior e, conforme mencionado anteriormente, eu reforço a necessidade de nós repensarmos a função do Ministério da Indústria e Comércio e Turismo e, pensando também na fração da agricultura, como os elementos de produção. Não se pode pensar em uma política industrial fora de um ambiente de uma política econômica e produção. Esse é o objetivo. É isso que se pretende, através de uma estrutura que se define com o CONSEC, a participação dos trabalhadores, dos consumidores e que me parece necessário incluir, também, a dimensão do Congresso, que, no fim, tudo que se eine, e nós temos visto, aqui, com todos os palestrantes anteriores, uma coerência muito grande de pensamento. Entretanto, chega em determinados momentos em que tem que ser referendado por um Congresso, que não participou dos debates, que não sabe o que se está discutindo e que tem suas idéias. A presença de representantes do Congresso neste ambiente me parece que seria positiva, também.

Ao nível tático-operacional, quando se entra no dia-a-dia, no jogo de corpo, nós já temos definida e com uma experiência de sucesso o trabalho dentro das Câmaras Setoriais. Entretanto, dentro dos trabalhos das Câmaras Setoriais, as associações de classe, como foi mencionado pelo Renato na última exposição, ainda carecem ter um peso maior, dentro de casa, para refletirem nas Câmaras Setoriais um consenso de uma política a médio e longo prazos. Até o momento, o que se tem caracterizado é o esgargalamento de certos problemas pontuais, o que é útil, mas não se reflete dentro e uma visão de longo prazo.

Em síntese, a política industrial vai determinar uma maior oferta. O que nós estamos definindo como política industrial é qualquer coisa que permita aumentar a oferta. Nós não vamos ficar aqui definindo o

que vem antes, se a demanda que vai determinar a maior oferta ou se a oferta que vai determinar a maior demanda. O esforço que tem que ser feito é que a produção aumente. A consequência, a preocupação que foi mencionada anteriormente, com a qual eu não estou de acordo, o Eduardo também já se referiu, é que, dentro da política industrial, a preocupação deveria envolver os aspectos de produção, através da competitividade, produtividade, inovação tecnológica, o que não foi mencionada com a ênfase que me pareceu adequada, com a criação de empregos. A função de empresar, a ação do empresário envolve, fundamentalmente, produzir, vender e lucrar. O empresário acaba dando emprego por consequência. Não é função do empresário dar emprego. Mas, ao produzir, ter que vender e ter que lucrar, a consequência inevitável é ter maior satisfação da sociedade como um todo, inclusive com a criação de empregos. Isto funciona muito, o envolvimento do PBQP acabou determinando um comportamento de convencimento que não permeava dentro da nossa sociedade, que é você faça o certo que vai acabar dando certo. A questão do emprego está muito por aí, na minha visão, na medida que se dedica um comportamento adequado, a qualidade será atingida. Na mesma forma, à medida que se aumenta a produção, o emprego será atingido.

Uma das fontes que o Roberto Gea mencionou, a ativação das reservas, deveria ser feita sempre, nesta direção, da produção industrial, bens de capital, imobilização que voltasse a esses objetivos.

Do lado do Estado, o que cabe nesta função de política industrial é estabelecer o clima, o ambiente que permita, em primeiro lugar, a manutenção dos valores relativos. Estamos completamente perdidos, qualquer produtor marginal acabava sendo muito mais produtivo de que algum outro que, tendo trabalhado dentro da lei, ficaria sem capacidade de competição. A manutenção dos preços relativos evita, em grande parte, esta defasagem. Ela é estimulada pela concorrência ativada e o abastecimento e moeda. Eu li, eu tive fora na semana passada, mas, ao chegar li alguma coisa em relação ao aumento de 70% no volume de moeda. Naturalmente, isso cabe uma análise mais detida, mas a primeira imagem que se tem esta manutenção dos valores relativos acaba sendo comprometida e é um processo que nós acabamos e retomamos.

Dentro esta seqüência, a competitividade que vai permitir o aumento da produção tem que passar necessariamente pela desgravação da produção e dos investimentos produtivos. É duro você perceber, constatar, que, no Chile, você pode comprar um Monza, fabricado no Brasil, por 15 mil dólares, e, aqui, você não consegue comprar, o preço de tabela, sem os ágios, está em torno de 19, 20 mil reais. Portanto, o carro nacional, pagando frete, os impostos internos do País, é masi barato no exterior do que aqui. Tem alguma coisa errada, é uma parte do fator Brasil o agravamento dos impostos em cascata, reduzindo a competitividade e reduzindo, o que é fundamental, o universo dos compradores domésticos. Cabe ao Estado, além dessa desgravação do estímulo da produção, alguma coisa fundamental, que, no Brasil, nos anos reentes, em-se divulgando de uma maneira totalmente incorreta: fazer valer as leis. O Brasil é o único País onde há leis que pegam e leis que não pegam. O caso da 8630, com a situação dos portos, é um exemplo clamoroso. Há dois anos a lei existe e continuam os sindicatos, os donos da situação, impedindo a melhor eficiência, a melhor proutividade nessa área. A posição de um MICT mais forte, coordenando, inclusive, a parte de tarifas, o Renato mencionou, eu queria retomar este ponto, porque, num período em que a Fazenda administra o País, pelo fluxo e caixa, todo o poder para a Fazenda, não se está fazendo estratégia, não se está fazendo política, está-se administrando caixa. Está-se fazendo, ao nível de Governo, o que os empresários vêm fazendo até hoje, sobrevivendo. Agora mudou. Nós temos que pensar a médio e longo prazo, planejar, não me parece que seja a Fazenda, o local do caixa, o mais adequado para se fazer um planejamento. Então, aqui, a tarifa de comércio exterior é parte de um planejamento que cabe ao Ministério de Indústria e Comércio.

Eu quero me penitenciar junto ao representante da CEPAL por uam posição pré-concebida, que eu não sei até onde isso permeia entre outros, até o Luciano mencionou, a CEPAL de Prebish(?), que, depois de sua exposição, há muita coisa passando por debaixo da ponte. Seria muito oportuno que houvesse maior diálogo entre a CEPAL e o empresariado, para percebermos o quanto podemos nos ajudar mutuamente.



E, para não ficar sem uma menção ao que o Bonelli mencionou em relação à produtividade e aqueles números quase utópicos da necessidade da inversão, eu queria dizer que, mesmo passando de 400 certificações de ISO, eu acho que ela é apenas um estribo para a gente começar a pensar em montar o cavalo da qualidade, da produtividade. E isto foi muito bem iniciado, mas ainda não se atingiu a dimensão que é necessário. Quando se fala em certificação, 400 empresas certificadas, é realmente um crescimento espantoso. entretanto, não significa, ainda, que as empresas estejam pensando em qualidade estrategicamente. A posição de defesa por ter que atingir o mercado exterior, por não ser asorvida pelas importações, é que eu este impacto inicial. Portanto, há muito de produtividade a ser ganho com este Programa de Qualidade. Portanto, aquele grande vassourão que se passou, em mão-de-obra, em competitividade sobre homem/hora, vai se continuar com a adoção da estratégia da qualidade dentro das empresas. Apenas para mencionar alguns números, com relação a algum conhecimento recente, eu tive a oportunidade, na semana passada, do ex-ministro Hernan Bish, do Chile, alguns dados interessantes para o nosso raciocínio: o Estado chileno vive com 17% do PIB como receita. Desta receita, 11% ele usa para pagar a folha, 5, 6% são investimento do Estado. Porém, o Chile está investindo em torno de 27% do PIB, porque o empresariado está investindo 22% do PIB. Se nós atingíssemos isso, não seriam os 30% desejados, mas seria um grande galeio. Muito obrigado.

Rui: Com a intervenção do companheiro Marcelo Letier Pilar, nós encerramos a participação dos comentadores e dos expositores, deste primeiro painel, organizado pelo IPEA, com o apoio da FIESP/SIESP, o Instituto Roberto Simonsen, do Grupo Permanente de Política Industrial e da CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Infelizmente, pelo adiantado da hora, já que o próximo painel terá início às 14:00 horas, nós não teremos condições de abrir debate com os convidados. Antes de dar por encerrado este primeiro módulo, eu anuncio, como Diretor-Geral do Instituto Roberto Simonsen, aqui na presença do meu companheiro de direção da FIESP, Roberto Nicolau Gea, o Instituto e o GPPI promoverão, agora no próximo mês de novembro, uma discussão sobre o Plano de Governo do Presidente

Eleito, Fernando Henrique Cardoso, com a presença de sua equipe e de deputados e senadores que integrarão o futuro Congresso Nacional. Para tanto, esde logo, nós queremos deixar, aqui, também- como convidados para este evento o IPEA e a própria CEPAL.

A segunda contribuição que eu gostaria de deixar, aqui, é que, durante as exposições e os comentários, eu cosidero muito importante que nós, também, discutamos um aspecto essencial das reformas constitucionais previstas no Programa do Presidente Eleito, é muito importante que se estude com muita atenção o artigo 174, da Constituição de 1988, que estabelece como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado estabelecerá na forma da lei as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este, planejamento, determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Nós todos, aqui, sem nenhuma exceção, perfilhamos a corrente que deseja uma política industrial para o País. Entretanto, vejo absoluta necessidade de sse adequar este desejo com a norma maior, que é o artigo 174 da Constituição, para que possamos avançar, com segurança, em direção às várias políticas e, dentre elas, como relevante, a política industrial. Mais uma vez, eu ronovo, aqui, os agradecimentos ao Ministro Interino da Indústria e Comércio, Ailton Fernandes, que permaneceu conosco durante toda essa manhã, a todos os expositores, a todos os debatedores e agradeço, também, o privilégio de ter coordenado este primeiro painel. Convido todos os senhores, em nome dos organizadores deste eento, para um almoço que será servido no 16º andar, pegando so elevadores da frente, e, às 14:00 horas, a continuidade do nosso Fórum, neste mesmo local, com o painel sobre competitividade e política tecnológica. Muito obrigado.

Fim do 1º Painel

## 2º Painel

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Nosso segundo painel, sobre competitividade e política tecnológica. Neste evento que estamos produzindo juntos, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e a FIESP. Depois de uma sessão da manhã muito rica e muito polêmica. Eu acho que o almoço refletiu um pouco as polêmicas, que não se travaram, aqui, porque não houve tempo suficiente para debate. Mas depois dessa sessão nós vamos dar, agora, início à próxima discussão, que será sobre a competitividade e a política tecnológica, numa tentativa de transferir um pouco o eixo da discussão daquelas questões clássicas ligadas à política industrial, referentes a tarifas, a subsídios, enfim, a uma série de questões que classicamente são identificadas com a política industrial e tentando deslocar o eixo da discussão para a política tecnológica, que nos parece a peça chave dentro de um novo paradigma de competitividade e de busca da qualidade total.

Eu gostaria de chamar à Mesa os expositores, Dr Lourival do Carmo Mônaco, da Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, que nos traz, inclusive, um paper sobre a redefinição da FINEP. Quer dizer, todos identificamos a FINEP com ciência e tecnologia, mas o Dr Mônaco tem uma nova FINEP saindo do forno e eu acho que esta nova FINEP tem muito o que dizer sobre este tema, objeto, hoje, e nossas discussões. Eu gostaria, também, de chamar o Dr Salvador Perrot, Diretor do Departamento de Tecnologia da FIESP/SIESP, Dr José Eduardo Cassiolato, Pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, também, tem um paper para nos apresentar, e o Dr Cláudio Fritchtag, que tem-se envolvido tradicionalmente com a política industrial, não só nos vários planos estratégicos que estão sendo concebidos e desenvolvidos nas várias regiões do País como também nos vários trabalhos de Comissões Empresariais, que estão redefinido as suas propostas.

Assinalamos, aqui, os nossos debatedores desta tarde, Dr Silvano Valentino, que, além de Presidente da FIAT, é, justamente o Rui da Comissão de Competitividade do CONSEC, do Conselho de

Competitividade, o Dr Mário Gilberto Cortopasse, membro da GPPI, da FIESP/SIESP, Presidente do Instituto de Pesquisa Tecnológica, e o Dr Roberto Serrini Vilasboas, Presidente da Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa Tecnológica e Industrial e do Centro Tecnológico Mineral. Finalmente, o Dr Flávio Zani, do Pensamento Nacional da Bases Empresariais. Eu não sei se ele já está aqui, mas, certamente estará chegando dentro de pouco.

Apenas algumas regras básicas para a nossa discussão. O tempo é curto, mas nós acreditamos que, muitas vezes, quando o tempo se encurta, as idéias se alongam por falta, às vezes, de oportunidade de desenvolver com mais detalhes certas questões, essas idéias se tomam mais claras. Nós temos esperança que isso ocorra, porque, realmente, os nossos qualificadíssimos debatedores e expositores vão ter pouco tempo, 15 minutos para a exposição, com alguma tolerância de alguns minutos a mais, e 10 minutos para os debatedores. Eu passo, então a palavra para o Dr Lourival Mônaco.

Dr Mônaco: Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite feito pelo IPEA e pela Federação para falar um pouco sobre tecnologia e, principalmente, cumprimentar o IPEA nos eu trigésimo aniversário, que me parece uma data muito importante, quando nós estamos falando em planejamento.

Eu queria retomar o assunto tecnologia, falar sobre tecnologia, retomando o ponto onde nós paramos de manhã, em que se colocou com muita clareza ou se debatia com muita clareza o problema de uma política industrial. Se nós quisermos associar política industrial e a política tecnológica, evidentemente, nós temos que ter política industrial para ter política tecnológica, senão, nós vamos ter uma política de ciência tecnologia desligada da realidade. Eu gostaria de citar o caso de Taiwan, onde a própria educação foi atrelada à política industrial. Ficou muito visível, no caso específico de Taiwan, primeiro, que a grande política foi estabelecida através da educação, mas a demanda do profissional era demandada pela indústria. Isso se aplicaria do mesmo jeito à tecnologia.

O segundo ponto que me parece importante, no caso de Taiwan, como exemplo, é que eles selecionaram poucos produtos, que não é o

caso do Brasil. Então, tomar o exemplo de Taiwan é muito perigoso. Se eu me lembro bem, foi mencionado pelo Ministro, eles escolheram 22 produtos e selecionaram 44 componentes. Isso é um raciocínio rápido. Então, mostrando que era fácil e aquilo que não fosse produzido no País, seria importado. A política industrial ficou definida com muita clareza, ao se colocar este tipo de padrão. Mas eu queria, entrando em tecnologia, chamar a atenção que nós estamos passando pelo mesmo problema do setor industrial

Final do lado A

## LADO B

Dr Mônaco: Da aplicação do desenvolvimento, do conhecimento e, principalmente, olhando como este conhecimento pode ser aplicado em benefício da política industrial. Então, fica um sistema, um caleidoscópio tão grande, que fica difícil montar uma política de ciência e tecnologia, se nós não tivermos os agentes demandantes com muita clareza de objetivo. Eu queria chamar a atenção, em função disso, a preocupação que nós estamos, quando a Aspásia falou que nós estamos criando uma nova instituição, na verdade, nós estamos olhando a FINEP como grande instrumento de competitividade que cobre qualidade, produtividade e cobre inovação. Inovação no sentido muito pragmático, porque, normalmente, quando se discute inovação, todos nós estamos pensando numa coisa revolucionária. Então, eu gostaria de dividir inovação em dois segmentos, aquela gradativa, se nós podemos chamar deste jeito, que são pequenos ganhos e que não estimulam muito os cientistas a investirem nisso. São ganhos pequenos e associados, quase sempre, à qualidade e à produtividade. O segundo ponto seriam as inovações renovadoras ou dramáticas. Mas elas têm um problema: toda vez que se procura uma inovação dramática, em sempre há mercado. Então, o risco do investimento se torna muito mais sensível. Então, quando discutimos inovação tecnológica, nós estamos discutindo duas coisas: uma, atividade que não tem quase risco, é produzir aspirina. A tecnologia pode mudar, o produto tem um mercado definido. Ou lançar uma tecnologia que produza um produto novo.

Então, vejam três problemas que nós temos que investir no futuro. Primeiro, a inovação-produtos, processos e uma coisa, que hoje de manhã não vi mencionada, chamada soft technology ou tecnologia soft. Nós esquecemos que toda tecnologia mal gerida, mal administrada, mal introduzida dentro da empresa, ela não traz resultados. Então, esta chamada tecnologia soft passa a ser importante, passa a ser importante nas áreas de serviços e que, normalmente, a gente descuida rapidamente. E o Brasil vive dizendo: nós somos grandes produtores de software e esquecemos que para produzir software precisamos de tecnologia.

O segundo aspecto é uma política de ciência e tecnologia, ligada a esta visão de atender à sociedade nas suas demandas é ter um ambiente criativo. Nós perdemos, ao longo dos anos, a capacidade de ter no País uma agitação criando coisas. Nós somos escravos do modelo anterior. O modelo anterior que era de substituição de importação e que teve algum progresso tecnológico principalmente naquelas ligadas às grandes empresas. As empresas estatais, particularmente, passaram a montar os seus programas de desenvolvimento. Os demais não havia necessidade, porque tecnologia era tratada como uma commodity. Esse me parece outro ponto fundamental. Se vocês olharem agricultura, que é uma tecnologia adaptativa, exclusiva, o Brasil não fica devendo nada a nenhum País do mundo, do ponto de vista de tecnologia agrícola. Ele erra na gestão, isso com toda a certeza, mas ele é eficiente na tecnologia agrícola. Do ponto de vista da mecanização agrícola, nós não temos, eu diria, tecnologia nacional, é quase toda importada. Inclusive o preparo do solo é modelo europeu, não é modelo tropical e que nós estamos começando a aprender esta tecnologia. Nós não temos esta capacidade criativa e a nova política tem que estimular esta capacidade criativa.

Finalmente, um ponto que me parece que tem que ser focalizado, é a valorização do conhecimento. Nós discutimos muito ciência, muito tecnologia e esquecemos de dar o devido valor ao conhecimento. O conhecimento existente, por si só, não tem muito efeito, ele precisa estar agregado ao processo produtivo. Eu diria que a tecnologia do futuro é a agregação de conhecimento e os produtos do futuro serão avaliados e valorizados pela quantidade de conhecimento incorporado. Acho que não é nenhum segredo que se tem.

Na área de ciência e tecnologia, eu diria, numa síntese, nós carecemos de uma política muito clara dos usuários, política agrícola, política de saúde, política industrial, todas elas exigiriam uma definição mais ou menos clara das tendências, para que a ciência e tecnologia pudessem ser, também, encaminhadas neste sentido.

Outro aspecto que também apareceu e eu acho que afeta a todos nós, é a visão e curto prazo. Em ciência e tecnologia é impossível fazer política sem considerar o longo prazo. A preocupação maior da FINEP é criar dentro da empresa o planejamento estratégico para a próxima década ou para os próximos 20 anos. Nós temos, mais ou menos, uma

antevisão do que seriam os vários cenários e nós estamos procurando, na verdade, estabelecer expectativas da sociedade e qual o novo papel do Governo em relação à ciência e tecnologia, que eu vou tentar, aqui, destacar neste tempo, hoje.

Finalmente, um problema que afetou a ciência e tecnologia é o problema dos investimentos. Como País passou por uma crise nos últimos 10 anos, a redução do investimento no crescimento industrial, ele também se refletiu na queda dos investimentos em ciência e tecnologia. O Brasil, nos últimos 10, 15, 20 anos, ele mantém a mesma taxa de investimento em relação ao PIB - 0,6; 0,7, fica por aí - o que mostra que nós investimos relativamente pouco. Em valores absolutos, ele pode ser até igual a outros países, como o caso da Coréia investe. Entretanto, nosso investimento é concentrado no Estado e é proporcional ao PIB extremamente pequeno. Nós estamos aceitando este fato de que é preciso aumentar os investimentos e buscar as alternativas para aumentá-los.

Um ponto que eu queria deixar claro, aqui, e que eu acho que é importante, porque sistematicamente se ouve falar que nós estamos procurando promover junto aos empresários o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Nós temos a absoluta consciência que os empresários não vão substituir o Governo, principalmetne nesta fase de transição. O problema é saber como Governo e iniciativa privada vão ser capazes de combinar para que se obtenha o máximo de informação, não só a gerada no País, mas a gerada lá fora. Essa é uma mudança mutio grande, inclusive, que na FINEP nós temos estimulado. Não nos interessa onde é gerado o conhecimento ou a tecnologia. É importante que o empresário tenha a tecnologia a sua disposição, quando o mercado oferece condição. É preferível importar tecnologia do que, ao contrário da política que prevalecia desenvolvendo o País, tecnologia fora de época não tem utilidade nenhuma. Esse primeiro problema é o conceito temporal do desenvolvimento tecnológico. As nossas ações têm que ser neste sentido e a política de ciência e tecnologia também. Se o tempo é contra a capacidade de geração de tecnologia vamos buscar onde ela está disponível. É evidente que o tempo trabalha contra essa idéia, porque, aos poucos, a tecnologia vai deixando de ser uma commodity e o acesso fica cada vez mais difícil. A agricultura não será um problema,



mas, com toda a certeza, as tecnologias sensíveis passam a ser um problema.

Finalmente, um aspecto que eu gostaria de chamar a atenção, na mudança que está ocorrendo em todas as instituições, inclusive de ciência e tecnologia, que é o fato da abertura. Abertura que se está fazendo da redução de alíquotas de importação, ela vai trazer, evidentemente, uma outra condicionante no País. Mas eu gostaria de chamar a atenção que o mal não é tão grande assim. Se nós olharmos a agricultura brasileira, se existe um agrupamento extremamente ameaçado no Brasil, é sempre a agricultura. Aumentou o preço, vamos importar, principalmente entre os insumos básicos, a carne, feijão, arroz e outras coisas. Então, isso me parece um ponto extremamente importante de que a agricultura sobreviveu, apesar dessas e sem muitos subsídios ou nenhum subsídio.

O aspecto que para mim é importante e eu gostaria de colocar, dentro dessa mudança comportamental em ciência e tecnologia necessária, nós tivemos, sempre, as atuações dos órgãos públicos voltadas para áreas de concentração científica. Então, nós tínhamos grupos de matemática, e física, de biologia, da saúde. Na verdade, nós tínhamos um prolongamento da Universidade nos órgãos que financiavam pesquisa. Ora, a matemática é um instrumento, a física é um instrumento o desenvolvimento industrial, agrícola, seja lá o que for. A necessidade que nós temos é de investir não em área de ciência por si só, mas nas interfaces das áreas de ciência com as atividades produtivas ou as áreas sociais. Isso trouxe como consequência um problema que nos afeta e a FINEP está mudando em relação a isso. O Brasil é um País extremamente interessante. Se vocês olharem o número de estudantes matriculados hoje, o número pode não estar bem preciso, mas nós temos 60, 70% dos estudantes matriculados estão nas áreas humanas e sociais e 20, 30%, se tanto, estão nas áreas de engenharia. No Japão, para cada estudante das áreas humanas e sociais, tem 7 engenheiros, mostrando que o setor produtivo depende muito mais do setor de engenharia, e nós estamos, na verdade, com um problema muito grande no Brasil. A formação de engenheiros é insuficiente e inadequada. Mas nós temos uma capacidade de ciência e tecnologia extremamente competente, em relação ao resto do mundo. O problema é como maximizar e utilizar esta

capacidade existente, baseada na pós-graduação competente. Milhares de cursos de pós-graduação, mas o pós-graduado não entra na empresa. Então, o conhecimento que está sendo gerado, o investimento que está sendo feito, não tem impacto sobre a empresa. Existe um problema que tem que ser resolvido: como solucionar o problema da pós-graduação, que fica voltada para dentro de si mesma e não para solucionar problemas de produção e de atividade? Eu acho que este mecanismo nós temos que solucionar. Foi criada no Governo a Bolsa Rhae, que seria a ligação empresa-universidade, mas não há a cultura de convivência e esta convivência terá que surgir ao longo do tempo. Nós estamos mudando, inclusive, o financiamento a fundo perdido neste sentido, tornando compulsória a valorização de grupos integrados, buscando reduzir o tempo para atender ao pedido e sendo extremamente seletivos. Quer dizer, tem que estar associado a problemas sociais ou a problemas de produção.

Nós trabalhamos com vários instrumentos na área de financiamento, mas eu gostaria de chamar a atenção, o fundo perdido que eu mencionei é o recurso que o Governo coloca, sem expectativa de retorno. Normalmente, estes recursos deveriam ou devem ser aplicados naquelas atividades de maior risco. Nós temos que colocar o dinheiro a fundo perdido nas atividades de risco. Eu diria, até com uma certa preocupação, eu vejo, que, se nós colocarmos dinheiro a fundo perdido numa empresa, será muito difícil o Presidente de uma instituição sobreviver. Como é que ele vai explicar dar dinheiro a fundo perdido para uma empresa, embora nós saibamos que outros países, como é o caso dos Estados Unidos, para ser o exemplo mais preciso, pode financiar uma empresa a fundo perdido, sem nenhuma consideração desairosa para quem concedeu, desde que seja um problema importante, que venha a solucionar um problema geral, da sociedade, não importa quem realiza a pesquisa. Mas, de qualquer forma, isto é um problema. Então, a FINEP, tem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e que nós estamos dando, alguns nos estágios de casamento do empresário com os institutos de pesquisa, ou a universidade, em que a FINEP paga uma parte, coloca uma parte a fundo perdido, e a outra parte o financiamento para a empresa. Isto permite a redução de taxas de juros e melhora a relação empresa-

universidade e nunca aparece como subsídio que possa ser questionado lá fora.

A segunda atividade financiamento, a FINEP tem procurado, vamos dizer, os agentes, que não é a FINEP, pode ser o BNDES, que cuida do financiamento com retorno. Nós temos procurado nos concentrar na competitividade. E competitividade, baseado no que foi mencionado aqui, inovação, qualidade e produtividade. Nós verificamos alguns aspectos que me parecem extremamente importantes, que eu gostaria de colocar, inclusive para discussão.

Primeiro, o problema da competitividade, ela é uma solução, que vai encontrar problemas num período muito curto. Nós temos que considerar que nós estamos trabalhando ao máximo com o potencial dos nossos recursos humanos, mas que evidentemente o tempo vai trabalhar contra eles. Nós temos, é conhecido, 18 milhões de trabalhadores sem o quarto ano primário, evidentemente, se alguém quer montar programas de produtividade e qualidade e competitividade com analfabetos, com toda certeza, vai ter dificuldade. E pior, não haverá absorção tecnológica, se nós continuarmos tendo trabalhadores com baixo nível educacional. Então, quando nós discutimos esse assunto, o problema da absorção tecnológica, da adaptação tecnológica, da qualidade, nós temos que criar condições para que isto seja feito. Nós estamos procurando de várias formas, não é o papel da FINEP trabalhar com educação, entretanto, nós consideramos que, no curto prazo, educação para competitividade é fundamental que seja atendida pelas linhas de financiamento da FINEP, mostrando que a taxa de retorno ao empresário será muito maior do que o investimento puro e simples, num determinado setor ou na mesma tecnologia.

Outro aspecto, eu chamaria a atenção, que nós estamos desenvolvendo, eu acho que é fundamental que todas as instituições busquem, são novos critérios de financiamento. Então, a FINEP está buscando, junto com a ABINEE, já lançou um Programa de Qualidade Total, onde a ABINEE promove, seleciona os projetos, dentro dos critérios da qualidade, e um no Estado faz o financiamento. Na verdade, nós estamos trabalhando descentralizados, para minimizar o tempo que a burocracia leva. Nós estamos, também, preocupados com o tempo que se leva para atender a isso aí.

Finalmente, um ponto que me parece mais importante na área do crédito, financiamento, é a incapacidade das garantias reais. As maiores dificuldades que nós enfrentamos, hoje, são de natureza das garantias do que qualquer outra coisa. Por lei, nós somos obrigados a exigir certificado de INSS, certificados de FGTS, imposto de renda e vai daí para diante. As empresas, no geral, têm mais problema em apresentar certidão negativa desses impostos, dessas coisas do que qualquer outra coisa. Isto dificulta muito. E o pequeno empresário tem problema de garantia do crédito. Então, junto com o SEBRAE, nós criamos uma linha chamada Garantia de Crédito, onde o pequeno empresário pode tomar o financiamento, mesmo que ele não tenha as garantias reais para dar. Isto vai promover a pequena e a média empresa. Teria muito mais coisas, mas eu vou passar rapidamente para frente, para que eu termine no tempo que a Aspásia me deu.

Os incentivos, nós temos ouvido falar muito nos incentivos fiscais, que são a lei 8248 e a 8661, uma é da informática e a outra é da linha geral, e que permitem abater 8% do imposto líquido a pagar, no caso da 8661. Esse é um aspecto interessante, eu diria que nós estamos muito longe, ainda, daquilo que ocorre em outros países, onde o abatimento é maior. Mas a expectativa, só nessa primeira, na 8661, seriam 200 milhões de dólares, que seriam possíveis de serem utilizados pelos empresários. A FINEP criou uma linha de financiamento que permite você utilizar os incentivos fiscais, o projeto do incentivo fiscal pode ser utilizado na FINEP para obter o seu financiamento e, além disso, se for casado com uma universidade, instituto de pesquisa, nós colocamos dinheiro a funo perdido no instituto, na universidade, usando o mesmo projeto que foi utilizado para isenção do imposto de renda. Subsídios, como virou palavrão no Brasil, a gente não tem muita coisa a dizer sobre isso, mas eu acho que todo País que tem política de ciência e tecnologia, política industrial, elas utilizam subsídios indiretos, seja financiando cabeças de séries, seja comprando produtos, ou uma certa demanda, existem inúmeros mecanismos e que o Brasil não exercita muito nessa área. Nós temos procurado, na área de software, fazer alguma coisa, inclusive vendendo para as universidades, pagando 50% do custo do software, mas é um processo que eu acho que terá muito espaço para se desenvolver.

Eu já mencionei a descentralização. O que eu acho que é fundamental é atuar na ponta da linha. Um ponto que eu vejo sempre levantado, e a FINEP muitas vezes é criticada por isso, é o das taxas de juros. E hoje de manhã foi mencionada a mesma coisa. Nós somos o retrato do que ocorre no país, nós não somos nem um pouquinho diferentes, porque as taxas de captação, aonde nós pegamos o recurso para repassar para os empresários, elas correspondem à base TR mais seis por cento. Então, o máximo que a gente pode fazer de milagre é chegar num valor próximo disso, mas, evidentemente nós correríamos o risco de ir para a falência. Mas, eu queria chamar a atenção para alguns aspectos importantes. Primeiro, se nós olharmos a taxa de juros na Coreia, na Alemanha, a taxa não é muito menor do que a taxa real que se cobra no Brasil. Agora, com a inflação alta, com toda a certeza, isso ficou misturado. O que eu espero é com a estabilidade da economia nós possamos resolver esse problema. Aí, eu posso garantir que a taxa não será maior do que o agricultor está pagando. O plantador de feijão, hoje, está tomando financiamento do Banco do Brasil, paga TR mais nove e meio por cento, numa atividade de risco quase absoluto, principalmente agora, houve uma seca muito grande - então, não tem o Proagro para garantir o financiamento. Vocês imaginem a situação como ela existe. Mas, de qualquer forma, há uma preocupação, a FINEP já está com a Medida Provisória que deve sair, recalculando, inclusive, a taxa de TR. Com toda a certeza a FINEP se encaixa dentro dessa linha, e nós já estamos terminando, ultimando o nosso projeto de reduzir dois pontos percentuais médios na taxa de juros da FINEP. Então, na verdade haverá uma redução significativa.

E, finalmente, os prazos, uma preocupação da FINEP é sempre manter investimentos de longo prazo. E o período da FINEP variando até quatro anos de carência e até sete de amortização. O que eu diria para um projeto de desenvolvimento é importante.

Eu queria terminar no último minuto que eu tenho, mencionar o problema do papel do Estado. Toda essa mudança que vem ocorrendo, ela vai exigir do Estado uma nova postura em relação à Ciência e Tecnologia, e vai exigir uma nova postura em relação à atuação junto ao empresário. Eu só vou listar seis pontos que eu coloquei. Uma infraestrutura, é preciso criar um ambiente adequado em relação à ciência e

tecnologia. Ciência e Tecnologia é fruto da interação em relação ao meio ambiente. Ela não aparece do acaso. Do acaso é comprado. Então, ela tem que ter um processo interativo muito forte. Formação de recursos humanos, evidentemente, ninguém espera que o Estado fuja dessa responsabilidade de formação de recursos humanos. Escolha das prioridades. Nós estamos discutindo em Política Industrial, nós temos uma dívida social muito grande, então, a pergunta é: nós devemos nos preocupar apenas com a taxa de retorno financeiro ou econômico, ou devemos calcular, também, o retorno social? Então, na verdade, a determinação do investimento do recurso público deverá ligado num balanço entre o econômico e o social. Foi mencionado hoje de manhã, que eu acho fundamental, a visão social do emprego. A tecnologia sabidamente, se não gera desemprego ela, com toda certeza, exige um remanejamento da mão-de-obra, o mínimo que podemos dizer. Então, o Estado tem que estar preparado para ajudar a sociedade a preservar o emprego do trabalhador, dentro do possível, sem perder competitividade. A própria qualidade de vida do trabalhador exige tecnologia adequada. Eu acho que nas campanhas que vocês viram por aí, apareceu uma região da Bahia, a terra dos manetas, onde a maioria das pessoas perdiam uma mão no processamento de sisal. Isso daqui nada mais é do que omissão a uma tecnologia existente. A tecnologia existe, mas não se usa porque os mecanismos de imposição não ocorrem. E, finalmente, educação para competitividade. Eu, com toda sinceridade, das áreas que temos concentrado mais esforços é o financiamento, é o apoio à educação para a competitividade, é aquilo que vai colocar o Brasil em condições de produzir tecnologia, de ser competitivo, melhorando a educação dos trabalhadores que estão trabalhando, e que são aqueles que do século vinte e um, eles já estão no mercado e preparando a qualidade dos jovens que vão entrar, ainda, no mercado. Mas, o Brasil vai enfrentar um problema, provavelmente, ainda no final deste século. Nós vamos ter falta de mão de obra qualificada e desemprego. Então é uma situação que evidentemente não será, é um papel do governo tomar medidas para que esse desencontro venha ocorrer. E essa tecnologia, com toda a certeza, é a causa, e pode ser a solução para todos esses problemas. Muito obrigado.

Dra. Aspásia: Muito obrigado Dr. Mônaco . Eu gostaria apenas de lembrar que, eu acho, a sua intervenção foi estímulo para que possamos nos dar conta de quanto temos que trabalhar para fazer essa ponte, mais que perfeita, entre o aperfeiçoamento da indústria e a utilização da tecnologia. Eu acho que temos trabalhado muito pouco nisso. Eu tenho certeza que vamos ter aqui uma importante contribuição no sentido de criar essas pontes, porque, na verdade, numa engenharia do processo industrial não está incluída essa parceria da tecnologia. Então o que eu pergunto aqui, depois do nós ouvimos de manhã, é se esse problema da reciclagem da nossa indústria, que vai levar algum tempo mínimo, mas vai levar. Os problemas da estabilização que são altamente ameaçadores para essa indústria, se eles não podem ser neutralizados com uma política tecnológica mais agressiva, que eu acredito que esse governo que está começando poderia ser o portador dessa mensagem. Mas, para isso, é preciso ter clareza de onde investir, que é esse o ponto que o Dr, Mônaco deixou aqui em suspenso, e que seria importante esclarecer. Quer dizer, dadas as condições da nossa indústria, extremamente diversificada, como nós poderíamos utilizar esses recursos escassos para investir em pontos estratégicos, mais, digamos assim, seletivos do que esses que nós, normalmente, selecionamos até agora? Eu passo a palavra ao Dr. Salvador Perroti que vai nos esclarecer mais sobre a visão da indústria sobre esse processo.

Dr. Salvador Perroti: Boa tarde. Queria agradecer, também, ao IPEA, pelo convite que a gente teve de poder alinhar alguns pensamentos da vivência que a gente tem tido na ABINEE, no fórum ABINEE-TEC , que participamos, o departamento de tecnologia aqui da casa, e também no Conselho de Tecnologia, Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria, na qual a gente tem participado. Falar depois do Dr. Mônaco se torna muito difícil porque ele cobre esse ponto, ele realmente enfocou uma série de pontos que a gente tentou elencar. Mas, vamos colocar um pouco o aspecto da competitividade falada aqui, que seria então, produtividade , qualidade e inovação tecnológica. Nós vivíamos num modelo no Brasil de substituição de importação, onde para o nosso empresário , o importante era a competição aqui dentro. Então o fator inovação tecnológica foi um fator

novo que nos defrontamos a partir de noventa. Nós achávamos há quatro anos atrás, realmente, que o problema era produtividade ou qualidade. E nesses quatro anos, eu acho que o esforço das indústrias brasileiras para se tornarem competitivas foi muito grande, e alguns resultados foram alcançados, haja vista, inclusive, que hoje nós temos quatrocentas empresas com certificados de ISO 9000, com a projeção para os próximos anos de chegar a cinco mil e quinhentas. São dados que eu trouxe, mas não são relevantes, face ao tempo que tem. Se precisar, depois pode até distribuir. Mas basicamente, o que nós tínhamos era o seguinte. Era uma indústria que se habilitava a: comprar tecnologia ou fazer engenharia reversa, e o problema era de administração de produção e administração de marketing. E a gente discutia sempre preço. Na ABINEE, preço era uma coisa bastante importante. Com a abertura do mercado em 90, quem faz o preço é quem compra, então, o problema a ser discutido foi custo. E o custo é que pôs face ao mundo, face ao modelo adotado de abertura de mercado e de economia globalizada, frente ao aspecto da competitividade. E a palavra inovação tecnológica realmente é bastante forte, e de muita pouca consciência de grande parte dos empresários, eu não digo de todos, mas, de grande parte. E ela é fundamental no diferencial de mercado. Quer dizer, quem conseguir inovar, ou num processo, ou num material, ou mesmo num produto, você pode ser diferenciado nesse mercado. Passa já para a segunda parte, vamos pular isso aí, senão... Eu vou dar alguns pontos sobre o panorama de Ciência e Tecnologia, que existe hoje no Brasil, realmente para a gente saber como, é uma falta e instabilidade de recursos, falta de rumos. A competitividade não se faz aos solavancos, qualquer coisa a gente tem que ter um rumo, seja no esporte, seja principalmente na vida do empresário, na vida da sociedade. Frustração de vocações e falta de atratividade para o sistema. Perda de talentos para o exterior. Obsolescência de centros de qualidade. Falta de resultados visíveis para a sociedade, na parte de Ciência e Tecnologia. Quase inexistência de capacitação tecnológica para inovação no setor produtivo. Investimentos insuficientes e distribuição inadequada. Hoje os números que se dão são de zero seis por cento do PIB por ano, mas, eu consegui um levantamento um pouco mais preciso, desse ano e é metade disso, basicamente, que nesse ano está sendo investido. E



oitenta por cento feito pelo setor público. quer dizer, o setor privado não está habituado a investir em tecnologia. e, eu acho que basicamente são os pontos importantes. Ao nível de gráfico nós temos a mostrar esse gráfico que mostra os investimentos em ciência e Tecnologia, mostrando aquilo que nós estávamos falando, e realmente nesse ano a gente vê que se chega a trezentos milhões de dólares os investimentos previstos em reais, esse ano, em Ciência e Tecnologia, face exatamente a esse problema de orçamento, esse problema de discussão do orçamento. A necessidade de uma política. Realmente, nós estamos necessitando, no Brasil, de repensar e fazer reengenharia de uma série de pontos. E é fundamental que se tenha, além dos problemas de reforma econômica, reforma do Estado, é nós termos uma Política Industrial que dentro de seu bojo, uma Política Industrial forte, que nós ouvimos hoje de manhã. Todas as palestras hoje de manhã foram essas. Então, o subsistema de uma política industrial eficiente é que enfatize critérios de qualidade e relevância social, que o Professor Mônaco falou, que envolva definitivamente o setor produtivo em Pesquisa e Desenvolvimento, esse é um ponto importante, nós não estamos envolvidos, porque algumas tecnologias vem de fora. Quando o mercado estava fechado, pela política as multinacionais vieram fabricar que era o jeito de vender, hoje no critério de decisão é analisar se vai fabricar no Brasil ou não. Que aproveitem e estimulem a competência existente que atrai permanentemente pessoal de alta qualificação para o setor. Que acelere a formação e a colocação de novos especialistas. Que faça uso mais adequado dos recursos existentes, porque há um certo desperdício. Que eleve, significativamente, o nível de investimento em Ciência e Tecnologia, caminhando para uma adequada distribuição entre investimento público e investimento privado. E que torne a Ciência e Tecnologia mais relevante ao desenvolvimento econômica, social e educacional do país. Como aspectos fundamentais de uma política de Ciência e Tecnologia, eu preparei um "paper" que depois vai ser entregue às pessoas que vão debater, mas, basicamente tem algumas considerações ao nível do ambiente favorável que tem que se criar para a inovação tecnológica. E esse ambiente passa pela lei da propriedade intelectual, que necessita dar garantias, a quem desenvolve tecnologia, de segurança, e é uma lei que está no senado. Uma legislação laboral

eficiente. A CLT e as restrições que existem hoje quase que impedem um sistema de você utilizar melhor esses recursos de maneira multidisciplinar. E, aquilo que diz o Prof. Mônaco, uma mobilização à sensibilização, bastante forte, para que principalmente junto à sociedade, junto ao empresário, para que essa mudança cultural se efetive. Realmente, é um processo de mudança cultural que estamos vivendo, haja visto o interesse e a oportunidade desse fórum, onde realmente a inovação tecnológica e a política tecnológica tem que ser mais debatida, tem que ter uma participação maior da sociedade e dos empresários, dos líderes empresariais em particular. E a educação para competitividade, quer dizer, realmente nós temos alguns esforços feitos hoje pelo governo em algumas áreas, no setor público, um esforço muito grande de transformação do SENAI. A gente vê o SENAI no nível de formação que ele faz, adequando a sua estrutura, adequando os cursos para receber a inovação tecnológica. São pontos dessa parte de ambiente. Depois eu acho que o Prof. Mônaco na parte de financiamento e incentivos fiscais, ele realmente colocou os pontos fundamentais de mudança que nós temos que ter. Realmente, eu acho que eliminar a burocracia, e dinamizar, ou criar programas de capacitação e investimento são fundamentais e necessita de recursos para isso. Seja recursos da iniciativa privada, dos institutos, então, hoje há dificuldades políticas, operacionais, legais, para que qualquer empresa, embora pequena, consiga recursos para isso. O Prof. Mônaco, eu acho que esgotou bem esse assunto, mas, o fundamental é que a gente tente eliminar a burocracia utilizando entidades de classe, como foi citado, pela própria ABINEE, o nosso departamento que está fazendo isso na ABINEE. Mas mesmo assim é difícil. No próprio BANESPA, nós temos encontrado dificuldades, não é Fabiano? Então, realmente esses são pontos que estão passando pela reengenharia e precisamos agir de modo a que as coisas mudem. Se as coisas não mudarem, dificilmente, a gente vai vencer o desafio do século, do fim do século. Incentivos fiscais, hoje nós temos as duas, uma específica para informática, e a geral oito meia um, oito por cento do imposto de renda é pouco para algumas empresas, mas é um bom início. O que não está existindo, realmente, é uma sensibilização para pedir. Então, o empresário precisa buscar mais as entidades de classe que estão divulgando, e acho que é bastante

importante, eu que a gente na área de incentivos e aproveitamento dessa lei, que se aproveite senão nós corremos o risco até de . se não usar, perder isso para o futuro. Ela não é suficiente mas ela é o início de um processo para se usar dinheiro do governo para aquilo que se faz. O importante, também, na parte de infraestrutura para Ciência e Tecnologia é a parte de, digamos os pontos que estão ali, é a parte de normalização. Nós estamos num mercado competitivo onde, pela lei de proteção ao consumidor, convivência com mercados comuns, nós temos que conscientizar e reforçar inclusive a função, e a ação da ABNT no Brasil, mesmo porque ela vai ter e vai receber impactos dos mercados fronteiriços e do mercado do mundo. O processo de normalização e certificação está passando por uma transformação, existe uma possibilidade de descentralização, e acho que a sociedade tem reagido a isso. Nós vemos hoje o próprio Planejamento Estratégico da ABNT que tem sido feito com o apoio da FINEP e de parte do Departamento de Tecnologia da própria casa. Mas, o esforço que a diretoria vem fazendo, diretoria da ABNT, em tentar criar um órgão de normalização necessário e para a competitividade que o país está vivendo. A reação do empresariado tem sido tardia, mas, tem se tornado presente nos últimos tempos. Na parte de certificação, no setor eletro-eletrônico, criamos uma entidade certificadora, é o CIEE, que até hoje já certificou cerca de oitenta produtos, ou sistemas, e está em análise mais uns cento e poucos. A gente espera até o próximo ano ter cerca de duzentos e cinquenta a trezentos produtos certificados. Toda a política tecnológica acho que está calcada em dois pontos: é a formação de recursos humanos, até para a gente poder analisar aquilo que a gente pode selecionar como adequado a nível tecnológico, e esses recursos humanos vão desde a massa laboral até os empresários e os engenheiros. E informação tecnológica, realmente, sistemas de informação tecnológica, difusão dessas informações no Brasil e de fora do Brasil, e acostumar o nosso pessoal a ter acesso a isso. E aí vai um papel muito forte das entidades de classe e das entidades que possuem tecnologia. Existe hoje um instrumento que está começando a dar certo, a nosso ver, que é a própria UNIEMP. Pelo menos na área eletro-eletrônica, isso tem sido base para um bom relacionamento entre a universidade e as empresas. Está certo que para setores e para outras regiões do Brasil a

política deve pensar e deve abastecer de recursos, sem dispêndios desnecessários, centros tecnológicos setoriais, como nós temos na área de telecomunicações, na área de energia, e regionais para que certos desenvolvimentos sejam feitos de modo ordenado. E a reorganização dos centros estatais, que hoje a própria verba que eles dispõem bem mal dá para manutenção de recursos humanos. Você vê que uma parte da conta de energia elétrica e telecomunicações vai para o CEPEL, por exemplo, da Eletrobrás. Os recursos não dão para as pesquisas, então, mal dá para pagar os recursos humanos que lá estão. Então há que repensar inclusive, se vale a pena manter centros estatais, ou se esses recursos vão para universidades onde esses recursos podem ser já aplicados direto em projetos específicos. Apenas resumindo, como algumas ações, algumas ações são importantes para uma política tecnológica. A especialização e a formação de recursos humanos para formar massa crítica, e financiar o desenvolvimento, e na decisão e na absorção de tecnologia. O apoio a setores produtivos competitivos, para maior produtividade, maior velocidade de incorporação das inovações tecnológicas. O apoio a pólos tecnológicos industriais. A cooperação internacional para o desenvolvimento e transferência de tecnologia, que cada vez vai ser mais difícil. Quem não cede tecnologia, antes porque o mercado estava fechado, então encontrava alguém para fabricar no Brasil, hoje como está aberto ele vende o produto ou o serviço que presta. O acesso e tratamento de informações técnicas e científicas. A gente conhece alguns projetos em São Paulo, já da própria FAPESP, unindo as universidades por fibras óticas, então, em infraestrutura está se investindo nisso, mas, eu acho que ainda é pouco, porque o prazo é que, as coisas tem que ser mais rápidas que a gente possa pensar. E atração de investimentos para inovação e desenvolvimento tecnológico industrial, seja aqui, seja fora. Então, resumindo, uma política de Ciência e Tecnologia ela de ve ser um sistema, ele é importante nos pontos, seja na Política Industrial, voltada à competitividade, ela é importante para o desenvolvimento econômico, para a geração de novos empregos, para o uso adequado dos recursos naturais, para o equacionamento dos problemas sociais, para o equacionamento dos problemas ambientais, a competitividade interna e externa do setor produtivo, a qualidade do ensino básico, secundário, técnico, superior e

a qualificação geral da população e, principalmente, para a qualidade de vida dessa população. Os pontos que devem ter uma política e devem nortear, devem propiciar, no sentido macro, eu queria me ater ao tempo que eu acho que deu para ter, e deixar o resto para a parte de debate, e dizer que houve, acabou de ficar prontas uma vias que a gente vai distribuir para os interessados, principalmente, para os debatedores que estão aí. Queria agradecer a todos e ficar à disposição.

Dr<sup>a</sup>. Aspásia: Muito obrigada, Dr. Perroti. Entre tantas coisas importantes que o Sr nos lembrou aqui, talvez uma eu gostaria de enfatizar para provocar a discussão. É que, na verdade, o sistema é cada vez mais aberto, nós estamos cada vez mais voltados, integrados, procurando a integração competitiva, mas, aparentemente, a tecnologia vai ficar cada vez mais difícil. Então, eu acho que isso é um ponto extremamente importante, que deveria ser objeto de reflexões mais profundas para definir justamente essa política que ainda não existe. Eu acho que, talvez, o José Eduardo Cassiolato possa nos ajudar nisso e em outras coisas também.

Dr. José Eduardo Cassiolato: Obrigado, Professora Aspásia. É um prazer muito grande participar desse painel e eu queria, também, parabenizar o IPEA e a FIESP por toda esta realização. Ela me parece particularmente feliz, especialmente se pensarmos na questão tecnológica, em relação à competitividade do setor industrial. Porque tanto quanto pelo que foi demonstrado ao longo do painel da manhã quanto pelas primeiras exposições...(corte)

(Final do lado B)

# FÓRUM BRASIL: 1995

## Política Industrial e Tecnologia

Fita nº 4

31 de outubro de 1994

### LADO A

(...): É do conhecimento geral a importância fundamental dos aumentos tecnológicos para competitividade da indústria brasileira. Eu acho que o momento é mais ainda particularmente feliz, porque não queremos ser otimistas a “priori”. Eu não sou, eu acho que há possibilidade de uma instabilização e ela ascena com boas possibilidades de aumento dos gastos privados de “pay day”.

Eu me recordo muito bem, de que em 86 naqueles poucos meses de instabilização trazida, efemeramente, pelo plano cruzado, numa conversa que eu tive, então, com o presidente da AMPEI do Oto Mário, e que, de uma maneira muito entusiasmada, me relatou o fato de que em poucos meses o ambiente na maior parte das empresas filiadas a AMPEI, está certo de que é um universo visado, havia mudado muito e até o fato de que os responsáveis pela a área de pesquisa e desenvolvimento já tinham sentido, uma possibilidade de “alçar” postos na estrutura hierárquica de suas empresas, para a importância que se estava dando a essa área “vis à vis” uma importância de manejo dos ativos financeiros, no ambiente inflacionário. Então, eu acho que dez ou oito anos após, também pelas razões que foram aqui apresentadas, isso é particularmente importante.

Eu vou tocar, assim, alguns pontos que foram levantados pela Professora Aspásia, mas antes, eu gostaria de falar que, de uma certa maneira, umas das questões trazidas para o debate sobre Ciência, Tecnologia e Desenvolvimentos Industriais, para não parecer antigas, quase há vinte anos, algumas dessas coisas são mais ou menos recorrentes para aqueles que, de certa maneira, velem na área, essa questão dos recursos. A questão que me parece importante e é muito

difícil ser discutida, mas a questão de que se tratasse a Ciência e Tecnologia de um maneira conjunta. Isso me faz lembrar uma das questões que eu acho mais prementes na área, também, para os próximos meses, que é uma questão de caráter eminentemente institucional. Quer dizer, o locus da atividade de um aparelho de Estado, o papel de instituições pública e de pesquisa, especialmente aquelas voltadas para o setor industrial, a gente sabe. Eu estava lendo, poucos dias atrás, um relatório feito para Raiw Rush, na Universidade de Bringham e alguns associados, que é uma avaliação de oito institutos de pesquisa tecnológico industrial, que corre desde os institutos suecos/alemães, até quatro ou cinco do sudeste asiático, e que praticamente todos passaram por transformações institucionais, ao nível de locação e recursos, no bojo dessas mudanças internacionais.

Essa abertura de mercados internacionais, que também evidentemente ocorre, talvez de maneira não tão dramática mas em outros países. Essas questões de características funcionais são muito importantes, eu não vou ter tempo para entrar em detalhe, mas espero que, no debate, a gente possa talvez levantar alguns desses pontos.

A outra dicotomia que me parece importante, ligada à preocupação da Professora Aspásia é essa questão, essa tensão, geração versus importação e tecnologias. Acho que aí a gente tem que, de uma certa maneira, propor alguma coisa em cima do que ocorre, ou, o que tenha ocorrido nesses últimos vinte anos, tanto ao nível nacional quanto ao nível internacional.

Quer dizer, eu acho em primeiro lugar, no texto em que eu estou apresentando, também tem uma série de dados, mas estes já são muito conhecidos, alguns já foram mostrados, eu não vou me ater neles, mas tem um dado que às vezes não é muito lembrado. Quer dizer, o que acontece dos anos setenta para cá, no que se refere à importação e tecnologia para o Brasil é também muito interessante. A gente tem uma queda muito grande nos pagamentos por tecnologia importada, eu sei que há problemas de mensuração de como é que é que o INPEI contabiliza esse dado, porque é com o Banco Central que contabiliza também esses dados. Mas, segundo o banco de dados que está no departamento de política científica e tecnologia da UNICAMP financiada pelo CNPq, esses dados de importação cai de uma maneira

muito dramática. Evidentemente isso está ligado à queda geral de investimentos, mas eles mostram, porque essa queda é tanto ao nível absoluto quanto ao nível relativo. Eu fiz uma comparação com a Coreia, por exemplo, porque a gente, que em termos relativos importava muito mais do que a Coreia e quando a gente cai a Coreia estoura lá em cima. O ponto que eu estou querendo lembrar é que não há uma falsa discussão entre a questão geração versus importação, a experiência de outros países, e eu acho que o ambiente tecnológico dos anos 90 também por essa razão da dificuldade cada vez mais de acesso, é aqui que essas duas coisas caminham paralelas.

Quer dizer, não há condições, nos anos 90, de se repetir, o que aconteceu ao longo dos anos 70, quando tentou o aprofundamento do processo de submissão de “dotações”, para a simples razão de que não se trata mais buscar lá fora tecnologias maduras, que estão disponíveis e que possam ser trocadas, digamos assim, por um acesso direto ao mercado, dada, como foi bem lembrada anteriormente, dado o fato em que o País se encontrava fechado.

O fato que ocorre hoje em dia, é que para você se apropriar, são duas questões: uma é uma questão de acesso. Agora, esse não é o meu modo de ver, a mais complicada, quer dizer, acesso é uma questão de poder de barganha, é uma questão de discussão de preços, e de você ter mecanismos para conseguir. O ponto mais importante para você ter um acesso de fato e poder trazer essas tecnologias, você tem que ter essa capacitação anteriormente desenvolvida e que possa fazer com que você se utilize disso.

Um dado bem conhecido nessa linha é que uma das maneiras, eu não gosto de usar muito as palavras “transferência de tecnologia”, porque elas dão uma idéia falsa do que é algo que se possa transferir, mas enfim, é uma das maneiras em que essas coisas tenham acontecido, é através das parcerias chamadas tecnológicas, e todas as informações disponíveis em Bancos de Dados Internacionais sobre a questão das parcerias tecnológicas apontam no sentido muito claro, quer dizer alguns são muito conhecidos, 98% das empresas que participam dos acordos são membros da tríade, os outros 2% estão no sudeste asiático. Mas não importa, o importante é que para você entrar dentro de



parcerias tecnológicas você tem que ter algo a oferecer também, eu acho que há uma disposição de trocas e de tecnologias.

Por paradoxal que seja, o novo paradigma traz como uma característica importante o fato de paradoxalmente as tecnologias são mais objetos de serem localizados no sentido de se adaptarem mais a condições locais. Mas para que haja uma troca, para que haja uma participação em parcerias, os sócios desses negócios têm que estar no mesmo pé de igualdade. É por isso que é tão importante que o Brasil possa ter condições de num horizonte relativamente curto e médio, aumentar significativamente os gastos em "pay day" por parte do setor industrial.

Eu volto a lembrar só um ponto, é sempre bom a gente lembrar, o fato de que a natureza do investimento internacional e o investimento produtivo, evidentemente é muito diferente do nosso investimento do que era há vinte anos atrás.

Eu acho que é um ponto muito claro é que esse investimento ele se dá sobre algumas condições. Os países e regiões que atraem esses investimentos têm que dar algumas condições, uma delas que se tem tornado cada vez mais importante é uma boa infra-estrutura científico-tecnológico.

Eu acho meio ingênuo achar que a gente possa continuar trazendo investimento produtivo estrangeiro, se a nossa infra-estrutura científico-tecnológica, eu não diria da forma antiga, porque ela perdeu muito nos últimos anos, mas elas vão se elevar de uma maneira significativa.

E nesse aspecto, eu, talvez, vá entrar em um dos outros pontos que eu gostaria de ligar com algumas coisas, que foram colocadas hoje pela manhã, particularmente na afirmação do Professor Coutinho, sobre as novas políticas que estão sendo desenvolvidas, implementadas em países mais avançados, no âmbito do estudo da competitividade, nós tivemos a oportunidade de trabalhar com os dados que ele mencionou do banco de dados da CDS sobre políticas de competitividade. Eu queria me aprofundar um pouco nas colocações que ele fez.

Fundamentalmente, ele citou o fato de que você tem uma mudança muito grande nas políticas, na formulação e implementação de programas que ocorre em meados dos anos 80, é bom a gente ter claro que é verdade sim, que no final dos anos 70 e no começo dos anos 80,

houve uma saída muito grande do Estado, nos países da UCDE na maior parte deles, no âmbito das políticas industriais.

Isso é verdadeiro, mas foi por muito pouco tempo, talvez pelo exemplo do sucesso japonês ou por outras razões houve uma volta, essa volta se deu de uma maneira muito diferente, quer dizer, aqueles grandes programas que davam subsídio direto generalizando a indústria, eles diminuíram muito, o que faz com que até em termos líquidos o total financeiro desse apoio tenha caído um pouco, se bem que eles se mantenham ao longo da década até alguma coisa por volta de 2 a 3% do valor adicionado do setor manufatureiro dos países da UCDE. Mas essa queda, então, ela se dá, como tendo como contrapartida um crescimento em três tipos de programa.

Um - são de programas apoio à exportações, que eu não vou entrar em detalhe em relação a ele, mas que basicamente serve para apoiar as empresas, que vão competir em um mercado cada vez mais aberto.

Dois - são as políticas regionais, para salvar regiões, para fazer com que o efeito da abertura em regiões deprimidas, ou seja, minimizada e eles se centram fundamentalmente no retreinamento da força de trabalho, na regeneração de pactos industriais, de certas zonas como o Rio "New Cásio" na Inglaterra, por exemplo. E em programas tecnológicos. Esses programas tecnológicos eles são diferentes, sim, daqueles que eram implementados no momento anterior. Eles incluem subvenções, eles tomam basicamente três formas, se eu pudesse dizer isso, quer dizer, tem uma tabela no trabalho que detalha um pouco essas informações, mas eles tem fundamentalmente, eles podem ser agrupados em três grupos: o primeiro é de caráter mais genérico e ele visa, fundamentalmente, obter redução nos custos de perder. Para perder para as empresas sobre tudo através de vantagens fiscais, eles são complementados por subvenções suplementares se a pesquisa de desenvolvimento é efetuada sob certas condições, particularmente, projetos de corporação com universidades e centro de pesquisa, projetos internacionais etc. Ele visa, fundamentalmente, a encorajar modalidades mais imperativas das atividades "pay day", esse é o ponto central. O segundo é um apoio as tecnologias específicas e ele tende a se concentrar no tipo, num número relativamente pequeno de áreas tecnológicas.

Ao longo do texto, eu procurei detalhar estes programas para um país e foi escolhido o caso do Reino Unido por dois motivos: um é que eu conheço mais o caso deles, e o outro é que mostra de uma maneira muito clara, que mesmo num país que se tem uma idéia de uma, digamos, saída quase que total do Estado, no domínio das políticas públicas de uma maneira geral e até no domínio de políticas industrial tecnológica. Mesmo nesse País, o número de novos programas e projetos ou “skins” como eles chamam de apoio ao desenvolvimento tecnológico coordenado no âmbito “Department of T... the ...” é extremamente elevado. Quer dizer, eles têm mais de trinta programas, alguns com duração limitada, outros que atendem certo setores específicos que são grandes, para projetos específicos, está licitado. Não vou entrar nesse tipo de detalhe porque seria um pouco supérfluo, mas para quem tiver interesse é só consultar o documento.

Então, nesse sentido, é o terceiro bloco de políticas de programas, de políticas tecnológicas e ele visa fundamentalmente reforçar despesas de certas categorias especialmente as pequenas e médias empresas, e aquela que tem função regional. Isso é muito mais claro, no caso da Comunidade Econômica Européia, mas também a gente não pode deixar de lembrar o caso americano, onde isso, está no texto também, apesar de que não há muito desses tipo de programa específico ao nível federal, você tem ações praticamente em quase todos os estados americanos que seguem nessa linha.

Eu só queria lembrar um dado para um país especificamente, que tem um outro gráfico no texto, que ele compara, ele faz uma comparação sobre o orçamento federal em ciência e tecnologia sobre o produto industrial bruto, e, tentar pegar um horizonte de doze anos, e eu peguei dois blocos de países que são basicamente quatro grandes países: Estados Unidos, França, Alemanha e Reino Unido; e o segundo bloco a gente tem: Brasil, e eu peguei dois países da UCDE que eu tinha dados para a esse período longo e que apesar de ser mais desenvolvidos eles têm uma proximidade maior com o Brasil, que é o caso da Itália e da Espanha. Se agente pegar essa variável, orçamento de PID sobre o produto industrial bruto, e pegar de 80 até 92 a gente vê primeiro para o bloco dos países maior, primeiro os 4 grandes e estão sempre maior de 1% do orçamento sobre o PIB; Estados Unidos e França essa

participação relativa cresce ao longo do período; Alemanha se mantém mais ou menos constante, depois da unificação há uma queda pequena; e a Inglaterra cai mais evidentemente, ela cai de 1,12, alguma coisa, como 0,90 ou 0,88, ela cai mais é o único caso de queda de todos os países mas com a ressalva de que há uma mudança muito grande na ênfase da política. Especialmente fazendo com que as próprias universidades inglesas passem a sofrer um processo muito grande de avaliação e há um controle maior, digamos assim de locação de recursos.

Nos outros três países, são exatamente o caso de Brasil, Espanha e Itália, o paradoxal é que em 1980, em termos de porcentagem sobre o PIB, o nosso orçamento Federal era maior, era alguma coisa de 0,55, bem maior do que a Itália que tinha alguma coisa por volta de 0,30... e muito maior do que o dobro da Espanha, a gente ao longo do tempo cai de 0,50... para 0,30, enquanto que somos ultrapassados ao longo dos doze anos em análise por ambos países

O caso mais interessante é o Espanhol, que fez de 0,28 passa para 0,60, praticamente é o mais que dobra e, evidentemente, que se beneficiando da sucessão da Comunidade Européia, mas também como uma política deliberada até atração de capitais produtivos estrangeiros. Eu estou com o tempo um pouco restrito e para que eu possa terminar, eu vou tentar colocar alguma coisa em termos excepcionais.

Acho que essas novas maneiras de se formular política, por exemplo, uma coisa que não citei, tem havido uma tendência também de você pede projetos para os aumentos tecnológicos serem feitos sobre empresas sobre determinadas condições, especialmente aqueles de caráter cooperativo, mas há um entendimento acentuado de que cabe muito pouco, cabe menos ao Estado se preocupar especificamente com que projeto tecnológico a empresa está fazendo, quer dizer o apoio tem que se dá mais uma atitude empresarial com relação ao "pay day".

Então, você tem financiamentos que são feitos numa política de "pay day", se podemos dizer assim, por parte de setor empresarial os projetos que continuam existindo, para coisas muito específicas, para coisas como colaboração ou para algumas áreas que determinam como estratégica, mas como política de apoio como o desenvolvimento tecnológico, a tendência é se apostar muito mais de que a empresa é que

deve saber muito mais do que, qual é a sua preocupação inovativa do que certas burocracias. Esse é um ponto muito importante que a gente possa discutir um pouco mais para frente.

O que eu quero dizer em relação a isso é que uma parte de processos de mudanças, é uma parte de mudanças institucional e eu vou deixar isso para terminar essa locução, eu acho que é uma coisa difícil de ser feita, é uma coisa que demanda tempo. É uma coisa dolorosa, mas você tem alguns exemplos como o caso japonês em que as instituições, eu tive a oportunidade de ver alguns anos atrás, as instituições mesmo de pesquisa e desenvolvimento novas, elas nascem crescem e morrem. As instituições morrem também, as instituições morrem no bom sentido, no sentido de..., eu acho que tem que ser uma morte boa porque eu vou terminar um pouco por aqui. Porque a gente está vivendo uma coisa que me surpreende um pouco aqui e a gente vê algumas instituições aqui morrendo de uma morte lenta, uma agonia que vem de uma falta de recursos que vai caindo ao longo do tempo, é uma morte em glória a parte. Agora você tem instituições de pesquisa, eu lembro no caso Japonês, super-condutores por exemplo, em que o tipo de instituições montado para dar conta, e é uma instituição montado para dar conta e é uma instituição onde o tipo de parceria está em empresa de tipo muito diferente que era feito na época do catch up, quando o Japão estava roubando ou comprando tecnologia americana, quando ele passa a “usar” uma tecnologia dele mesmo em certas áreas de fronteira como áreas dos super-condutores ele cria uma instituição nova com um novo modelo de parceria Estado e Setor Privado.

Eu não vou entrar em níveis de detalhes agora. Se houver interesse eu posso voltar, porque eu passei do tempo, eu peço desculpas a Professora ..., mas eu queria terminar dizendo que esse nascimento de morte é uma coisa muito complexa e eu espero que a gente parafraseando o “... PETER”, assim, não perca o lado positivo dessa obstrução criadora e assim eu termino. Obrigado!

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Olha é uma pena realmente a gente que quer saber muito mais sobre isso, sobre esse mapa da competitividade, aí que você tem, no paper mas vamos..., o paper está aqui, não é. Eu acho que isso vai provocar muito mais discussão, essa história de querer matar as

instituições numa boa. Às vezes, vale também reciclar, remodelar, enfim em que condições uma coisa ou em que condições outra?

Agora eu passo a palavra ao Cláudio "Frishtank"

Dr Cláudio: Em primeiro lugar, evidentemente, muito obrigado pelo convite, tanto ao IPEA, que faz 30 anos, quanto à FIESP por esse evento, por participar desse evento.

Eu vou tentar não prolongar muito mais porque nós temos pouco tempo e já estamos um pouco mais avançados.

Vamos começar: na realidade, nós temos dois trabalhos aqui. Inicialmente, eu não sabia sobre o qual eu iria falar, mas, na medida que eu estou aqui na parte da tarde, eu vou falar sobre Ciência e Tecnologia. Eu gostaria de começar por uma definição, eu acho, vocês me desculpem pois eu cheguei um pouco atrasado na parte da manhã, pois eu tinha um conflito de horário lá no Rio de Janeiro, mas eu pelo menos não ouvi, talvez tenha havido mas o que venha a ser uma política, nós estamos falando sobre uma política industrial, política tecnológica, política científica.

A minha pergunta é a seguinte: O que é uma política? Eu acho que, em primeiro lugar, a política antes de tudo é a visão de longo prazo, é uma visão de estratégica de alguma coisa. Quando falamos de política industrial, nós queremos saber para aonde nós gostaríamos, nós enquanto sociedade, gostaríamos para aonde nossa indústria fosse em que direção, que tipo, que perfil? Inclusive, eu acho que se mencionou isso, eu acho que esse é o ponto de partida. Se nós não soubermos o que nós queremos enquanto sociedade obviamente o resto é abobrinha-vocês me desculpem. No caso da indústria automobilística, aproveitando que o doutor Silvano Valentino se encontra aqui, que indústria automobilística nós queremos nos próximos 10 anos? A partir daí, que nós podemos ter uma discussão sobre: tarifas, isso, cotas, níveis, impostos etc. Eu acho que o ponto de partida, isso é apenas um parêntese para nós começarmos a falar sobre política científica e tecnológica, eu não vou me alongar porque nós temos um trabalho em que eu ajudei, para o Conselho Consultor e Empresarial de Competitividade, o CONSEC, na sua coordenação de política industrial de comércio exterior, e o Engenheiro Silvano Valentino está aqui, enfim

os trabalhos estão aqui, e ele pode também falar sobre esse trabalho. Eu gostaria na realidade de mudar um pouquinho de marcha e falar de política científica e tecnológica, e um pouquinho também desse mesmo espírito.

Minha pergunta é a seguinte: O que é uma política tecnológica, o que é uma política científica e tecnológica? - é uma visão de como nós vamos usar os recursos científicos e tecnológicos disponíveis domesticamente e internacionalmente para fazer o quê? Bem, para melhorar, eu imagino as condições de bem estar do país, genericamente, que dentro disso eu acho que nós podemos consensuar, eu creio, talvez não consensuar, porque é uma coisa muito forte, consensuar parece que todos estão de acordo, mas uma parcela grande da sociedade, que o sistema nacional de novas ações deveria estar centrado, algo que podemos denominar tecnologia para competitividade.

Então, conseqüentemente, quer dizer, como é que nós podemos produzir e acessar, usar essa tecnologia com o objetivo de melhorar o bem-estar da população como um todo e, dentro disso, melhorar a competitividade dos nossos produtos. Até porque se nós não melhorarmos a competitividade, nós não iremos sobreviver enquanto Nação, dado um mundo hostil que nos cerca hoje, e vai continuar, quer dizer a tendência é pelo contrário é para apenas acirrar.

Eu diria o seguinte, primeiro lugar, nós temos que pensar no acesso às matrizes domésticas e internacionais de conhecimento, quer dizer, acessar o conhecimento e acessar as matrizes. Quer dizer, que gera conhecimento, para acessar essas matrizes nós precisamos de algumas regras básicas e em particular regras que impeçam esse acesso. Isso é muito importante. Nós vamos discutir isso em dois minutos, nós precisamos ter uma legislação em relação ao capital estrangeiro, por exemplo, que os trate de uma forma eqüitativa ou eqüânime do capital nacional ao capital estrangeiro, você pode diferenciar pelo tamanho de empresa.

Eu acho que isso aí muitos países fazem mais não certamente no nosso País no estágio que nós chegamos, na natureza do capital, origem do capital. De qualquer maneira, regras. Segundo: capacidade de absorção e terceiro: estrutura de incentivos, capacidade de absorção. Eu não vou me interrogar, porque já foi mencionado aqui, inclusive de uma

forma muito competente pelas pessoas que me antecederam, capacidade de absorção. Eu creio que hoje nos próximos dez anos nesse País, implique em primeiro lugar, educação básica universalizada, ponto um. Nós não temos futuro, enquanto o país, enquanto estivermos uma massa de pessoas analfabetas ou funcionalmente analfabetas, são literalmente analfabetas, se não nós não temos futuro, nós não podemos resistir enquanto miseráveis que mal sabem escrever o nome, ponto. Segundo, a educação generalizada no plano básico, conhecimento básico para a competitividade e para o emprego também até porque se a pessoa não tiver conhecimento básico ela não conseguirá emprego, e as empresas estão agindo dessa maneira, nós estamos selecionando de tal maneira que, certamente se a pessoa não tiver o mínimo de 6, 7 anos ela não entra.

Nós sabemos que isso acontece de uma forma generalizada, segundo ponto. já foi mencionado pelo senhor, nosso amigo Mônaco, e eu não vou repetir, o deslocamento para áreas de engenharia, as engenharias são as ciências que fazem a transferência do conhecimento abstrato, do conhecimento científico abstrato para o conhecimento útil é o que se diz para..., é o que o povo chama de "Transfer Science", é exatamente a Ciência de Transferência.

Então, para nós termos acesso nós precisamos além das regras, que eu vou mencionar daqui a pouco, capacidade de absorção nessas duas pontas. Ponta um, se vocês quiserem, conhecimento básico, universalização do ensino básico, nós diríamos que é um projeto, isso sim é um projeto nacional fundamental, universalização do ensino básico 8 anos, anos, 10 anos. Os próximos certamente terão a virada do século, isso daí iria requerer, eu diria o seguinte nós precisamos de um primeiro ministro para a educação se vocês quiserem, alguém para propagandear isso e fazer disso um projeto nacional. Segundo, é e um deslocamento progressivo para as áreas de engenharia. Eu acho que eu não vou interrogar, eu acho que as estatísticas que o Mônaco mencionou, denota-se mais nós temos mais um pouquinho de nota mais, nós temos mais um pouquinho aqui desse trabalho.

Enfim, segundo, estrutura de incentivos, eu vou me alongar um pouquinho mais nessa estrutura de incentivo, nós temos hoje, como já foi mencionado aqui hoje pelo (...), nós gastamos em torno de 0,72,



enfim, por cento do PIB em ciência e tecnologia. Isso é muito e é pouco, obviamente quando nós comparamos com os países industrializados e segundo, quando nós comparamos com os países de rápido processo de industrialização, isso é pouco percentualmente. Mas um volume em si não é tão pequeno, então eu me preocupo, não apenas em aumentar a proporção de ciência e tecnologia supino, mais também de gastá-lo muito melhor, eu creio que o grau de desperdício hoje é muito grande, nós enquanto nação nós não podemos nos dar o luxo de termos 2.5, 3.5 bilhões de dólares, uma parte do qual é desperdiçada, eu diria uma parte substancial da qual desperdiçada. O Cassiolato mencionou: “deixa as instituições morrerem”, eu não vou entrar na discussão de se deve morrer, se deve entrar na CTI, enfim, mas o que nós precisamos em primeiro lugar, é estabelecer para um processo de reforma das instituições de ciência e tecnologia que absorvem recursos consideráveis.

Em primeiro lugar, uma restrição orçamentária dura. Segundo, articulado a isso, o aumento do grau de financiamento, quer dizer, eu particularmente já participei de uma série de projetos na época de, enfim, a alguns anos de Banco Mundial nessa área de Ciência e Tecnologia, um projeto, que particularmente eu me lembro, que era razoavelmente bem sucedido que é o caso da Índia, que é um país que tem muitas semelhanças com o Brasil, porque tem o sistema de ciência e tecnologia razoavelmente diferenciado que continuava, até certo ponto, menos agora, muito dependente do Estado com todos os padrões de gasto muito semelhante ao nosso e eu creio que o ponto de partida para a reforma, e aí sim estrutura de incentivos, estabelecer o seguinte: que o Estado não pode continuar financiando ad eternum essas instituições, se essas instituições não produzem algo de útil para a sociedade

O critério de utilidade, obviamente você pode ter outros critérios, é que ela tem que vender os serviços e esses serviços tem que ter um valor fundamental, conseqüentemente as instituições que hoje tem um grau de alto financiamento, de 0 à 5%, teriam de alcançar um prazo de 4 ou 5 anos 30 à 40%, e, eu diria que até a virada da década nós teríamos que ter algum objetivo de política de ciência e tecnologia que o conjunto das instituições sem ser as de ciência e tecnologia, aplicada

evidentemente, eu estou falando de ciência brasileira, ensino de ciências físicas, isso é uma outra coisa mais que estas instituições atingissem o mínimo de 50% de auto-financiamento, isso sim, seria já uma revolução no sistema de CIT, ponto um; ponto dois, que todo financiamento Fundo Perdido feito pelo Estado, digamos assim, estivesse necessariamente uma contra-partida qualquer: grupo de pesquisa que está na universidade, nas instituições de ciência e tecnologia têm, em última instância, de achar um cliente sem haver um cliente para o seu produto, o seu serviço, a sua pesquisa, essa pesquisa não será financiada de novo, eu estou falando de pesquisa aplicada, com essas duas regras, eu creio que nós temos uma pequena revolução do sistema de ciência e tecnologia, e eu vou adiantar uma terceira regra.

Uma terceira regra, uma terceira sugestão, que são as chamadas de pequenas sugestões, nós temos um problema de imobilidade nesse mercado o mercado de cientistas e tecnólogos no Brasil ele é muito interessante porque você tem alguns que se concentram na empresa privada, e outros na empresa estatal mas uma minoria.

Nós temos os dados aqui que mostram e mais do que 90% de cientistas e tecnólogos no Brasil, estão enclausurados nas nossas instituições de ciência e tecnologia, essas duas instituições, empresa pública, privada não importa, mais cada vez mais privada. E instituições de ciência e tecnologia não se falam eles tem culturas distintas, como é que nós vamos romper isso? em primeiro lugar forçando que essas instituições ganhem seus “veloz serviços” para se sustentarem como eu já havia dito, segundo lugar, que os grupos de pesquisa tenham, procuram cliente, terceiro lugar, e aí vai uma pequena sugestão, que haja um programa de estimular a mobilidade de cientistas e pesquisadores para fora dessas instituições na direção das empresas e vice-versa, você tem programas com isso na Alemanha que são razoavelmente bem sucedidos da mesma forma com a Comunidade Econômica Européia e o Japão, já insistem que pesquisa aplicada tem de ter um cliente na proporção entre dois terços e 80%, isso é mais ou menos o que se está fazendo no Japão e na Comunidade Econômica Européia não se joga dinheiro fora, até porque os recursos estão cada vez mais escassos, nós vivemos uma época de crise fiscal e, infelizmente, essa crise fiscal ficará conosco nos os próximos anos.

Conseqüentemente os recursos têm que ser cada vez melhor aplicados e eu concordo que 0.72%, é baixo. Isso são os dados que particularmente nós “instagnamos”, nós gastávamos. O que na década de 70 nós nos comparávamos muito bem com a Coréia, agora eu acho que nós temos que, simultâneamente, agir em duas frentes. Estimular o aumento destes gastos eu acho que efetivamente uma política industrial adequada estimularia e fundamentalmente estabilidade macro que é o essencial, mais ao mesmo tempo melhorarmos a utilização desses recursos, bem eu acho que isso para mim fosse acessar a matriz doméstica de conhecimento, essas três medidas, reestruturação dos institutos de pesquisa, estimulá-los se vocês quiserem obrigar, que haja identificação de uma clientela pelos grupos de pesquisa.

Em terceiro lugar, estimular a mobilidade, até que porque sem estimular a mobilidade de suas empresas, se os institutos de pesquisas não estimularem a mobilidade, eles não irão sobreviver. Eu não creio, sinceramente. Eu já perdi a crença nas boas intenções, quer dizer, nós temos “N” exemplos que nós temos as melhores das intenções e os melhores objetivos, mas sem uma restrição dura orçamentária, sem uma política clara de que desperdício e a pesquisa aplicada por em si, por si só não será tolerada.

Eu creio que nós não sairemos do lugar como nós estamos patinando neste gelo há vinte anos, nós constituímos uma base diferenciada de ciência e tecnologia e depois disso permanecemos um Estado.

Evidentemente, que o acesso a tecnologia, acesso à matriz tecnológica não é apenas acesso a matriz doméstica, é também o acesso a matriz internacional. Aí eu gostaria de mencionar quatro pontos rápidos, e já está mencionado aqui com mais detalhe. E eu creio que algumas coisas não sei se são consensuais, mas pelo menos para essa platéia será consensual.

Primeiro: investimento direto, o que que nós sabemos de investimento direto externo, estrangeiro, produtivo? Nós sabemos o seguinte, que ele cresce a uma média de quatro vezes mais nos últimos anos no mundo do que o PIB, quer dizer, ou seja, onde é que está a fonte? Aonde é que está o dinamismo? Aonde é que está a fonte de crescimento no mundo hoje- nos fluxos de investimento? Porque

crecem taxas muito maiores do que os PIBs nacionais 4/1? Esse é o relatório das Nações Unidas, acho que do ano passado, se eu não me engano, então, nós temos que nos conectar a esse pessoal, nós temos que atraí-los, evidentemente nós temos que em primeiro lugar, até que, porque uma sinalização peça para retirar isso de uma Constituição. Não só o artigo que diferencia Capital Nacional, Capital Estrangeiro, como também abrir as portas para determinadas áreas de serviços, que são muito importantes para o setor produtivo por exemplo, seguros, aliás não só com setor produtivo para indivíduos e suas famílias também.

Então primeiro lugar, eu acho que além de levantar essas restrições de caráter regulatório constitucional, nós teríamos que ter uma política agressiva de busca de Capital Externo, agressiva e inteligente. Na hora do almoço, nós estávamos comentando com o José Augusto Fernandes, que os senhores conhecem, obviamente, e mais uma pessoa, um empresário que quando você vai a Taiwan, se eu tivesse experiência, realmente é tapete vermelho. Você fala, se você é um investidor, ou se vai numa missão empresarial, ou pode até ser um investidor, lá tem um individual com o mínimo de seriedade, legitimidade. Você fala com as pessoas certas e eles dão um tratamento executivo, se vocês quiserem não faz você perderem tempo, porquê? - Porque em Taiwan, eles acreditam corretamente que o futuro daquele país está ligado aos fluxos internacionais de investimento, da mesma maneira que estão ligado aos fluxos internacionais de tecnologia de informação. Perfeito?

Nós não temos uma política de atração de investimento externo, nós não temos uma política, nós temos simplesmente..., se alguém já experimentou, obviamente os senhores aqui fazem uma parceria, nós temos que pedir por favor para achar um interlocutor e darmos graças à Deus quando achamos um interlocutor com o mínimo de legitimidade no governo, e, sem falar de que a palavra às vezes não vale, não há credibilidade. Então nós não podemos atrair o investimento que nós criamos, quando nós não temos interlocutor, quando é muito difícil achar o interlocutor falando diplomaticamente, e quando às vezes, me desculpem, quando, freqüentemente, não há credibilidade na palavra empenhada. Então nós precisamos de interlocutores e ter credibilidade

às regras precisam ser permanentes, temos que atrair o investimento externo, segundo transferência de tecnologia.

Eu acho que depois de sei lá quantos anos de substituição não só das importações, mas também da substituição da tecnologia, já não cabe ao INPI e não cabe a nenhum órgão de governo, dizer ao empresário o que ele deve e o que ele não deve importar, em que condições etc.

Eu acho que se ele estabelecesse uma regra básica e o resto o empresário decide, perfeito, provavelmente os meus quinze minutos já deve ter ultrapassado.

Mas o segundo ponto é muito simples: desburocratizar o acesso a tecnologia externa, a decisão tem que ser fundamentalmente empresarial. O governo pode suprir informação, eu acho que é um papel muito importante de suprir a informação, mas o governo não deve se miscuir aonde nós chegamos. Se eu digo o seguinte, talvez vinte anos fizesse algum sentido, vinte e cinco anos atrás, eu diria o seguinte, isto está historicamente datado, houve um problema de instituições.

Terceiro, direito de propriedade intelectual, se encontra no Senado uma lei que tem que ser aprovada, até para nós podermos discutir com os nossos parceiros, e, particularmente na área de tecnologia.

Parentesisticamente, nós temos que casar essa lei com uma lei de “cultivários”, porque nós temos um conhecimento razoável na genética clássica, e, nós temos que trocar esse conhecimento da genética clássica com o conhecimento da área biotecnológica, que o nosso caso é muito menor.

Finalmente, importações de bem de capital e componente, que obviamente é um elemento importante para a atualização tecnológica. Nenhum minuto está mais esgotado, eu gostaria de agradecer de novo, é um prazer de estar aqui com os senhores.

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Obrigada, Cláudio. Então, nós passamos agora aos debates. Eu dou a palavra ao Dr Silvano Valentino, debatedores tem dez minutos para apresentar as suas idéias.

Dr Silvano: Boa tarde. Agradeço à Dr<sup>a</sup> Aspásia Camargo o convite. Dou os parabéns para o IPEA pelo aniversário e pela brilhante

iniciativa do Seminário. Vou tocar vários pontos, não todos pertinentes, foi convidado a evadir do tema só um pouco.

A primeira consideração é exatamente a respeito da dificuldade de fazer aceitar o problema da pesquisa tecnológica, nos vários ambientes. A respeito, eu gostaria de citar uma conclusão que o CONCEC está propondo, que é de formar, disseminar a figura do gerente de pesquisa tecnológica. Parece pouco, mas se nós conseguirmos individualizar a pessoa, que em muitos casos possa ser o agente disseminador do papel, que a pesquisa tecnológica poderá exercer, para qualquer empresa. Aí, acho que nós estaremos andando. Eu acho que não é para as empresas, mas é para o todos os ambientes: universidade, institutos de pesquisas e até estudos profissionais, que eventualmente venha operar.

Um segundo ponto que eu gostaria de tocar é a respeito de investimentos em geral, principalmente de renovação tecnológica e de aumento de capacidade produtiva. Estamos assistindo neste período a um verdadeiro bombardeamento que o Estado faz “contra” o País, contra os consumidores, contra os bancos, contra a empresa etc, etc para conter o consumo.

Mas como o aumento do consumo é exatamente o desejo inicial, pelo qual temos iniciado o ajuste da economia, a coisa parece inocente. É claro que a gente entende, que tem que superar o momento, tem que salvar o combate a inflação não teria sentido nada, nem a reforma melhor do mundo, a respeito de sentido tributário, ou outras reformas estruturais, se nós continuássemos com 50% de inflação por mês.

É tudo verdadeiro, mas aqui é o que cito o fato, não é uma queixa é só um comentário, que se por exemplo alguém do governo tivesse tido a coragem, dois anos atrás de colocar alguma perspectiva na mesa, de forma clara, dizendo: “olhe senhor, nós estamos trabalhando alguma coisa, que se der certo significa isto aí”, não somos legionários assumimos a coragem e aceitamos. Porque senão dá a impressão de uma coisa tipo, se tivesse o censo muito bem iremos “eler” as conseqüências do sucesso, depois eu falo do grupo que eu apresento e onde tem a lástima de ter pensado grande, mas não grande o bastante, talvez alguém, colocando numa suspeita mais maciça da coisa poderia ter ajudado.

Nestes momentos, assim de conflito, entre o bem do cidadão, querer um aumento de capacidade de consumo etc, que de grande parte da felicidade do cidadão ligada a isso, ainda hoje nós não estamos vendo nenhuma.

**Final do lado A**

## **LADO B**

Dr Silvano: do governo que nós temos com o ingresso proximíssimo, provavelmente, daqui a oito ou dez meses, terá um fluxo de investimentos produtivos enorme etc, mas o grande desafio do Brasil, acho, para todos os tempos vindouros, é exatamente atravessar esses oito ou dez meses, porque entre agora e o sucesso dos famosos primeiros em dias, a distância pode ser sideral e a distância que tem entre: dar como certo o assentamento da economia ou dar como extremamente perigoso de voltar com a inflação.

Portanto no momento destes elencos de providências contra o consumo, eu estava pensando, mas que tal também dizer quem apresenta agora um plano de investimentos, para já ter oferecido os incentivos e investimentos, normalmente não tem imposto nenhum em local, nenhum são convidados tipo armadilha, quando vocês estiverem aqui estiverem fixos, o patrimônio será do País. Os investimentos irão gerar riquezas e nós iremos colocar impostos em cima da riqueza, então este é um outro conceito.

Vou sair agora completamente do tema por convite da Dra Aspásia, dando assim uma consideração a respeito do sucesso do grupo FIAT e da FIAT AUTOMÓVEIS.

As razões estão principalmente fundamentadas na capacidade, ou até na sorte, de ter traçado uma estratégia firme, clara e de ter sido coerentes a esta estratégia, por exemplo, ter acreditado no papel dos carros "populares", ter acreditado na repartição entre produção interna e importação; aquele conceito que é impossível de atingir a economia de escala investindo em todos os produtos, em todos os modelos de carros, então tem que eleger um modelo, este modelo produzi-lo em número máximo possível, exportá-lo complementando.

Portanto, a economia de escala, oferecida pelo mercado interno e para algum modelo compensando, dando de volta vantagem com os mercados internacionais, que estão emprestando uma fatia de mercado, estão importando e oferecendo conta do nosso mercado, como complementação de escala para o produtor internacional parceiro.

Buscar, claramente, qualidades de elasticidade, de capacidade de reação, porque ainda o Brasil não tem se ajustado, então precisa de



rapidez, de adaptação as condições de que “mano-a-mano” são precisas para buscar o ajuste, é claro que como eu dizia antes, nós temos acreditado muito, investido muito em certos anos passados, até de forma louca.

Praticamente não, é, temos a satisfação de ter aumentos de mercado em mais de 60% nos últimos três anos, mas se há dois anos atrás nós tivéssemos tido a idéia do Plano Real, nós teríamos conseguido ser mais eficazes, ainda de investir antes em certos aspectos e hoje nós conseguiríamos alimentar melhor ainda o mercado de carros populares.

O último aspecto é a respeito do documento de política industrial do CONCEC. Estamos distribuindo hoje um sumário executivo. É um sumário que resume os conceitos já distribuídos pelo Cláudio Frestaca antes e os coloca em uma forma redacional diferentes, que é o convite da “BUSALEM”, para que todos os documentos produzidos pelo CONCEC, estes homogêneos.

Acho o trabalho, já como foi comentado, extremamente importante, estou feliz em constatar, que quase todos os conceitos citados são concenso e isso é mérito da gente toda que está trabalhando nestes anos todos. Amadureceu o papel da política, amadureceram os componentes propostos pela política, mesmo assim, acho que todos temos ainda muito caminho para frente, para trabalhar, para que o governo, ou melhor, os governos brasileiros consigam transformar esses conceitos em obras, em fatos. Só isso e muito obrigado.

(...) Muito obrigada Dr Silvano. Passo a palavra agora para o Dr Mário Gilberto Cortopasse, da FIESP.

Dr Mário Gilberto Cortopasse: Boa tarde. Antes de mais nada cumprimento pelo aniversário de trinta anos da “licimidade” jovem ainda. Esperamos muito mais anos de vida.

Eu sou do grupo de política industrial da casa.

Nós, na palestra da manhã, inclusive, nós tivemos apresentação em parte, também nos documentos produzidos de política industrial, que é de diretrizes para uma política industrial no País. Não me cabe aqui neste momento, como foi inserido neste documento a questão

tecnológica, mas sim, debater um pouco algumas das idéias que foram colocadas, vamos dizer assim, por nossos apresentadores anteriormente.

Eu diria que me preocupa a questão da visão tecnológica que nós temos atualmente no País e que está ligada a um tempo passado, em que se dava ou se visualizava o apoio institucional como meta, para obter um desenvolvimento tecnológico. Na realidade, a pesquisa tecnológica, hoje, está mais do que nunca já arraigada na empresa nacional.

Eu não acredito, não dou fé a nenhum desses números que aparecem do índice da pesquisa, que se faz em relação ao PIB nacional, não é verdade, nós todos empresários, sabemos quando a pesquisa nós fazemos. Então vocês estão vendo, que eu estou me atendo à pesquisa industrial, aquela que se faz no chão de fábrica, aquela que deve ter, aí sim, uma política do governo para uma parceria, porque ele necessita, sem dúvida o empresário do apoio de institutos tecnológicos, de cabeças, que estão nesses institutos e que não estão em tão grande número percentual, como também foram apresentados um bom número dessas cabeças, estão hoje na indústria, sem dúvida nenhuma, fazendo pesquisa tecnológica, pesquisa industrial.

Eu não gosto dessa equação não bem resolvida: universidade - empresa, nós temos que apagar esta imagem, nós temos que começar pensar em pesquisa tecnológica versus pesquisa industrial. Aquela que a indústria precisa, nós temos que separar a pesquisa tecnológica da pesquisa industrial da área, vamos dizer, tecnológica da pesquisa científica.

Os institutos que tratam desses assuntos na área do governo deverão resolver este problema. Eles deverão ter uma postura para este tipo de pesquisa que a indústria necessita, senão nós teremos uma mistura de dados, de conceitos, de informações, que como nós estamos falando hoje da pesquisa tecnológica, agregada a uma política industrial, porque o painel hoje de manhã e todo esse contexto de hoje é uma política industrial, nós devemos pensar, que sem política industrial, não vamos ter uma política tecnológica. O governo deve rearranjar a sua casa, deve "reengenherar" a sua casa, porque ele exige de nós.

Isto, hoje nós empresários estamos envolvidos em uma dinâmica de transformação e esta dinâmica de transformação, deverá ser feita

pelo Governo também. Se o Governo tiver, não a fizer, nós não uma política industrial e se nós não tivermos uma política industrial, nós não teremos uma política tecnológica ou teremos um arremedo, como foi feito nesses últimos anos, aonde institutos, sem dúvida nenhuma, o melhor, centros de recursos como FINEP, tiveram de todas as maneiras tentando ajudar de alguma maneira sem uma orientação.

Nós empresários não temos um horizonte, os fundos ou aqueles centros como é o FINEP, que devem redirecionar ou direcionar os recursos para uma pesquisa, que também não tem horizonte.

A minha primeira colocação é esta imagem, eu pessoalmente junto com o grupo de política industrial, acho que desenvolvemos esta idéia e eu penso claramente que nós devemos redirecionar a questão da visão da política, em relação a pesquisa e desenvolvimento, devemos separar aquilo que é indústria, daquilo que é pesquisa básica científica.

Qualidade e tecnologia se fez algumas referências da qualidade me preocupa também, no painel anterior esta colocação também foi feita, que a ISO 9.000 foi dando ênfase aos níveis que atingimos com a aplicação da ISO 9.000, com as empresas que já estão sacrificadas.

O "Perrote" apresentou que um dos dados principais na idéia sistêmica desenvolvimento tecnológico é a normalização. Eu sou um normalizador e o País possuiu muito poucas normas básicas. Como é que nós vamos fazer? E nos qualificarmos com a ISO 9.000 se nós não temos normas de produtos e não sabemos e não sabemos o que vamos produzir? Se nós não temos especificações que nos levem a qualidade que nós desejamos, a sociedade deseja, nós como sociedade desejamos.

Há necessidade de caminhar junto: a qualificação da ISO 9.000, com a qualificação do produto ou dos serviços, através de uma normalização e do empenho da sociedade em normalizar os seus produtos e serviços.

Financiamento e Pesquisas em Desenvolvimento - Como eu não vou falar em pesquisa científica e estou tentando só imaginarmos no nosso campo de atuação empresarial em pesquisa e desenvolvimento para indústria, eu não acho que nós devemos nesta área pensar em fundo perdido.

A indústria deve ser parceira, a indústria deve participar com seu esforço junto, evidentemente, com fundos que possam vir, diárias de

investimento em pesquisa para em parceria desenvolver a pesquisa que interessa para a indústria, sob orientação da indústria, é assim que o mundo caminha atualmente.

Não é mais em pesquisa científica pensando num dia transferir para o setor industrial. É evidente, ela deve continuar existindo, o País deve continuar tendo sua pesquisa científica, mas nós não devemos misturar esses dois campos de atividade.

Educação é fundamental. Nós tivemos algumas colocações a respeito das questões fundamentais, uma dessa é fundamental. Se o País não resolver o seu problema de educação, nós não poderemos absorver tecnologia, nós não podemos nem aplicar, foi dito com uma clareza enorme a questão da ISO 9.000.

Têm empresas brincando de aplicar ISO 9.000, setores que pensam que vão resolver seus problemas aplicando ISO 9.000, quando o seu recurso humano básico que vai ter aplicar isto, que utilizar estas informações, não estão preparados para isto. Agora, isto é um problema de tempo, nós não vamos acreditar que resolver problemas dos recursos humanos é fácil, é um problema de longo prazo o Governo precisa intervir nisto velozmente. Espero que o novo Governo faça; para termos depois de uma geração pelo menos. De quinze anos, 20 anos termos a formação de recursos humanos necessários para isso. Nós não temos tempo para esperar isto, porém. Este é um grave problema. O Brasil não pode esperar esta nova geração e se o Governo fizer uma forte ação nesta área, para atingir o modelo que seria ideal de recursos humanos para esse desenvolvimento empresarial e esse desenvolvimento tecnológico, que a indústria nacional necessita.

Esta é realmente a questão mais grave e aqui eu deixaria esta imagem, para que todos nós pensemos e meditemos sobre ela para ver de que maneira nós poderíamos solucionar este problema, deste vácuo de tempo entre o que nós estamos vivendo agora, os desafios que nos estão dando, com o desafio ter uma educação sólida no País, o Mônaco colocou muito bem, esta certo, uma educação sólida que possa dar sustentação ao desenvolvimento tecnológico.

O Senhor "Perrote" colocou algo sobre o aspecto social da política tecnológica, Eu diria que o único aspecto social que existe na política tecnológica é quando ela aplicada na indústria, a indústria se desenvolve,

tem recursos, ampla tem mercado, vende e cria empregos, não acredito na indústria pensando no desenvolvimento social pensando na política tecnológica, ela é consequência não é o fato em si, o fato é que ela precisa se desenvolver, se nós continuamos com pouco desenvolvimento tecnológico ou pouca pesquisa e a indústria crescer, ela vai dar emprego e nós vamos atingir sem política tecnológica o desenvolvimento social, porém como nós temos que “binar” as duas coisas, nós necessitamos, é lógico que a indústria tenha capacidade tecnológica para se desenvolver bem, para ser competitiva, para poder agir no mercado internacional e nacional para se defender dos produtos que estão entrando no país defesa tecnológica e de competitividade e de produtividade, não defesa de barreiras, lógico, neste caso, a política tecnológica tem um peso no desenvolvimento da indústria, mas não imagino como nós podemos “binar” essa questão, assim, fazer política tecnológica com o fundo social, esta não é a minha visão pelo menos.

Eu gostaria de finalizar com uma colocação sobre o que seria o ideal, para atingirmos este objetivo de termos uma política industrial, política tecnológica, para a finalidade industrial. Nós temos que saber, nós empresários o que queremos e como queremos uma política tecnológica, nós temos que saber isso, este objetivo, requer que nós tenhamos uma visão estratégica da política tecnológica e da política industrial que nós queremos, esta visão estratégica não é um debate, não é uma discussão privada, é um debate público. Esta visão não é o empresário só, de um lado da mesa, é nós termos o empresário discutindo com as classes, com a sua visão também, com o governo que tem o dever de acompanhar estas questões e com um fórum desse tipo, nós conseguimos criar a visão estratégica de política tecnológica para o desenvolvimento industrial.

Eu acho que, joga este desafio, o FINEP deveria financiar essa questão, deveria abraçar esse desafio e criar um fórum aonde, empresários, classes operárias e governo discutam sua visão estratégica e política tecnológica. Muito obrigado!

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Muito obrigada, Doutor “Cortopasse”. Vamos passar a palavra agora ao Roberto Vilas Boas. Dez minutos Roberto, muito pouco. Mas nós vamos impedir que as perguntas sejam dirigidas por

escrito a mesa porque nós temos pouco tempo, infelizmente, mas gostaríamos de ter um tempo para o debate. Muito obrigada!

Roberto Vilas Boas: Muito obrigado à Aspásia pelo convite a mim formulado e é uma honra estar aqui mas uma vez na FIESP e participando de uma conferência promovida pelo IPEA, que tão grandes serviços que prestou e vem prestando a esse País.

É claro que é uma tarefa que ultrapassa a mim mesmo, debater com personalidades tão conhecidas e tão aprofundadas nas suas posições e conhecimentos, como o Mônico, o Cassiolato, com "Frischin", como o Pavaroti.

É, mas vamos tentar colocar alguns fios nessa discussão da política de ciência e tecnologia, da política industrial e definições estratégicas daquilo que nós desejamos nesses setores.

Perguntando primeiramente, sem querer parafrasear o Francelino Pereira: "Que País é esse?". Na verdade o que é o Brasil hoje? Isso é o que permeia toda nossa discussão. Esse Brasil de hoje, não é o Brasil de vinte anos atrás, não é o Brasil de trinta anos atrás, será o Brasil de amanhã? Que Brasil é esse? O que caracteriza um país como tal, o que viabiliza um país? Se esse país fosse privado, seguramente já estaria em processo de desagregação, no processo de abrir, vender, tirar fatias, passar para o trem certas partes do País. Porque nós temos um país que tem 8 mil, milhões e meio de quilômetros quadrado, muito bem, então caracteriza um grande país.

Desses 8 milhões e meio, 5 milhões são a Amazônia. É a Amazônia legal brasileira, então dois terços do país, não estão aqui nessa sala, nós estamos aqui no outro país; nós estamos em São Paulo, que é um outro País dentro do Brasil. Eu posso falar isso porque eu sou paulista, muito embora viva no Rio de Janeiro muito tempo, nasci aqui, não estou defendendo nossa anfitriã. Aqui é um outro país, o que se passa em São Paulo não se passa no resto do País.

Que aspirações têm São Paulo, que aspirações tem o Brasil? Caminhamos juntos nessas aspirações? Isso irá nortear políticas como lembrou o "Fristain": visões estratégicas que devem ter uma determinada política. Então que visão estratégica tem o Brasil? Principalmente se nós notarmos que nos últimos vinte anos houve uma

coisa não trivial que todos nós aqui percebemos no nosso dia a dia, o país duplicou de população. Na década de 70, éramos o que, 70 80 milhões, hoje somos 140 - 150 milhões de pessoas, e duplicamos nas camadas mais marginalizadas, ou seja, esse programa que o Mônaco falou, de educação para qualidade, na verdade é um programa de educação para a cidadania, nós estamos querendo formar cidadãos, cidadão que estavam alejados do fato de ser cidadão, por terem participado dessa mudança étnica que aconteceu no País e todos nós estamos percebendo isso. Então que novas formas de gerenciamento, dentro dessas mudanças de Brasil, que aliás não são únicas no mundo, qual é o posicionamento geo-político do Brasil hoje, nesse mundo depois de 90? - no mundo aonde o partido Comunista é legal na União Soviética, uma coisa que não se pensava, alguém lembrou aqui, se nós soubéssemos do plano real alguns anos atrás, se muita gente soubesse que o partido Comunista ia ser legal na União Soviética há 4 anos atrás, seguramente os donos do mundo seria muito diferente hoje.

A caída do Muro de Berlim, com toda essa Europa Oriental disponível, pronta para um desenvolvimento, com muito mais importância do que a América Latina, com muito mais importância do que uma África, então quem somos nós hoje? - quem é o Brasil hoje dentro desse quadro de política para o desenvolvimento de política industrial, e política tecnológica.

O estudo que o Luciano Coutinho coordenou e que o Zé e outros tiveram oportunidade de participar, mostra claramente quais são os setores viáveis neste País, ou seja, os setores que, efetivamente, há competitividade, agricultura e a parte primária - bens primários; mineração, metalurgia. Então é isso que nós queremos? É isso, é esse setor que nós vamos ficar? Acho que esse é um dado importante para nós repensarmos ou pensarmos em termos de Brasil.

Por outro lado, nós temos e nós somos, não é nada trivial também, a 10ª economia do mundo. Isso não é pouca coisa, isso representa em termos de economia oficial, enfim, PIB que o governo publica e PIB não oficial, nós andamos, seguramente, na casa dos seus 700 bilhões de dólares/ano de PIB real.

Quer dizer, ninguém tem esse poder econômico, industrial, financeiro que o País tem se não tiver qualquer coisa ao redor desses

700 bilhões de dólares, não são os quatrocentos e poucos oficiais que representam esse poderio de país.

Nós éramos, até pouco tempo atrás, a oitava economia do mundo, então, nós temos uma base sólida, uma base boa, que compete a nós, agora, tentarmos discutir, talvez nesse fórum que o Cartopase propôs ao Mônaco, sobre política industrial e tecnológica o problema de repensar, efetivamente, o que e quem somos nós. Quem é o Brasil?

Os senhores estão bem informados que existe dentro, até do próprio Congresso Nacional, setores que rediscutem a unidade geográfica brasileira. Isto talvez até no modismo de cópia que vem das outras partes do mundo de separar isto daqui, aquilo daquele outro. Existe discussões dentro do Congresso Nacional de desmembramento territorial brasileiro. Esse é o outro ponto importante em qualquer posicionamento estratégico nacional de política nacional.

Então os problemas que nós enfrentamos, são grandes para a dimensão do que pela própria grandiosidade do País. Não são triviais e requerem muita criatividade. Criatividade para inserir o contexto da cidadania, metade - pelo menos - da população brasileira; ao mesmo tempo enfrentar os grandes desafios que hoje representam o poder. O que é o poder econômico? O que é o poder empresarial? O que é o poder governamental? É efetivamente o domínio de alguma coisa, domínio do capital, domínio de ciência e tecnologia, assim.

Ciência e tecnologia é um instrumento de produção só isso, mas um valioso instrumento de produção com ela, o domínio dela, nós matamos competidores, nós entramos em novos mercados, nós alijamos quem está nesse mercado, então nós temos que dominá-la, temos que ter ciência e tecnologia, e hoje ciência e tecnologia é uma coisa una, ela não é indistingüível, não vamos confundir a necessidade do aprendizado de operar uma máquina, com tecnologia, isso já passou, isso não é mais. Ciência e tecnologia é uma coisa além disso e para isso nós temos que estar bem antenados.

Discute-se muito o problema da ciência, aporte de recurso à ciência do Brasil, não é não se faz ciência no Brasil, não se faz o recurso que a FINEP debota, que o CNPq debota é pesquisa acadêmica, é outra história. Pesquisa acadêmica é para formar gente, pesquisa acadêmica é descompromissada pela sua própria natureza. A pesquisa científica e



tecnológica é compromissada pela sua própria natureza, e quem faz isso nos Estados Unidos não é a “National Science Fundation”, tão propalada nos meios acadêmicos não tem recursos ciência e tecnologia, não tem nada, não representa 5% dos recursos alocados para ciência e tecnologia nos Estados Unidos, quem faz é o poder de compra nacional americano, através do departamento de energia e o departamento de defesa. Outra falácia é dizer que acabou a guerra fria, armamento não tem mais, que o escultor general “Gren Walker” - no Fantástico de anteontem, domingo, vê que o negócio não é bem por aí, ainda está e está bastante, hoje a indústria de armamento é uma belíssima indústria do mundo todo, que vende bastante, aparecerão outras Guerras do Golfo por aí para provar e manter esse poderio.

Muito bem, então quem desenvolve CEI em termos de Estados Unidos é o governo, através de seu poderio de compra, compra da empresa, eu vou a sua empresa e falo: Meu querido, eu quero isso e você vai desenvolver isso, em parceria com “beltrano de tal”; que pode estar até numa universidade, mas não necessariamente tem que ser numa universidade, ou num centro de pesquisa, ou qualquer coisa assim.

Quer dizer, esse poder de compra no mundo todo, do governo do Japão, que o Zé exemplificou aí, é patente, é nítido, vamos catalisar alguma coisa, vamos lá. e se faz dentro de um paradigma moderno.

Paradigma moderno é isso que se falou, ou seja, não tem que se ter medo, no que ele usou, assim, até uma retórica dos institutos morrerem bem, não tem que se ter medo de morrer nada, são projetos. O centro de pesquisa passa a ser um projeto que existe enquanto aquele alvo deve ser atingido, e esse pessoal depois que termina o projeto, não é que esse pessoal morre também por um centro, esse pessoal é realocado para outras áreas, para outros segmentos dentro, até, de sua especialidade. Quer dizer é um País tão dinâmico são 3 trilhões de dólares do PIB japonês que permite esse tipo de dinamismo.

Então, não podemos comparar nós, com japoneses e com americanos. Os americanos tem quase 10 vezes o nosso PIB, então, 10 “Brasis” lá dentro é meio complicado, se nós começarmos a comparar coisas que não são comparáveis. Mas de qualquer maneira nós temos

que ter essas ousadias de pelo menos tentar resolver esses assuntos que aqui nessa mesa foram chamados como recorrentes.

Nós sempre que vimos ao encontro desse é o problema, é o eterno problema do juro da FINEP, que é mais alto que o outro, que o outro devia ser mais baixo que o outro, é o eterno problema de não poder efetivamente descontar como custo operacional o dobro ou o triplo daquilo que a empresa efetivamente aplica em C&T.

Se isso fosse caso, só, só o custo operacional daquilo, se nós deduzíssemos, efetivamente, e pudéssemos deduzir já era um ganho para a empresa. Porque esse negócio de 8% do lucro líquido, isso é complicado, porque o lucro líquido, enfim, tem que ser efetivamente custo operacional e são coisas simples; coisas que outros já fazem assim, então nós apenas temos que ousar, sair desse ramismo, desse mesmismo burocrático de nós mesmos, talvez por sentirmos mais seguros, dentro desse esquema e ousarmos mais; darmos, efetivamente, responsabilidade e cobrarmos a responsabilidade de quem quer produzir, de quem ousa produzir e de quem ousa produzir dentro de um esquema de tantas e tantas inconstâncias como esse nosso Brasil.

Era, Aspásia, isso que eu gostaria de trazer a consideração, aqui. Sem pretender discutir cada um na sua essência, mesmo por que eu não seria a pessoal mais capacitada para isso. Muito obrigado.

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Não estamos de acordo com isso. Flávio Zani, por favor.

Flávio Zani: Boa tarde! Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao IPEA e à Dr<sup>a</sup> Aspásia Camargo por ter convidado o PNBE a participar desse debate.

Queria ser breve. Começar comentando, em primeiro lugar, básico, a necessidade de uma Nação ter tecnologia hoje, para ser uma Nação que tem riquezas, que se desenvolve, isso já foi largamente difundido, nos tempos recentes e que no passado não era assim. Mas, hoje, a economia mudou de 20, 30 anos para cá e tecnologia passou a ser elemento fundamental para a riqueza das nações. Eu considero isso fundamental.

Queria comentar que para a gente ter uma política industrial tecnológica, pelo lugar eu concordo com a afirmação do Cláudio Fristain que disse que em primeiro lugar, nós precisamos saber o que nós queremos, antes de tudo, é preciso ter uma visão estratégica e de longo prazo do que se quer no País, e essa visão ela tem que ser una. O Brasil tem que querer em todas as partes as mesmas coisas, nós temos que fazer um esforço político para chegar a uma conclusão única, não pode é cada um em determinado pedaço, determinada ocasião, ficar exercendo uma política, adaptada a interesses locais.

Então não haverá progresso tecnológico sem uma definição clara do que nós queremos. É preciso ter vontade nacional para se conseguir chegar ao desenvolvimento tecnológico. Por exemplo, só para dar um exemplo do que eu considero de distorções, na política é o caso da Zona Franca de Manaus a gente deve pensar muito bem, o que que foi essa política da Zona Franca de Manaus? Em nome de um desenvolvimento regional talvez se tenha prejudicado e muito o desenvolvimento de uma política tecnológica e todo o complexo eletrônico, tivemos distorções muito grandes no passado, hoje em dia muito menores, mas para quê tudo isso?

Nós assistimos boa parte do País querendo fazer uma coisa, a outra partezinha do País querendo fazer outra e esse conflito não é bom para o País. Pode ser eventualmente bom em determinado momento, para uma determinada região, mas como um todo, acho, que todos perdem, é preciso ter unidade.

Segundo a questão da educação é básica, como disse o Cláudio Fristak. Para haver desenvolvimento tecnológico, é preciso investir em educação e a educação básica em primeiro lugar. Não é preciso falar muito nisso, basta olhar o exemplo de outros países como a Coréia que investiu muito em educação, em paralelo com o desenvolvimento de tecnologia.

Segundo lugar, queria comentar um pouquinho sobre a informação que está na transparência, do Sr. Salvador Perrote, sobre competitividade. Diz lá, qualidade mais produtividade mais taxa tecnológica, acho que está bom isso, mas, acho, que falta alguma coisa, gostaria de lançar esta pergunta. O que é ser competitivo? Se ser competitivo é só uma questão de ter qualidade, produtividade e

tecnologia, eu faria algumas perguntas. Como é que fica quando de repente uma empresa tem tudo isso e a taxa de câmbio baixa a 15%, como aconteceu agora? Ela deixa de ser competitiva? E quando a taxa de juro vai a 10%, como agora em julho, ou quando a gente observa que esses impostos, essas estruturas de impostos que tem no país e, especialmente, esses impostos em cascata como o "CONFINS", isso muda muito a estrutura de custos de como a indústria está montada, se ela é uma indústria verticalizada ou horizontalizada. O CONFINS incide de maneira bastante pior para quem está horizontalizado, então ela deixa de ser competitiva?

Outro exemplo é o financiamento externo. Quando a gente tem pacotes numa concorrência internacional, por exemplo, então vem a empresa brasileira e participa da concorrência internacional tem seu produto competitivo, consegue um bom preço, aí vem a empresa estrangeira com um financiamento de 15 anos, ninguém consegue vencer. A estrangeira vence com toda a certeza. Isso é ser competitivo? Deixo a pergunta.

Depois, queria falar um pouquinho sobre a lei de propriedade intelectual, parece que existe quase um consenso que precisa ser aprovada a lei. Acho que a gente tem que aprovar a lei de propriedade intelectual, mas, muito se falou do jeito que a lei estava nas suas origens, no seu projeto original, que devia ser aprovado daquele jeito, nós discordamos lá no PNBE.

Acho que a lei de propriedade intelectual, o direito a propriedade intelectual, como todo direito tem que ter limites e o limite é o bem comum da Nação. Quer dizer, todo direito tem que estar subordinado ao bem comum, é preciso que haja justiça social. Então nessa questão da propriedade intelectual, eu acho que no mundo de hoje, observa-se grandes aberrações, grandes injustiças, até que ponto uma empresa tem direito de porque patenteou alguma coisa antes do outro, ter um domínio que às vezes chega a ser mundial. É impressionante, o exemplo que eu gosto de citar é o caso da Microsoft que se tornou um poderio no mundo inteiro, e, hoje, o mundo inteiro, não tem jeito, tem que usar o DOS e pagar royalties cada vez que se faz uma cópia, cada vez que se compra um computador, até onde vai esse direito? Tem que ter um limite então a gente tem que refletir sobre isso.

Depois, eu senti falta nos expositores questão dos recursos para o desenvolvimento tecnológico, senti falta de uma coisa, mercado interno, acho que nós temos que lembrar que o mercado interno é uma riqueza que pertence a nação e assim está definido na nossa Constituição; Poucos sabem disso, mas o mercado interno é considerado pela Constituição um patrimônio nacional e pode e deve ser utilizado como alavancador do desenvolvimento e do progresso da nação e muito se pode fazer para utilizar e proteger o mercado interno para usá-lo para o desenvolvimento da Nação. Muito se faz nos países desenvolvidos, aqui no Brasil, já se fez alguma coisa nesse sentido, no passado, tivemos a lei da informática, que foi mal utilizada, mas tivemos; mas de uns anos para cá muito se destruiu, em questão de mercado. Tivemos uma abertura muito intensa e na nossa opinião, até muito rápida e sem controle e prejudicial à Nação. A partir de 1990, assistimos o incremento ao contrabando assustador, porque se afrouxaram os controles e mesmo até se modificaram umas leis que impediam o contrabando. O contrabando é um claro prejuízo ao mercado e como consequência o desenvolvimento tecnológico.

Ações de “dumping”, nós já temos aí uma lei de “dumping”, mas tem muito que se deve fazer. É preciso regulamentar e é preciso que haja estrutura, não basta, simplesmente, ter uma lei se não existe uma estrutura de controle, de fiscalização, e de como se deve fazer esse de controle “anti-dumping” ele não é feito. Nós tínhamos no passado mais, muito mais controle do que temos hoje. A estrutura da CACEX, por exemplo, foi desmantelada. Nós temos que voltar a ter esses controles e isso cabe ao Estado, como em qualquer nação desenvolvida do mundo, é o Estado que tem esse papel.

Nós chegamos ao absurdo de ter no caso da informática, a Lei 8010, que poucos conhecem que privilegia não só o produto nacional mas como também o produto importado. A lei 8010 permite que as universidades, os professores, importem equipamentos de laboratórios, equipamentos de informática com isenção de impostos. Então aí o produto nacional fica, de cara, fora. Com isso nas universidades a gente só vê produtos importados e pior que isso, é que o estudante está formando a sua cabeça, olhando somente o produto importando,

desconhecendo o produto nacional e desconhecendo o valor que tem desenvolver tecnologia nacional nesse País.

O estudante já começa sua, antes de entrar na carreira profissional, já vai com aquela imagem que o produto importado que é bom. Então, é o cúmulo, é uma Lei que protege às avessas.

Depois o subfaturamento, se observa no setor eletroeletrônico, eletroinformática e em outros setores práticas de subfaturamento para fazer o produto importado chegar mais barato no país. Tudo isso são coisas que se podem fazer para controlar, para melhorar o aproveitamento do mercado, para o desenvolvimento econômico.

Finalmente, o poder de compra do Estado, como se usa largamente nos Estados Unidos, isso é muito claro, que é dar preferência a todo o poder de compra estatal, poderia dar preferência àquilo que foi definido como estratégia necessária para o País.

**Final do lado B**

# FÓRUM BRASIL: 1995

## Política Industrial e Tecnologia

Fita nº 5

31 de outubro de 1994

### LADO A

(...)... tecnologia nacional são formas de incentivar sem ter que dar incentivo direto em forma de dinheiro.

Eu queria, também, comentar sobre a questão da cooperação internacional, como foi dito aqui, que a cooperação internacional decaiu depois que o mercado se abriu da maneira como se abriu.

Isso, foi perfeitamente previsível, já se falava disso antes e é só observar o que aconteceu, é o óbvio. Quer dizer como tecnologia é uma riqueza da nação, nenhuma nação vai dar isso de graça, nenhuma nação vai nos dar isso espontaneamente, isso é uma coisa que nós temos que conquistar.

Depois, queria comentar sobre o papel do Estado que se falou também, concordo plenamente que o Estado tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento tecnológico. Acreditamos que o Estado não deve interferir na economia mas deve sim balizar o comportamento e incentivar o desenvolvimento tecnológico.

Em primeiro lugar, é necessário criar um ambiente. Um ambiente, como disse o Professor Lourival Mônico, um ambiente adequado. Quer dizer não é por acaso, eu concordo plenamente com isso, que se desenvolve tecnologia não é com iniciativas isoladas, desta ou aquela empresa, que o desenvolvimento tecnológico vai ocorrer. É preciso criar todo um ambiente, uma motivação, um apoio, de diversas formas, eu estava lendo no jornal - ontem - que o Presidente dos Estados Unidos esteve em Detroit incentivando os maiores fabricantes americanos a produzir o carro popular que vai rodar com 33 quilômetros com um litro de gasolina, ele dizia que: "nós simplesmente temos que fazê-lo". Pode imaginar isso, um Presidente da República que incentiva de diversas

formas até com discursos dessa maneira dizer nós, nós quem? nós a nação americana, temos que fazê-lo.

Nosso Estado precisa, também, assumir esse papel. Depois, uma postura do Estado deve ser de parceria com a iniciativa privada; de parceria, não de simplesmente proteção de pai que dá dinheiro para o filho, mas simplesmente de parceria; de diversas formas, inclusive como se disse, suprindo com informações, esse é um papel importante que cabe ao Estado, quer dizer, centralizar banco de dados com informações de todo tipo, tecnológicas, mercadológicas, que nenhuma empresa sozinha poderia suportar, e apenas isso então, finalizando. Muito obrigado.

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Muito obrigada. Bem, nós viemos nos atrasando desde a sessão da manhã e realmente temos, ainda, uma outra mesa. Inclusive, não recebemos perguntas aqui. Então, eu vou passar a palavra à mesa para alguns rápidos esclarecimentos sobre questões que são relevantes e eu me disponho a convidar a FIESP para nós continuarmos essa discussão que foi, realmente, muito boa, mas muito curta. Então, eu acho que temos que selecionar daqui os temas fundamentais da agenda e propor uma nova reunião, essa é a minha, pelo menos a minha sensação aqui nesse final de mesa. Eu passaria, então, a palavra ao Dr. Mônaco.

Dr Mônaco: Os comentários foram excelentes, eu diria provocativos e nós não temos tempo para chegar lá. Mas eu queria chamar atenção para alguns pontos. O Cassiolato mencionou que se deve dar apoio a empresa e não ao projeto e esse um dos mecanismos que a FINEP está desenvolvendo na área especificamente de informática e a preocupação que nós temos é a competência para fazer o estudo de viabilidade econômica mudando as tecnologias. Nós estamos, inclusive, importando “softwares” que a “UNIDO” tem a disposição, isto está sendo feito.

Com relação ao levantado pelo Mário Cortopasse, o financiamento a fundo perdido nas empresas é preciso olhar qual é o lado que nós estamos. Existem pesquisas e atividades de caráter social ou de impacto, que nenhum empresário vai bancar o risco; então, alguém terá que bancar esse risco; sem dúvida nenhuma será o Governo, ou um



Ministério, ou alguma instituição de caridade, mas sempre haverá alguém que esteja disposto a bancar o risco, da mesma forma algumas áreas estratégicas de alto relevância para o País, como na área de telecomunicações e outras, as vezes pelo tamanho do nosso mercado se pode ter que investir em alguma coisa a fundo perdido. Mas eu não faria isso uma regra, eu diria muito mais uma exceção

Com relação ao aspecto social do papel de uma empresa não é criar emprego, foi o que eu entendi. Na verdade nós estamos discutindo três coisas diferentes aqui.

Primeiro o planejamento estratégico que foi mencionado, ele mostra a direção, então, nós sabemos mais ou menos a tendência tecnológica no futuro, o que vai acontecer com os países, com os trabalhadores. Entretanto, nós temos pensar no curto prazo e o curto prazo nós temos mecanismos muito simples, partir para a automação rígida comparada com a automação flexível. Nós sabemos que nós temos resultados diferentes e preserva emprego. Então, eu acho essa consciência ela virá; e os trabalhadores tem que estar preparados para isso, novamente, tem um problema que me parece fundamental.

A qualidade de vida do trabalhador, ela depende da tecnologia também, a qualidade de vida não é acidente, ela depende do empresário e das outras atividades. Eu posso ir longe, a taxa de emprego e todo mais.

Com relação ao fórum, a sugestão de criar o Fórum Educação, fórum para unir os empresários, governo e trabalhadores, discutir tecnologia; isso já vem sendo realizado pela FINEP, é o Fórum de Educação, Tecnologia e Emprego, nós já estamos no terceiro. O primeiro foi no congresso, o segundo foi aqui em São Paulo e o , acho, que foi no Rio e vai ser multiplicado. Eu só queria chamar atenção para uma coisa, os trabalhadores participam efetivamente, via de regra, nós não conseguimos os empresários para participar. Convido um por um, mas as instituições foram, isso começa por aí, a gente não pode pegar individualmente, mas você já está convidado para o próximo. Mas eu queria chamar atenção para um aspecto fundamental, nós temos reunido com vocês do mesmo jeito que nós estamos aqui, mas temos reunido com os trabalhadores, eu posso dizer a vocês que eles estão evoluindo muito mais rapidamente na consciência do papel da tecnologia, da

preservação do emprego, qualidade de vida e tudo o mais. Vai chegar um ponto em que o financiamento que utilizarem dinheiro do CODEFAT, que vocês conhecem bem, vai ser condicionado algumas variáveis sociais. Então só terá financiamento aqueles que levarem em conta o retorno social. Então eu diria que isso poderá vir no futuro e num futuro muito breve, os trabalhadores estão se preparando para isso.

Tem mais uma coisa que eu tinha anotado aqui com relação ao poder de compra, mencionado pelo Vilas Boas, é mais uma das coisas recorrentes e que eu ouço a mais de 20 anos e não se conseguiu porque a nossa própria Constituição, respondendo a pergunta do Flávio do PNBE, ela não permite tanta facilidade de dar exclusividade ou dar preferência, você não pode dar preferência e a Lei 8666, também, não permite essa facilidade, então, há necessidade de mexer na Legislação. Concordo que deva ser dado. Estados Unidos dá 40% de preferência à pequena e média empresa, mas acho que é um assunto que valha a pena a ser discutido.

E tem mais dois pontos que eu não posso deixar passar. Primeiro, dá a impressão que nós estamos no caos, mas não estamos não. A contribuição dos empresários no CONSEC tem sido extremamente importante, a participação nas Câmaras Setoriais criando condições para discutir tecnologias, discutir aspectos setoriais, o que na verdade está faltando é a grande política horizontal que una todas essas atividades.

Com relação a parte de patente, eu gostaria de dizer que a Lei que existe, qualquer uma delas, que esteja a primeira versão ou a última, ela concede o direito de propriedade que todos nós defendemos aqui. Apenas dá ao Governo o direito, em casos excepcionais, utilizar a patente como de utilidade pública, as pagando o direito a quem tem a propriedade, quem investiu e gastou tem todo o direito de receber a garantia.

E, finalmente, o caso de polícia, contrabando, essas coisas são caso de polícia e o caso do “dumping” é o problema dos empresários se mobilizarem, porque há um instrumento. Se o instrumento não está funcionando bem, vamos fazer o instrumento funcionar, porque ele existe.

A Lei 8010, eu diria, quem conhece instituto de pesquisa, o drama não é tão grande assim, é possível que em algumas empresas se encontrem equipamentos contrabandeados.

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Obrigada. Eu passo a palavra ao Dr. Salvador Perrote.

Dr. Salvador Perrote: Bem, eu acho que, também, estamos no adiantar da hora. Apenas dizer ao Flávio que aquela equação de competitividade e com uma medida como aquela na taxa de câmbio atual que o Governo está fazendo, realmente, quem deixa de ser competitivo é o País como um todo, quer dizer o Brasil deixa de ser competitivo e dentro dele toda a sociedade, então, a equação continua certa. A equação é aquela mesma, mas o País deixa de ser competitivo.

E quanto aos aspectos sociais da influência da ciência e tecnologia ser importante e decisiva, eu não entendi o Cortopasse, eu quero ver se eu entendi, mas vou tentar dar uma resposta. Eu disse que pela pressa que nós tínhamos que de manhã nós havíamos discutido política industrial, e que política industrial se discutiu bastante, hoje cedo, que o sistema fiscal e tributário é punitivo a produção. O sistema financeiro está afastado do sistema produtivo, quer dizer não está voltado para isso. Poderiam se encontrar instrumentos em capital venture, para determinadas tecnologias, desde que o sistema não seja para canalizar recursos para isso. Mas no sentido do aspecto social, é aquilo que o Vilas Boas falou e um pouco ele diz: um bom sistema de tecnologia dentro de uma política industrial forte, decisiva, orientada, com participação firme dos empresários, e aí que eu acho a grande variável, quer dizer, os empresários tem que assumir essa política industrial e tem que se propor a levar isso ao novo Governo que vem aí.

É que no aspecto social se use a tecnologia como instrumento, usando todos os recursos possíveis de multimídia, para reciclar gente, para reciclar o pessoal nos empregos, para a gente possa utilizar essa tecnologia como um instrumento para a gente alcançar mais de pressa, as medidas que a gente precisa ter tanto na reciclagem dos nossos recursos humanos, na formação de ensino básico, primário e tudo. Existem instrumentos dentro de uma política de ciência e tecnologia

que podem acelerar esse processo de volta de crescimento e de preparar a sociedade, principalmente, no aspecto educacional de informação tecnológica, para podermos ser competitivos, apenas este ponto.

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Muito obrigada. José Cassiolato quer falar?

José Cassiolato: Obrigado. Só para fechar dois ou três pontos.

Um, se é que a gente possa consensuar alguma coisa, nesse aspecto, é que se bem que como passou pelas apresentações alguns indicadores são muito ruins o horizonte temporal para a frente permite um certo grau de otimismo. Eu acho que isso deve ser um ponto central.

O segundo ponto é que esse otimismo não significa que as coisas sejam muito fáceis, pelo contrário, porque a gente já teve momentos no passado em que haviam certas condições de se formular uma política tecnológica mais completa, se articular com a política industrial e a gente perdeu algumas oportunidades.

Essa dificuldade, também, é presente na locução de quase todos e é o que leva a se pensar na importância da articulação dos diversos setores da sociedade numa discussão para isso. Nisso, aí, eu vou fechar como tentei fechar na primeira vez, se bem que não fui muito feliz.

A questão institucional é uma questão muito importante, e, quando eu disse que as instituições nascem, crescem e morrem, eu não disse que elas tem que morrer com uma morte física, no sentido delas fecharem, não é isso que ocorre muitas vezes. O que eu acho é que muitas instituições, se elas não perceberem que os tempos mudaram, o fechamento virá de fora para dentro, pode ser muito ruim. Eu acho que isso cabe não só as instituições públicas, mas privadas, também. E é isso que eu queria terminar.

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Eu gostaria de agradecer imensamente a atenção de todos e, sobretudo, a colaboração dos nossos expositores e debatedores; e convidá-los para que possamos continuar essa discussão, que eu acho, que está apenas começando e talvez esse ano mesmo, valesse a pena mais uma rodada para que possamos realmente consertar os nossos objetivos.

Eu acho que isso foi muito lembrado aqui, a idéia de uma Nação, de um mercado interno, que não tem tarifas. Portanto, já é uma coisa extraordinária, o mercado está pronto e, então, já que há tantos mercados aqui competindo, o MERCOSUL, o MERCONORTE etc, existe o MERCOBRASIL.

E isso acho que vale a pena a gente ter a consciência dele e que possamos estar a altura dos desafios da competitividade, da educação e de tudo que foi tão bem lembrado aqui nessa mesa, sobretudo da alta tecnologia. Muito obrigado à todos.

.....

(...) ao terceiro painel: Boa tarde. Vamos dar início aos trabalhos do terceiro painel, que tem por tema as novas relações capital - trabalho.

Teremos como expositores, o senhor José Pastore, Professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP; Boris Tabacov, Diretor do Departamento de Economia - DECON e Subcoordenador do GPPI, da FIESP/CIESP; Sérgio Mendonça, Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos do DIEESE.

Como debatedores: Paulo Roberto Pereira da Costa, Diretor titular do Departamento de Relações do Trabalho - DERET, da FIESP/CIESP; Wilson Fava, representante da Força Sindical; Rui de Quadros Carvalho, Professor da UNICAMP.

Os expositores já estão na mesa e, então, dado o adiantar da hora, vamos dar logo início ao nosso trabalho. Passo a palavra ao Prof. José Pastore.

Prof. José Pastore: Muito obrigado. Boa tarde a todos. Eu gostaria, quanto tempo tem Sr. Presidente? Quinze minutos. Eu gostaria de focalizar as novas relações do trabalho, numa economia que se abre e que se tecnifica. Esse quadro é um quadro já conhecido a Europa passou recentemente por esse processo, e, acho que vale a pena em poucos minutos, descrever a dinâmica desse processo e o impacto que tem no campo das relações do trabalho.

Os países da Europa, antes da década de 50, eles tinham praticamente todo o seu contexto trabalhista definido pela Lei. A partir da década de 50 e ao longo da década de 60, ganhou um grande impulso o contrato coletivo, que veio complementar a lei, substituir a lei

em alguns pontos. Mas o contrato coletivo, o que surgiu na Europa, foi um contrato coletivo de um modo geral bastante centralizado. Contrato coletivo praticado por alguns países até ao nível nacional e em alguns casos especiais intersetorialmente, caso da Escandinávia. Há países que chegaram a firmar contratos coletivos para todo o país e todos os setores em um só contrato.

Então, o contrato surgiu como uma coisa bastante centralizada. Num nível um pouco mais baixo de centralização, localizou-se a Alemanha, que firmava contratos coletivos nacionais setoriais, depois com pequenos ajustes ao nível de empresa. Num nível, ainda, um pouquinho mais baixo de centralização, mas ainda bastante centralizado, temos o caso da Itália que firmava contratos dentro do mesmo setor nacionalmente, regionalmente e por empresa, mas todos eles interligados entre si, que é o chamado modelo articulado, de tal forma que o contrato de baixo não podia contrariar o de cima.

Esses modelos legalistas e os modelos de contratação coletiva centralizada, esses modelos funcionaram bem na Europa, por uns 25, 30 anos.

Eles funcionaram bem sob três condições econômicas. Primeiro, atividade a todo vapor, a Europa reconstruindo, grandes encomendas, e boom, um verdadeiro boom econômico. Segunda condição, uma ausência de inflação, ou inflação muito baixa. Terceira condição, ausência do japonês no cenário, ou seja, a ausência de concorrência, muito pouca concorrência. Então, nessas três condições, alta atividade econômica, baixa inflação e pouca concorrência, os contratos centralizados e os sistemas legais que foram mantidos, eles funcionaram bem, permitiram o ajuste entre capital e trabalho de forma adequada e os países prosperaram.

Mas com a crise do petróleo, na década de 70, o quadro mudou, mudou bastante. Chegou a recessão, chegou a inflação e chegou o japonês, e os "tigres asiáticos" concorrendo fortemente com a Europa. Nessas novas condições, os modelos não agüentaram, os modelos ruíram. O modelo sueco ruiu. O modelo escandinávio supercentralizado ruiu. A Alemanha começou a descentralizar. As negociações começaram a ir cada vez mais próximas com a empresa.

Hoje, a Alemanha já tem 40% dos contratos assinados a nível de empresa, o que era impensável há 15 anos atrás. A Itália está indo para a contratação a nível de empresa. Embora ainda seja um continente muito regulamentado e centralizado, a tendência geral é de contratação por nível de empresa. Por quê? Porque em condições de alta competição de muita concorrência e de alta velocidade de inovação tecnológica. Os senhores sabem que é muito importante que empregados e empregadores comecem a dominar a tecnologia, comecem a dominar os processos de produção, aperfeiçoar esses processos.

Então, a conjugação de concorrência com revolução tecnológica acabou forçando empregados e empregadores a dialogarem muito mais para dominarem as tecnologias, entenderem as tecnologias, a climatizar a tecnologia, ajustar e vencer a concorrência. Isso transformou muito o microcosmo das relações do trabalho dentro das empresas. Aquele clima de desconfiança que existia entre capital e trabalho aos poucos começou a dar um clima de confiança. A confrontação começou a dar lugar a um clima de cooperação.

Então, houve uma grande transformação macro, que os contratos começaram a ir do centralizado para o descentralizado, e uma grande transformação micro, porque o ambiente interno começou a ir cada vez mais em direção da cooperação. Simultaneamente, os sindicatos perderam filiação de uma maneira brutal, perderam força, perderam prestígio e os empregados começaram a descobrir que a resolução dos seus problemas estava mais dentro da empresa do que fora da empresa. E a resolução dos problemas trabalhistas começou a ser buscada juntamente com o processo produtivo e não mais separadamente, de tal forma que salário, remuneração, prêmio, bonificação, tudo isso passou a ser parte do processo de melhoria de qualidade, melhoria de produtividade. Uma coisa foi vinculada com a outra, surgiram o sistema de remuneração flexível e, hoje, nós temos então o mundo bastante diferente, em termos de relacionamento entre empregados e empregadores, muito mais marcado por um entendimento do que por desentendimento.

O Brasil já apresenta sinais disso, mas ainda nós estamos numa fase em que predomina a desconfiança, a confrontação. É uma fase em que os trabalhadores se identificam muito mais com a categoria que com

a empresa, ainda. O que já é bastante diferente nos países avançados, inclusive na Europa que era um continente bastante regulamentado. Os EUA nunca chegaram a ter negociações altamente centralizadas, a não ser alguns setores muito especiais: aço, portos etc. O Japão também não, o Japão sempre negociou descentralizadamente por empresas e sindicatos de empresas. E os tigres asiáticos estão em um estágio muito rudimentar de negociação, a negociação é mais individual, é tácita, pouco formalizada, mas muito flexível. A flexibilidade, portanto, é a marca dos últimos anos no campo das relações do trabalho.

O Brasil está considerando a idéia de também fazer uma mudança no seu sistema de relações do trabalho, saindo do modelo legalista que nós temos e centralizado, passando para um sistema mais negocial. Fala-se, então, no Contrato Coletivo de Trabalho. Já são dois anos que esse tema vem sendo debatido, foi lançado pelo Ministro Bareli, de uma maneira mais explícita. O Presidente Fernando Henrique Cardoso já anunciou que é a sua intenção implantar o Contrato Coletivo entre nós. E o que significa isso? Significa que o Brasil terá um esquema de relações do trabalho onde haverá mais negociação e menos legislação. Agora nós temos vários tipos de Contrato Coletivos no cardápio. Não se sabe qual deles o Brasil vai escolher. Se ele tiver que fazer uma escolha, a exemplo do que os outros países vem fazendo, recentemente para atender as condições de concorrência, atender as condições de tecnologia, o Brasil terá que encontrar um modelo, que seja descentralizado, onde as negociações sejam feitas o mais próximo possível, a nível de empresa e talvez umas pequenas articulações entre empresas dentro do mesmo setor.

O Michael Porter tem um trabalho muito interessante, mostrando que hoje em dia a concorrência, não é mais entre os países nem entre setores é entre as empresas. É no âmbito das empresas que as coisas tem que ser ajustadas e acertadas. Então, parece que o Brasil terá que fazer essa escolha se for de fato implantar um processo de negociação baseado no contrato coletivo, é de escolher qual é o nível de negociação que a gente deseja praticar ou, então, deixar em aberto para que as próprias partes venham a definir qual é o nível mais conveniente para atender os seus interesses.



Essa transição de um sistema pouco negocial, como é hoje, para um sistema negocial, como se pretende com o contrato coletivo, é uma transição complexa como todos sabem, porque é uma transição que vai mexer em muitos interesses firmados. Inclusive, vai mexer com algumas concepções culturais, porque se nós estamos falando em inaugurar um sistema mais negocial, significa que direitos e deveres serão acertados na negociação.

Se direitos e deveres serão acertados na negociação, direitos e deveres não podem estar na legislação, porque se eles estiverem, continuarem na legislação eu não poderei fazer nada aqui no campo da negociação, a não ser copiar a legislação. Então, muda nada fica tudo do mesmo tamanho e deixa do jeito que está.

Para se ter uma negociação realmente sadia, uma negociação que inove, que ajuste, que atenda à concorrência e que atenda às novas tecnologias é fundamental o enxugamento do quadro legal: Constituição, CLT, Justiça do Trabalho e a passagem de um quadro de mais liberdade, onde a negociação prevalece sobre a legislação. É uma transição complexa, bastante difícil porque ela fere interesses. Ela vai mexer em várias vacas sagradas do nosso quadro legal e vai mexer na nossa concepção cultural, na concepção cultural do brasileiro que tem ainda a idéia do garantismo legal, ou seja, nós somos dominados pela idéia de que colocando mais direitos na lei, as pessoas estarão mais protegidas. Essa é a nossa concepção cultural. Para o brasileiro da rua você falar assim: o que você acha de eu tirar da lei as férias e passar para negociar? Deve ser uma grande heresia que contraria, choca, isso é uma coisa forte para a nossa cultura, então, não será um processo simples, será um processo complexo. Mas esse processo tem que ser feito. Eu apenas citei o caso de férias aqui, vou usar o exemplo para ilustrar que na grande maioria dos países o que acontece, um mínimo de férias é bem pequeno, colocado na lei, mas todo o restante é colocado na negociação de modo progressivo.

O Brasil é o único país que não tem sistema de férias progressivas, um dos únicos, ou seja, no Brasil, desde o primeiro ano de trabalho, o trabalhador tem direito a 30 dias de férias mais 1/3 em dinheiro, o que significa, na prática 40 dias de férias. Quer dizer que a empresa paga a título de férias 40 dias para o trabalhador desde o primeiro ano.

Se vocês tomarem o caso dos Estados Unidos por exemplo, no primeiro ano o trabalhador tem direito a 9 dias de férias, depois ele passa para 10 dias de férias, depois para 11, conforme ele tenha mais tempo de casa ele sobe o número de dias de férias. No Chile, nos primeiros 10 anos, durante os primeiros 10 anos, os trabalhadores têm direito a 15 dias de férias por ano. depois disso, depois dos primeiros 10 anos, a cada 3 anos aumenta 1 dia de férias.

Então, vocês podem ter uma idéia que significa em termos econômicos, uma empresa chilena ao longo de 10 anos, paga a título de férias 150 dias. Uma empresa brasileira paga a título de férias 400 dias, inegociáveis.

Agora vocês vão me perguntar, mas será que os chilenos só tem 15 dias de férias? Não, não tem. Tem 16, 17, 18 dias só que o restante o adicional ele é negociado e a isto faz uma grande diferença, porque tudo aquilo que é negociado é transacionado e o que é transacionado se liga com a produtividade, se liga com a qualidade. Eu posso puxar pela qualidade, produtividade, se eu estou transacionando, se eu sou obrigado a ter um custo fixo que eu não posso transacionar por nada, então, a minha possibilidade de fazer uma troca numa negociação de ganhos reais de salário, por exemplo, por produtividade fica muito limitado.

Então, o contrato coletivo ele tem a grande vantagem de permitir essa flexibilidade, tem a grande vantagem de reduzir custos fixos, aumentar custos variáveis e com isso ele tem a vantagem de praticar uma negociação mais sadia, onde de fato você troca alguma coisa. Aliás, negociação é trocar, negociação não é conceder, negociação é trocar.

Não existe nenhum negócio que você faz que você não troca, o Brasil é um pouco peculiar nesse campo trabalhista, porque os trabalhadores apresentam uma pauta com 150 itens e os empresários dizem: “isso eu dou e isso eu não dou”, olhe o verbo, “isso eu dou e isso eu não dou - eu dou”, “eu concedo ou não concedo”, não é trocar, não.

E se vai bater na Justiça do Trabalho, a Justiça do Trabalho também dá: 8,2% da produtividade para esta empresa e 8,7% para aquela, para aquela outra 9,5; números que a gente não sabe muito bem como eles saem.

Nós temos esse quadro. Então, eu acho que o Brasil está adiante de um desafio muito grande, que é imperioso, é necessário nós mudarmos, passarmos para uma situação de mais negociação e menos legislação; e, tem essa grande dificuldade pela frente, que será de fazer uma pedagogia na sociedade, um convencimento, que eu não sei bem qual é o processo, de mostrar que o fato de sair da legislação, não significa que o direito foi destruído, ao contrário, o direito pode ser até fortalecido no momento em que ele entrar numa negociação e numa contratação mais realista. Obrigado.

(...) Obrigado Professor José Pastore. É um prazer passar, agora, a palavra ao empresário Boris Tabacov, Diretor do Departamento de Economia da FIESP/CIESP. Com a palavra Boris.

Boris Tabacov: O Professor Pastore foi direto ao ponto, colocou com muita precisão o instante em que estamos vivendo hoje e que os problemas da relação capital - trabalho passam por uma mudança substancial. Isso pode até ser um tema, que por si só, mereça um aprofundamento muito grande e discussão essa que hoje, já é possível que aconteça, juntamente com os trabalhadores.

As novas condições nas relações capital - trabalho acontecem no País, no momento em que coincidem condições históricas mundiais, em profunda transformação com esse momento, nosso, brasileiro de abertura, de participação competitiva na economia mundial. Isso dá realmente uma oportunidade muito grande, eu até imagino, que alguns anos atrás, uma discussão em profundidade de interesses comuns da parceria que hoje é possível entre empresários e trabalhadores na formulação dos grandes assuntos da economia nos quais se inserem os problemas da relação capital - trabalho.

Essa situação seria quase inconcebível há poucos anos atrás, porque havia um viés ideológico fortíssimo, na colocação em que aqueles segmentos daqueles trabalhadores que eram mais organizados e que tinham um capacidade de ação muito mais forte, estavam impregnadas por um espírito, em que o problema sindical era um meio, havia um viés ideológico muito profundo.

Quer dizer, aquele segmento politizado, aqueles segmentos ideologizados daqueles trabalhadores, tinham uma noção de que a cooperação entre empresas e trabalhadores, no ponto de vista do sindicato seria quase uma traição, ou quase uma acomodação aos grandes interesses que eram basicamente mudar o regime, mudar o sistema.

Felizmente, de fora para dentro até mais que internamente, essas condições estão mudando, mudaram bastante, esse viés ideológico está sendo substituído por uma noção muito mais realista, como disse o Professor Pastore, em que existem muito mais pontos de interesse que podem e devem ser negociados, do que de fato, aprofundar a luta de classe.

Eu não estou, aliás, culpando o lado dos trabalhadores por esse viés, porque ele também se refletia do lado dos empregadores, do lado patronal, digamos assim. Esse processo está sendo em boa hora, se movendo no mundo inteiro e aqui também; talvez aqui mais devagar do que em escala mundial.

Hoje, existem condições concretas de parceria e o Professor Pastore colocou muito claramente que isso não pode ser mais tratado dentro de uma legislação que vem de décadas atrás, num período histórico anterior, até a este último que identificamos.

Dessa grandes mudanças recentes, é bom não esquecer que todo o sistema sindical dos dois lados está ainda, basicamente, situado na legislação que vem da época do Estado Novo, em que o corporativismo e o detalhismo da legislação e ao ponto até de dizer como um sindicato se organizava, quais são os limites, quantos diretores podia ter, como fazia a contabilidade. Isso só para ilustrar um detalhe de todo um quadro de ingerência total, aliás, totalitária nas relações capital - trabalho.

Nós temos que fazer nossa autocrítica, tanto do lado dos trabalhadores, como do lado empresarial, mas não nos libertamos ainda, dessa visão corporativa, tem que ir muito mais fundo nessa questão e realmente, porque há interesses.

Primeiro é um problema de reflexo, é um problema de natureza, da natureza das coisas. Quem viveu ao longo de gerações impregnados com esse espírito, fica realmente com seus reflexos alterados, ou condicionados, nós temos que mudar esses reflexos agora. Mas também

há o aspecto de que há o interesse de vários lados, de vários aspectos, dos ..... de que existem nesse sistema sindical que até hoje está, basicamente, prevalecendo.

A parceria que a gente imagina, que o caminho verdadeiro, passa por inúmeras dificuldades. Uma delas em que há o corporativismo do Estado Novo está sendo substituído por outros tipos de corporativismo e que terão que ser debatidos em profundidade que tem o problema das grandes reformas do Estado, que se imagina agora, no próprio processo de privatização que se imagina, que deve ir mais fundo e que há uma necessidade da modernização das nossas instituições. Nós não podemos mais esconder isso.

O corporativismo como uma estrutura sindical como antes se dirigia basicamente para a luta de classe e a substituição do regime, hoje em grande parte está se transformando num instrumento reacionário de defesa de interesses e privilégios, especialmente, na questão da privatização. Esse processo está se agravando e vai se tornar realmente, cada vez mais agudo no processo político e institucional, nesse tempo em que estamos vivendo e na próxima fase, que está se iniciando agora, mas existem condições objetivas, realmente, para se fazer essa parceria e ela já está acontecendo.

Nós temos que reconhecer que existem fatos e sinais muito alentadores. Muito importantes e significativos, depois desse quadro um pouco conservador que descrevi, nós temos que por outro lado reconhecer, que estão existindo sinais de desenvolvimento muito expressivos, muito importantes de uma nova consciência, seja do lado dos empregadores, dos industriais, dos empresários, ou seja do lado dos trabalhadores.

O próprio exemplo mundial começa a soprar aqui no nosso País. O problema do desemprego é que é a grande questão desse século, desse fim de década e que não se enxerga, eu não sou expert no assunto, mas pelo que leio, pelo que me informo, não está equacionado. O problema do desemprego é o grande problema do nosso tempo, dizer, aquela forma do pleno emprego que aquelas sociedades planejadas e centralizadas, tinham se mostrou extremamente ineficaz e acabou implodindo. Foi substituído pela predominância do regime da competição, do regime dos mercados; isso provocou e temos que ser

muitos sinceros, provocou um problema que não foi ainda devidamente clareado.

Ainda não se encontrou o caminho para a ocupação; eu li a poucos dias - isso está sendo constante nas publicações das revistas internacionais, eu vi isso tanto no "Times Magazin", no "Business Week" descrições dramáticas em que diziam assim, metade dos trabalhadores americanos está desempregada, outra metade está exaurida.

O processo todo de "down size" de reestruturação da reengenharia, a reengenharia, afinal de contas, em grande parte significou desemprego puro e simplesmente. A grande melhora dos índices de produtividade que levaram no caso americano e talvez conosco, brasileiros, também em menor escala que no caso americano, a economia americana, a indústria americana voltou a ter condições de predomínio e ultrapassou de novo a economia japonesa em termos de produtividade, mas tudo teve um preço humano, teve um preço social terrível, que ainda não foi equacionado.

Imaginemos isso em um país como o Brasil, em que temos que passar por uma geração, pelo menos que, tem que passar por um processo de educação, como foi acentuado, hoje, o dia inteiro.

Há uma consciência, acho, unânime de que nós vamos ter que superar e dar o salto que precisamos, através da educação, mas enquanto isso não acontece esse problema da educação é um problema de geração.

Essa é uma questão que ainda não tem resposta pelo menos eu não tenho e que deve ser colocada como grande desafio para essa parceria dos trabalhadores e dos industriais e empresários. Quais são os meios eficazes de competição? Está se abrindo inevitavelmente a economia brasileira à competição internacional, está se vendo isso dia-a-dia nos jornais, eu quero evitar cair no problema da conjuntura que nos dói no dia-a-dia e manter essa visão mais estratégica. Mas nós estamos vendo resultado concreto das dificuldades que as indústrias brasileiras estão tendo para competir num processo de abertura que tem algumas dúvidas na forma pelo qual ele está sendo executado. Então, eu acredito que nós temos um temário comum para tratar com os trabalhadores, quebrando esses moldes mentais, essas tradições antiquadas de lado a lado e

abrindo realmente uma questão de como nós vamos modernizar as empresas brasileiras, em que o interesse do industrial, do empresário é igual ao do trabalhador, como o professor Pastore disse, isso tem que sair do terreno institucional ou das grandes discussões legais para discussões a nível da empresa. Eu acho que tem grandes oportunidades e possibilidades.

Eu tenho mais questões do que respostas, a bem da verdade, nessa minha pequena apresentação. Outro problema no Brasil, como é que fica essa massa enorme de trabalhadores desorganizados? Eu acho que os setores organizados dos trabalhadores, nas regiões mais desenvolvidas, mais industrializadas dá para enxergar um cenário dessa parceria e eu acredito que já começamos, inclusive a caminhar por esse rumo. Como é que fica essa massa enorme de trabalhadores não-organizados? Nós vamos ter de encontrar soluções brasileiras para esse problema. O próprio problema da colocação que foi feita de que é preciso ter menos legislação, menos espírito de direito assegurado e mais negociação, eu digo, sinceramente, isso tem que ser muito dosado e eu acho que o Estado não tem que regular a economia, não tem que tomar as decisões substituindo os produtores e os empreendedores. Por outro lado, eu vejo um problema social muito complexo aí, em que a gente tem que dizer que o Estado, na sua acepção mais nobre, tem que arbitrar isso. Então como é que se faz esse equilíbrio? Como é que se desregula as relações capital/trabalho e ao mesmo tempo não se aprofunda esse problema desse “gap” social que existe no Brasil? Essa dívida social? Por que existe um risco até desse processo ao invés de se amainar ele se agravar.

Então, eu acho que essa é uma oportunidade rara em que a gente pode discutir as coisas um pouco fora da pressão tremenda que o empresário tem no dia-a-dia ....

**Final do lado A**

## **LADO B**

Boris Tabacov:... e é como eu disse, isso já é por si um tema para fazer mais um longo seminário e com um caráter inovador e de tentar desbravar novos caminhos e novas idéias de uma riqueza muito grande. Isso é necessário porque eu acredito que a nossa discussão de hoje pode ser um pequeno começo nesse sentido.

(...) Obrigado, Boris Tabacov. Passo a palavra, agora, ao Sr. Sérgio Mendonça, Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE. Com a palavra.

Sérgio Mendonça: Boa tarde. Eu queria agradecer o convite que me foi formulado pelo IPEA, parabenizar também, na figura da Dra. Aspásia, os 30 anos do IPEA que sempre prestou e presta relevantes serviços para a sociedade brasileira.

Eu queria me associar a várias dessas idéias que foram tratadas aqui e acho que realmente temos muitos pontos se não de consenso, mas de oportunidades que estão colocadas mas, sem dúvida há alguns impasses e obstáculos que também estão colocados e que a gente tem que tratar com a maior abertura e franqueza para ver se é possível superá-lo.

Obviamente que o ambiente é totalmente diferente, hoje, e todos percebemos que nós estamos num momento de transformações profundas. O ambiente de abertura, o ambiente externo, a fase de reestruturação por que vai caminhando a economia brasileira é irreversível e todos os atores tem que se posicionar, percebendo esse novo ambiente.

Eu não falo em nome dos trabalhadores na medida em que o DIEESE é um órgão de assessoria técnica no movimento sindical, mas evidentemente que a gente trata com isso diretamente, portanto vou tentar trazer aqui algumas idéias e algumas visões que particularmente eu tenho desse processo e das novas relações de capital/trabalho, nesse novo ambiente de reestruturação.

A primeira coisa que me parece mais ou menos clara é que a energia fora os aspectos estruturais dos temas de relações de trabalho,



que o Professor Pastores já apontou vários e eu pretendo tratar de alguns.

A energia da negociação todas as limitações que a negociação teve no Brasil nos últimos anos ela teve, basicamente, consumida pelo processo da inflação ou seja processo de perdas enfim, das perdas salariais, onde a gente conseguiu ficar 15 anos aí, estamos há 15 anos desde o novo sindicalismo, em parte consumidos por este debate da inflação. Eu acho que isso vai mudar, está claro que vai mudar, eu arrisco a opinião que vai mudar rapidamente.

Portanto, de cara, isso já coloca uma nova agenda de temas de negociação no plano sindical entre trabalhadores e empresários, nós não vamos perder mais tempo entre inflação ou pelo menos a inflação deixa cada vez mais, rapidamente, de ser mais agente da negociação a questão central da negociação.

A questão da reestruturação, da competitividade, da qualidade e da produtividade, enfim, as questões que estão colocadas pela integração competitiva ela nos traz no nosso ambiente brasileiro desafios que eu diria hoje, difíceis de perceber a superação a curto prazo.

Um deles já foi aqui tratado pelo Dr. Boris Tabacov, que é a questão do emprego, ou seja, não há solução mundial, hoje, sobre a questão do desemprego, do desemprego estrutural, nesse ambiente de revolução tecnológica, nesse ambiente de reestruturação produtiva. Os países do primeiro mundo estão tentando, mas até agora não se tem claro para onde nós vamos caminhar nessa discussão do desemprego.

Então, quando a gente olha para o Brasil, o Professor Pastore coloca o exemplo europeu, mas evidentemente nós estamos falando de flexibilização depois de 30 anos de integração, ou seja, onde se constituiu um mercado consumidor e se homogeneizou uma classe trabalhadora onde tem mais de 90% da população integrada no mercado etc. Então nós vamos discutir flexibilização nesses termos.

Agora, o que nós estamos falando quando estamos falando do Brasil? Vamos para o exemplo japonês. Na década de 50, primeiro houve um grande conflito político-sindical na década de 50 no Japão, com relação a estrutura sindical, mas esquecendo isso - qual foi o

compromisso tácito que estabeleceu na sociedade japonesa? - o emprego acima de tudo, ou seja, praticamente a sociedade cresceu.

Evidentemente, que o crescimento econômico jogou um peso central tanto nos países europeus, quanto no Japão, mas, evidentemente havia compromissos políticos tácitos nessa sociedade, que na Europa com a União Soviética do lado, o “welfare state” foi a forma de desenvolvimento para integrar a classe trabalhadora e no Japão um compromisso pelo emprego, que de alguma forma, sobrevive até hoje embora seja tomando controles diferentes.

Então quando nós estamos falando aqui no Brasil dessa reestruturação, de cara, nós temos esse problema do emprego que é um dos três problemas centrais, que eu vou abordar nessa intervenção.

O segundo, já foi colocado aqui pelo Professor Pastore, é a mudança do sistema de relações de trabalho, que é absolutamente inevitável, e, acho que o movimento sindical na sua grande maioria declara a necessidade de mudar, não se tem claro vários dos pontos, mas se tem clara a necessidade de mudar.

O terceiro já foi tocado aqui exaustivamente e eu não pude estar na parte da manhã, que na parte da tarde que é a questão do pilar da educação, ou seja, se eu tivesse três idéias para defender aqui, eu me apegaria do ponto de vista do movimento sindical a essas três.

A questão do emprego, verdadeiro pacto social da sociedade brasileira pela questão do emprego, a questão da educação, que me parece ser um consenso muito grande entre nós todos e a questão da mudança do sistema de relações de trabalho.

Então, eu queria só apresentar algumas informações, aqui no convite inicial, se pergunta se a questão da indústria é possível, esse setor responder pela discussão do emprego, da geração de empregos. Parece claro que não a indústria em si, os dados são muito claros, na grande São Paulo o emprego há 8 anos atrás representava 1/3 da força de trabalho, hoje representa menos de 25% do emprego da região da grande São Paulo e parece que por aí, mesmo na fase de crescimento econômico muito forte, que todos nós esperamos que venha a curto prazo, é pouco provável imaginar que a indústria volte a gerar empregos nessa nova relação técnica, nessa nova relação onde a automação joga um peso decisivo e que pela qual nós vamos ter que passar, porque a

indústria, obviamente, não vai conseguir competir somente com processos de reestruturação, baseados na gestão, qualidade e produtividade.

Isso é importante, foi importantíssimo, mas agora há necessidade de um salto tecnológico que, obviamente, é poupador de mão-de-obra, então, como é que nós vamos resolver essa situação, eu não sei, e, acho que é muito complicado.

Então, essa discussão associada à reestruturação ao novo ambiente eu acho uma questão central para toda a sociedade pensar. Queria pegar aqui só uma parafraseando, recentemente, o Professor Celso Furtado, quando ele coloca essa discussão do trabalho, ele diz o seguinte: Onde na verdade nós precisamos inventar novas fórmulas de inserção social, sair da prisão de que tudo que tem que ser rentável, tudo tem que ser rentável pelos critérios do mercado, ou seja, não é só isso que é legítimo. Ele associa isso a idéia de um fundamentalismo mercantil, ou seja, nós não temos só o fundamentalismo islâmico, hoje nós estamos vivendo um fundamentalismo mercantil, aonde como é que você vai resolver o problema do emprego, se o primeiro mundo já tem problemas estruturais, como é que nós vamos fazer isso aqui na sociedade brasileira, onde a herança do passado é de desemprego de 15% , onde a herança do passado é de baixa qualificação da mão-de-obra, de baixa educação, enfim, nível educacional muito baixo.

Então, rapidamente, eu queria falar isso sobre emprego, no que diz respeito a questão do sistema de relações de trabalho, eu concordo com várias das coisas que o Professor Pastore coloca aqui, mas diria no que diz respeito a idéia do contrato coletivo.

Primeiro é, além de todos os problemas que nós temos na sociedade brasileira, nós temos os problemas de comunicação e de projeto, como foi citado aqui no começo da tarde.

O Presidente Fernando Henrique parece ser a favor do contrato coletivo. No entanto, logo de cara, o primeiro debate que se estabelece do contrato coletivo parece um debate incompreensível, ou seja, um lado diz não, o movimento sindical agora que era a favor, é contra, mas na verdade o movimento sindical se expressou no fórum de debates de contrato coletivo, que durante quatro meses apontou na direção da mudança do sistema de relações de trabalho e pelo que eu soube vários

consensos ocorreram naquele fórum, inclusive entre os trabalhadores e os empresários, de cara nós já temos um problema de comunicação, por quê? Porque o projeto de mudança do sistema de relação de trabalho do novo Presidente não está claro, é evidente que não está claro, se estivesse claro nós poderíamos estar dizendo em cima de pontos, olha aqui somos a favor, aqui somos contra.

Então, foi vencida a eleição com uma idéia de fato, mas não tem nenhum projeto muito claro, portanto já começa um atrito ali na comunicação que pode ser claramente superado no curto prazo. Mas eu diria que alguns impasses estão colocados de cara. Somos todos a favor do imposto sindical? Parece que sim, mas não sei se sim, tanto do lado dos trabalhadores, quanto do lado dos empresários. Somos todos a favor disso?

Outra coisa é o papel da Justiça do Trabalho. Todo mundo sabe que nessas reestruturações, muda-se o foco de poder, a estrutura de poder e a Justiça do Trabalho tem um peso central na definição das discussões coletivas, no âmbito do trabalho, e, evidentemente, isso vai ter que ser alterado e portanto, aí, eu acho que há muitas dúvidas sobre papel, até porque o Professor Pastore lembrou bem a visão cultural que o brasileiro tem, de que o Estado resolve tudo, a legislação resolve tudo, uma outra questão, que eu acho, que aqui nessa platéia é um pouco central, é a questão da representação do local de trabalho.

Eu percebo, me corrijam por favor os empresários, se eu estiver enganado, que é uma clara postura ante representação do local de trabalho no ponto de vista empresarial.

Nós não avançamos e isso é dos pilares da questão no primeiro mundo, ou seja, mesmo no Japão onde nós temos sindicalismo por empresa, em cada empresa nós temos uma representação dos trabalhadores no local de trabalho, e aqui, ao que parece ser um tema tabu, é um claro impasse sobre a discussão, e realmente para negociar os processos de estruturação produtiva e de novas tecnologias, é preciso que os trabalhadores conheçam os processos e nós não conhecemos, por que que não conhecemos? Porque estamos fora da fábrica. Por que que estamos fora da fábrica? Porque, tem uma clara resistência política dos empresários em aceitar esse novo modelo. Então, eu que aqui tem um impasse claro.

Por último, tem um impasse claro na forma de entender a questão do custo do trabalho, que aí o Professor Pastore passou um pouco por isso, quando coloca a discussão do custo do trabalho, dos encargos, essa discussão que existe, que está muito presente na nossa sociedade.

Agora, há consensos também, há consensos, eu diria, há um consenso que estabeleceu no fórum do contrato coletivo, onde a mais ou menos uma idéia de que o Estado deve reduzir claramente a sua participação nesse ambiente.

Eu não sei, é obvio que isso é ambíguo, sobre se a gente não explicitar o que a gente fez como redução da participação do Estado é a admissão da Justiça do Trabalho e até que ponto a Justiça do Trabalho passaria a exercer uma tarefa de arbitragem, de mediação ou não, vamos fazer como outros sistemas que existem aí e a Justiça se reduziria a questão dos conflitos individuais, enfim, a arbitragem de direitos, enfim, a discussão da pluralidade, que me parece também, que temos mais consenso do que impasse nessa discussão, que me parece, que pelo o que houve no fórum do contrato coletivo.

Uma legislação de transição entre o velho e o novo, também me parece, é obvio que o tamanho dessa legislação, o escopo dessa legislação vai variar, isso vai depender das visões políticas, mas me parece que há um consenso sobre transitar, de que não é possível sair da velha CLT, e cairmos em uma estrutura de duas ou três leis: uma do salário mínimo, uma outra de férias e ponto final. Essa legislação me parece ser inegocial.

Por último, eu queria no tempo que me resta, colocar algumas questões dos novos desafios que estão impostos que são: primeiro, um verdadeiro pacto pela educação que obviamente é um consenso de nós todos aqui, pelo menos o que foi dito, depois como operar isso, como fazer isso, eu também não sei, porque eu não sou especialista em educação, mas imagino que nós precisamos de um pacto político de longo prazo sobre essa questão da educação. O segundo pacto é sobre a questão do emprego, eu acho que nós precisamos ter claro que, para gerir o problema do emprego e do desemprego, nós vamos ter que criar sistemas públicos e acho que algumas experiências estão sendo criadas.

Não só o crescimento econômico, não só a empresa dinâmica, empresa competitiva, é importante para gerar emprego e para garantir os

empregos existentes, mas é preciso também que a gente reflita sobre os sistemas públicos de emprego, que eu vejo, no nosso ponto de vista como a articulação de grandes sistemas que já existem aí, como o fundo de amparo ao trabalhador, o FGTS, o papel desses fundos como SEBRAE, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a FINEP tem prestado um relevante serviço nessa discussão do trabalho, da educação, do emprego, ou seja, é preciso articular isso dentro de um projeto que nós todos sabemos que nós não temos, mas nós temos um novo Presidente eleito por várias diretrizes.

Quando esse projeto começar a ser explicitado, é preciso articular esse sistema que eu chamaria de um sistema público de emprego, na falta de um nome melhor nesse momento, dentro de uma ótica de que ao Estado cabe o papel de regular decisivamente essa discussão do emprego, se não nós vamos romper o tecido social lá na frente, ou seja, nós não vamos agüentar uma taxa de desemprego de 15, e crescendo no tempo com o processo de desintegração e reestruturação coletiva. Nós não vamos agüentar isso. O Rio de Janeiro já mostra o problema que nós temos aí pela frente.

Então, eu acho que, para finalizar, é preciso que a gente invista não só nesse pacto, em abrir mão nós todos de pontos como: trazer para uma nova agenda a discussão da mudança do sistema de relação de trabalho, mas também, valorizar sobretudo novos espaços de negociação, ou seja, nós precisamos investir nas câmaras setoriais. As câmaras setoriais são problemáticas se tem limitações de arquitetura, institucional etc, mas vamos avançar, vamos botar consumidores, os consumidores ainda são desorganizados, vamos avançar; precisam que a gente garanta espaços de negociação.

Há outros espaços muito interessantes em curso. Eu já disse, a FINEP tem um fórum de educação para a competitividade. O Ministério da Indústria e Comércio tem várias proposições do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade onde os trabalhadores estão lá. Estão discutindo apoiado pelo Governo a reestruturação produtiva e como é que os trabalhadores enxergam e aprendem sobre a reestruturação produtiva. O CETCON - Conselho dos Trabalhadores para competitividade, um irmão aí do CONCEC-Empresarial que ainda não tem, não está funcionando exatamente como o CONCEC, mas está

avançando já tiveram algumas discussões. Nesse momento estuda inclusive o documento empresarial do CONCEC sobre política industrial e tecnológica.

Enfim, eu diria que é preciso que a gente invista que a criação de um novo “Instituto Brasileiro da Qualidade e da Produtividade” é um momento importante inspirado naquele Centro de Produtividade do Japão, que tanta contribuição deu para a sociedade japonesa na década de 50. Então, acho que todos nós temos que rever paradigmas e apoiar idéias e processos que vão numa direção, depois nós vamos negociar como o Professor Pastore disse tudo de alguma forma, está tudo em aberto. Senão de fato nós vamos continuar patinando e eu espero que a inflação não volte, se voltar nós patinar mais um pouco, senão nós vamos patinar e provavelmente nós vamos caminhar para um país onde você não faz a trajetória de integração. Você não faz a trajetória de pelo menos no médio e longo prazo perceber que a integração social vai se dando, ou seja, que a competitividade venha acompanhada de equidade social. Obrigado.

(...) Muito obrigado Sérgio Mendonça. Dando continuação ao nosso trabalho, vamos ver agora os debatedores. Deixo à escolha dos debatedores, se querem falar ou sentado aqui na mesa. Em primeiro lugar eu convoco o Dr. Paulo Roberto Pereira da Costa, Diretor titular do Departamento de Relações de Trabalho da FIESP/CIESP.

Dr. Paulo Roberto Pereira da Costa: Eu peço licença de falar sentado em vista que eu troquei os óculos em Varilux e não estou muito adaptado. Ali em pé não fica fácil para mim.

Em primeiro lugar, eu gostaria de prestar, aqui, a minha homenagem ao Professor Pastore, porque o muito que eu vou falar está ligado exatamente aquilo que o Professor Pastore vem investindo ao longo dos anos, no aspecto das relações do trabalho no Brasil.

Eu isto porque, eu acho, que esse tema é muito se tem falado, mas tem se falado muito na periferia e não tem se falado na profundidade que se deveríamos abordar.

Eu creio que uma outra homenagem, eu faço também, ao Ministro Barelli, porque eu e o Ministro Barelli fomos contemporâneos de

negociações a partir de 78 e ele como Ministro do Trabalho cumpriu um compromisso, no sentido, nesta casa na FIESP, quando a FIESP recomendava que o assunto contrato coletivo de trabalho deveria ser discutido de forma ampla e o Ministro cumpriu esta sugestão e esta recomendação da casa.

Eu não posso entender em política industrial, realmente, não posso entender competitividade, não posso entender um país competitivo, se nós não tivermos uma visão estratégica das relações do trabalho.

O que eu tenho visto ultimamente são casuísmos. Casuísmos mesmos, são medidas que ocorrem da noite para o dia fala-se em contrato coletivo, mas não se sabe, exatamente, o que é contrato coletivo de trabalho.

O Presidente recém eleito, Fernando Henrique Cardoso, fala em contrato coletivo, ele não disse ainda o que é contrato coletivo. Então vamos esperar qual é o desenho, qual é a estrutura que ele pretende fazer.

Agora eu acompanho muito o pensamento do Sérgio Mendonça, há pontos aqui - Sérgio - que nós estamos falando a mesma linguagem. Acompanho profundamente a preocupação social do meu amigo Boris, porque não se pode falar em planejamento estratégico das relações do trabalho sem levar em consideração os fatores demográficos da sociedade brasileira, os fatores psicossociais da sociedade brasileira, os aspectos econômicos e que a situação brasileira não é como a Europa, não é como os Estados Unidos.

Nós temos uma situação diferente, então, não se pode improvisar nas relações do trabalho sem uma análise profunda e crítica da real situação dos aspectos estratégicos do País. Por outro lado temos que entender o poder ascendente sindical.

A verdade é que nós podemos fazer uma autocrítica também do lado empresarial e que só se preocupa com aspecto sindical no momento em que se vai rever as convenções coletivas.

E eu quero dizer que negociar, efeito não causa, quando vai se negociar, como está se negociando agora e até com greve e para mim greve é efeito não causa, esses problemas são casuísticos. Então nesse momento todos se engajam para discutir um problema ou de greve, ou de uma convenção coletiva, o que está faltando na realidade no meu



modo de ver é uma visão estratégica, qual realmente as relações de trabalho que desejamos no Brasil.

Se é contrato coletivo ou não, isso é algo que todos nós temos que estudar. Não sou contra, em princípio, ao contrato coletivo de trabalho e nem esta casa é contrária ao contrato coletivo de trabalho.

O que é necessário, entendemos, para que o contrato coletivo de trabalho exista é necessário definamos algumas coisas na CLT ou reformulação da própria CLT, que possamos definir o papel da Justiça do Trabalho, que possamos definir de forma clara o componente na própria Constituição como se encaixaria realmente o contrato coletivo. Esta é a posição desta casa.

Mas não é só isso, a outra questão que foi abordada pelo Mendonça, que eu acompanho de forma muito clara, é a questão da unicidade da unicidade da pluralidade sindical. Não se pode falar em convenção, em contrato coletivo de trabalho se ainda não temos uma idéia muito clara, o caminho que o Brasil vai percorrer em termos de unicidade ou pluralidade sindical.

A Constituição brasileira fala em unicidade sindical. Mas esta casa já discutiu e aprovou que a posição estratégica desta casa é pluralidade sindical, não é mais unicidade.

Agora, como é que nós podemos falar em pluralidade sindical, se nós temos 4 centrais sindicais no Brasil. Quatro centrais sindicais, com todo respeito que eu tenho à elas, não estão inseridas na estrutura sindical brasileira; porque a estrutura sindical é formada por empresas ou por trabalhadores, é a mesma estrutura. Empresa do lado patronal, trabalhadores que se formam sindicatos, sindicatos formam federações, federações formam confederações; tanto do lado do trabalhador como do lado empresarial.

Não existe na estrutura sindical brasileira a figura das centrais únicas dos trabalhadores, e, no entanto, quando nós assistimos de uma forma pragmática, que com todo respeito a ele e sem nenhum problema, o Presidente da República convoca o Vicentinho para uma reunião, para resolver o problema da PETROBRÁS, junto com o Ministro do Trabalho, junto com o Ministro da Economia. Então, nesse momento há um reconhecimento total, pleno de que uma central única dos trabalhadores, que é a CUT, é uma existência, é um fato real.

E no entanto, não existe nenhum diploma legal que reconhece de forma tal. Esses casuísmos é que nós precisamos encontrar um caminho de forma clara.

Outro fator, que para meu ver podemos entender a questão de um contrato coletivo de trabalho, se esse for o caminho, é a questão da liberdade sindical.

Há mais de 30 anos estamos buscando a Resolução 87 da CLT, da OIT. No entanto não temos uma posição muito clara nesse sentido. É um assunto que realmente devemos, realmente, analisar e discutir, eu acho que isso são fatores que antecedem, realmente, o conceito e a análise do contrato coletivo de trabalho.

Outro fator que foi dito, muito bem claro, é a questão da interferência do Estado. Se nós queremos realmente uma negociação ampla, como disse o Professor Pastore, o Estado não pode interferir nas negociações entre as partes, lado trabalhador, lado empresarial.

Estou plenamente de acordo com o Professor Pastore quando ele disse que o modelo dos contratos coletivos de trabalho que eram centralizados, devem ser descentralizados e que a meu ver a nível de empresa. Porque se nós queremos ser, realmente, competitivos e ter maior flexibilidade ao nível internacional não pode haver uma negociação massificada e por categoria e que embute empresas de pequeno porte, médio porte e grande porte.

Algum tempo atrás quando chamado Grupo 14, Grupo 19 e depois Grupo 14, teve uma decomposição, porque, na realidade, essa decomposição já existia; como é que nós poderíamos colocar no Grupo 14 uma negociação com a indústria automobilística, eletro-eletrônica, esquadria etc, com segmentos diferentes, com poder econômico diferentes e com clientes e com consumidores diferentes. Então, todos esses fatores devem ser revistos, reanalisados, a meu ver antes e antecedendo o contrato coletivo ou não.

No meu modo de ver, eu acho, que nós devemos fazer uma autocrítica, eu acho que este assunto tem sido tratado no Brasil, de uma forma muito superficial e por isso eu prestei minha homenagem ao Professor Pastore, porque tem sido missionário nesse sentido, o Professor tem sido em todos os momentos, eu tenho acompanhado muito de perto ao longo dos anos. Ele tem colocado de forma muito

clara, na tentativa de sensibilizar, em todos os segmentos da sociedade, esse aspecto.

Evidentemente que eu acho que o lado sindical nesse ponto dos trabalhadores, tiveram uma evolução maior, porque esse assunto tem sido debatido de uma forma profunda, mas não tenho visto isso na sociedade brasileira, quer pelos políticos, ainda pelo lado empresarial. Eu acho que a CNI já fez muito nesse sentido, a FIESP já fez muito nesse sentido, mas não ainda no nível que deveria fazer.

Estou plenamente de acordo com o Sérgio Mendonça, quando ele fala a questão do imposto sindical, não poderá existir; não poderá existir um contrato coletivo de trabalho; não poderá haver uma maior autonomia sindical ou uma pluralidade sindical se nós mantivermos a questão do imposto sindical; quer do lado do trabalhador, quer do lado empresarial. Vão acabar os sindicatos? Acabem, isso é efeito não causa. Agora, o que não pode ter é esse corporativismo, é na minha visão.

Essas inquietações, que eu acabo de colocar aqui e que estão muito associadas, há um ponto final que nós gostaríamos de colocar, que nós não poderíamos ser flexíveis, nós não poderíamos ser realmente competitivos se nós não revermos de uma forma muito profunda a questão de uma visão estratégica das relações do trabalho. Se nós não assim fizermos, nós estaremos simplesmente protelando um problema, que mais tarde teremos que responder de uma forma mais profunda. Porque associado a tudo isso, estão os encargos, por exemplo, dos trabalhadores que a cada dia que passa alguém que ganha cem representa para nós duzentos e vinte.

Esta falta de cintura, essa flexibilidade nós temos que encontrar. Vamos acabar com os direitos sociais adquiridos pelo trabalhador, não, não é esse o aspecto, em momento algum eu colocaria isso, mas encontrarmos uma flexibilidade a nível de empresa, que eu estou plenamente de acordo, como fazer isso eu não sei, porque de um lado outro os sindicalistas, com todo respeito as centrais únicas falo muito em liberdade sindical, falo muito nos contratos coletivos, mas não querem negociar a nível de empresa, querem negociar a nível de categoria. Esse é um problema que eu me deparo ao longo dos anos de 1978.

Finalmente, eu acho que o Bóris abordou o ponto fundamental. O ponto fundamental, que eu acredito que vai ser o desafio de todos nós. Todos nós, sem pieguismo se somos ou não sensíveis aos problemas sociais, será o desemprego de uma sociedade justa, de uma sociedade equilibrada, de oferecer a condição ao homem a oportunidade de um trabalho com dignidade.

Porque nós temos que oferecer a sociedade, tem que oferecer um trabalho com dignidade e quando nós falamos muito em reengenharia, muito em ser competitivos, mas quando nós colocamos o homem na rua e não damos condições a ele de um trabalho digno, eu sei que a sociedade talvez esteja pagando um preço muito alto e provavelmente todos nós vamos ter que responder por isso mais tarde. Essas são as minhas contribuições. Muito obrigado.

(...) Obrigado Paulo . Passo a palavra agora para o Sr. Wilson Fava, representante da força sindical. Pode falar em pé ou sentado Sr. Wilson.

Wilson Fava: Eu vou falar aqui de pé mesmo, porque eu fiquei sentado até agora. Eu acredito que dos expositores, nós tivemos alguns problemas aqui centrais, que o Professor Pastore, com muita competência e objetividade colocou direto a questão de relação capital - trabalho, caminhando para a necessidade de um contrato coletivo, eu estou absolutamente de acordo.

Eu queria dizer que o contrato coletivo, não é um problema dos empresários, não é um problema ou reivindicação dos trabalhadores, é uma problema dos dois lados e com maturidade nós devemos enfrentar.

Eu notei do Bóris Tabacov, com a questão muito forte, colocaram o contrato coletivo de trabalho, automaticamente vai colocar na berlinda aquelas categorias de sindicatos mais fortes, com capacidade de negociação. Aquelas outras categorias perdidas no Brasil, quem é que vai garantir um poder de negociação, poder de barganha, é uma questão muito forte.

Eu acredito que nesse aspecto, nós devemos entender que a proposta de mudança das relações capital-trabalho no Brasil, pressupõe

a existência de um Estado com poder de interferência, de garantia desses setores mais atrasados no seu processo de organização.

O Sérgio colocou de forma muito rápida temas importantíssimos, que eu acho que a gente deveria ter dado para ele no mínimo duas horas para poder se planar melhor.

A minha observação, e como eu tinha me organizado aqui é o seguinte, nós colocamos como tema as relações de trabalho, eu acho então, que a gente tem que incorporar uma necessidade forte. Eu não tive a oportunidade de estar na parte da manhã, onde se discutiu questões mais estratégicas e político industrial.

Eu acredito que para discutir em profundidade a relação capital-trabalho, primeiro a gente tem que ter um balizador. Qual é a política industrial, qual é o processo de desenvolvimento onde vai estar embutido a questão de relação capital-trabalho.

Eu percebi aqui de várias pessoas, nessa parte da tarde, o início das alocações ou a frase de que é preciso definir para onde nós vamos, em termos de política industrial, é necessário discutir a política industrial.

Eu quero entender que quando as pessoas falaram e afirmaram dessa maneira a necessidade de discutir política industrial, é porque nós estamos no Brasil caminhando sem uma definição de política industrial, sem uma definição onde estejam sentados na mesma mesa, os trabalhadores, os empresários e o Governo.

Se nós não definirmos um quadro geral, como nós queremos industrializar esse país, para que industrializar, que objetivo de forma democrática, com a presença de todos os setores, não dá para discutir e levar adiante em profundidade esse termo específico relação capital-trabalho. Então, são duas coisas que tem que acontecer uma influenciando a outra. Eu queria colocar aqui que há hoje na sociedade brasileira, a questão do contrato coletivo de trabalho, a questão da relação capital-trabalho, elas têm que ser entendidas como resultante de duas vertentes.

A primeira vertente forte é que nós estamos em um processo de democratização da sociedade brasileira. Alguém pode dizer que já terminou esse processo, já elegeram o Presidente da República.

Eu entendo que esse processo de democratização, ele ainda está em curso, tanto que se discuti a reformulação da Constituição que esperávamos que fosse feito. Alguns meses atrás e não foi, e deve entrar na ordem do dia a curto prazo, questão de meses, dois ou três meses.

A relação capital-trabalho deve ser entendida, também, sob resultante de outra vertente, que é o processo de abertura da economia brasileira e dos novos condicionantes da competitividade a nível internacional. Essas duas questões são da ordem do dia, as empresas estão se reestruturando, as empresas estão modificando a forma de produzir, e isso tem ressonância no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo o trabalhador ele está sentindo, ele está percebendo que ele tem novos espaços de participação. Como toda a sociedade está percebendo esse novo espaço de participação.

Então, nós temos que entender essas duas vertentes, como a base da discussão de uma saída, de uma forma operativa da relação capital-trabalho.

A reformulação do texto opcional da relação capital-trabalho, se nós vamos jogar no lixo ou aposentar um montão de questões da CLT, isso nós vamos ver e vamos medir força, nós vamos medir a capacidade de influência de cada um dos setores, no processo que deve se iniciar com o novo Governo.

Quando você falou, desculpa por eu tratar como você, quando você falou que a gente tem que esperar, o quê que o Fernando Henrique entende sobre o contrato coletivo e essa reformulação, eu que a gente não tem que esperar de braços cruzados, a gente tem que se organizar ir lá para mostrar que nós trabalhadores tem uma visão, e para vocês empresários tem outra. E é nesse processo de discussão que nós vamos tentar dar o perfil de como é que nós queremos que seja a relação de capital-trabalho aqui no Brasil.

Ele foi eleito e nem por isso ele vai tomar todas as decisões em nome dos nossos interesses. Agora tem uma pequena armadilha nesse jogo todo, eu digo armadilha em termos mais aposterióticos.

Nós da força sindical temos e elaboramos o projeto Brasil, tínhamos propostas concretas para a revisão constitucional e não aconteceu, porque de certa maneira essa classe política que estava aí,

esse atual Congresso se interessou por outras questões e não colocou na ordem do dia, a revisão constitucional.

Nós tivemos agora, nesse meio do ano, a implantação do Plano Real e nós estamos constatando que o Plano Real, primeiro, ele foi implantado, porque a sociedade exigia o fim da inflação.

Para um país se desenvolver tinha que haver um término do processo inflacionário, eu não sei se foi predestinado, essa equipe econômica que estava aí, de qualquer maneira a sociedade estava cobrando uma medida forte do Governo. Foi implantado esse Plano Real, e nós percebemos que a equipe econômica, que de certa maneira vai ter continuidade no governo, a partir do dia primeiro de janeiro, organizar o Plano Real e está decidida a manter esse Plano Real.

Nós vimos a medida forte, em relação a indústria automotiva, nós percebemos que muitas vezes até o destempero verbal do atual Ministro, mas uma vontade de manter através de medidas fortes o Plano Real.

Agora o Plano Real, não se mantém só com o destempero verbal de um ou de outro Ministro, ele vai ter que estar acompanhado de outras medidas de reforma do sistema fiscal, de reforma tributária, de reforma do sistema previdenciário e de reforma, também, das relações de capital-trabalho.

Só que essa reforma não vai vir de proposta ou pressão da sociedade civil para os Deputados legislarem e mudarem, fazerem essa reforma, ela vai vir por pressão para manter o Plano Real.

É um fato consumado, o Plano já está aí, tem que se manter. Nós defendemos que esse Plano, controle da inflação, ele tem que continuar e nós temos que ter como perspectiva de país, um país onde haja estabilidade econômica. Caso contrário, não existe possibilidade de desenvolvimento, não existe possibilidade sequer de equacionar o que o Sérgio falou, que é o grave problema do emprego ou do desemprego.

Então, as medidas de manutenção desse Plano Real, elas vão vir e vão atravessar o que nós não conseguimos no final do Governo, que foi a revisão constitucional, e a revisão vai ser em princípio para manter o Plano Real, mas em realidade para colocar na ordem do dia, várias reformas que a sociedade brasileira estava necessitando. Essas reformas elas são consequência direta, continuidade do que eu chamei da vertente de democratização da sociedade brasileira.

A reforma fiscal e tributária é para democratizar a sociedade, para que todos parem se possível que cada um pague menos, é para acabar com a desigualdade.

Então, eu acredito que nós ao quisermos colocar a questão da discussão, novas relações capital-trabalho, a gente tem que entender que esta discussão tem que estar junto, com a discussão de grandes questões da sociedade brasileira. E essa, também, não vai escapar, vai estar na ordem do dia, mas não vai ser a única. Obrigado.

Obrigado Sr. Wilson Fava, tenho o prazer de passar a palavra agora para o Sr. Rui de Quadros Carvalho, professor da UNICAMP.

Rui de Quadros Carvalho: Eu gostaria de agradecer ao IPEA e à FIESP a oportunidade de estar nesse debate. Vou tentar ser breve, tendo em vista que eu não teria muito a acrescentar aos pontos que já foram levantados até aqui.

Apenas, que na minha opinião poderia ser um gancho, com os debates que precederam estes, particularmente a discussão que se teve na primeira sessão da tarde, sobre política tecnológica, eu gostaria de chamar a atenção para um ponto que na minha atividade, na minha experiência de pesquisador, me parece central quando a gente fala de trabalho e emprego nas condições de hoje.

Um ponto, que foi levantado pelos expositores na sessão sobre tecnologia, um ponto de consenso. Me parece, é o de que as possibilidades, de uma integração competitiva, mas interessante, mas produtiva para a economia brasileira no futuro, dependem em grande medida do desenvolvimento da capacitação tecnológica da indústria e é exatamente sobre esse ponto, que eu gostaria de levantar, gostaria de colocar algumas questões.

Com justa razão, me parece que os ganhos de produtividade, que auferiu a indústria brasileira nos últimos anos, tem sido bastante recomendados, explorados sobre tudo na mídia.

Em grande medida, o que tem se colocado, o que tem sido explorado é de que este é o caminho que nós devemos seguir em direção da ampliação, da competitividade da indústria, o que não é absolutamente incorreto.



Agora, ganhos de produtividade são entendidos no contexto em que geralmente esse debate tem citado, em termos de, estritamente, de diminuição do custo unitário do trabalho, seja ele através do aumento do produto em relação ao emprego, ou seja ele através da diminuição do custo da força de trabalho propriamente, e em parte uma (...)

Final do lado B

# **FÓRUM BRASIL: 1995**

## **Política Industrial e Tecnologia**

**Fita nº 6**

**31 de outubro de 1994**

### **LADO A**

Professor Rui Quadros de Carvalho: ...redução dos encargos sociais e diminuição do custo da força de trabalho tem a ver com esta questão da redução de custos. O ponto que eu gostaria de colocar que, na minha opinião, faz a ponte com a discussão da primeira sessão, é de que, olhar o trabalho como um custo, é apenas uma parte da questão. A literatura econômica, sobretudo a literatura que mais recentemente tem-se voltado a estudar as experiências dos países mais fortes neste processo de inovação, tem mostrado que a participação do trabalho, a participação dos recursos humanos, na atividade inovativa e na atividade de acumulação, de tecnologia, de conhecimento, tem um papel fundamental. Deste ponto de vista, a formulação que me parece mais correta, em função desta experiência, é de que, além de ser um custo, efetivamente é, o trabalho e os recursos humanos também são uma fonte de recursos, de inovação, de criatividade, assim por diante.

Deste ponto de vista, a gente poderia dizer que uma excessiva ênfase no aspecto custo do trabalho pode ser contraproducente, no que se diz respeito ao desenvolvimento de relações de trabalho, que favoreçam a participação dos recursos humanos em processo de desenvolvimento e aquisição de capacitação tecnológica ao nível das empresas. Então, me parece que este é um ponto fundamental. Eu acho que não seria o caso de entrar em detalhes, ou com exemplos em profusão, e respeito de como o processo de captação tecnológica. Por exemplo, fala-se muito no Japão, mas o Japão apresentou, ele inovou em matéria de relações capital-trabalho exatamente pelo fato de que a participação dos trabalhadores, da mão-de-obra, na indústria japonesa, no chamado processo de engenharia reversa, no processo de aquisição

de tecnologia, foi fundamental. E, para que isto ocorresse, e para que isto ocorra em outras economias, em que os recursos humanos estão intensamente integrados no processo de acumulação de tecnologia ou de desenvolvimento tecnológico, há uma série de requisitos relacionados à política de recursos humanos, pública e privada, e que são fundamentais. Alguns desses requisitos, que me parecem que são importantes, alguns já foram levantados, aqui. Vale a pena lembrar uma engenharia forte, empresas investindo em engenharia, e um investimento da sociedade no fortalecimento de sua engenharia, a participação de engenheiros, ao nível do chão e fábrica, uma participação maior de engenheiros na estrutura da força de trabalho, a horizontalização das organizações, no sentido de se diminuir o *gap* entre processo técnico e processo de trabalho. A base educacional, que foi lembrada aqui, por diversas vezes, a própria política de gestão privada do trabalho é elemento fundamental nesse processo. Isto tudo me leva a propor como uma conclusão para esta sessão, no fim da tarde, a seguinte questão: não será um ponto fundamental da política industrial, da política e desenvolvimento no País, hoje, repensar algumas dessas questões que são apresentadas como condicionantes sociais e, muitas vezes, de maneira separada? Relações do trabalho de um lado, educação para outro e assim por diante? Da forma que alguns países já têm colocado, em termos de uma Política Nacional de Recursos Humanos, uma política de recursos humanos pensada como uma política pública de recursos humanos e uma política privada de recursos humanos?

*Esse approach* implicaria um tratamento integrado da política educacional, das políticas públicas e privadas de treinamento profissional, das políticas de regulação do mercado de trabalho -e, aí, eu acho que a questão da contratação coletiva se colocaria - das políticas privadas de gestão do trabalho, que têm um papel fundamental, das políticas de emprego. Essa forma integrada de tratar a gestão de recursos humanos me parece que seria a mais adequada, se a gente parte do princípio de que estamos caminhando em direção a um paradigma de que a geração a apropriação de conhecimento tecnológico é a chave para a apropriação de riquezas, e que, portanto, dentro deste processo, considerando que a participação dos empregados, a participação dos

recursos humanos são a chave neste processo, a gente pode concluir que a idéia de que o insumo estratégico, chave, na economia moderna, são os recursos humanos.

Esse tratamento dessas questões, das chamadas sociais, como um insumo econômico, daí a idéia de recursos humanos, não é novidade e tem sido recuperada e incentivada em várias economias, seja dos países mais industrializados, seja dos países de industrialização recente. Isto me parece uma saída, um passo, no sentido de integrar esta discussão do trabalho de uma maneira que supere uma percepção, um entendimento, em que se coloca a questão do trabalho como uma questão de custo, de redução de custos, que não é irrelevante, muito pelo contrário, é muito importante eu acho que todos os ganhos, isso já foi mencionado, aqui, de manhã, pelo Professor Bonelli, com justa razão, na minha opinião. Mas, eu acho que isto coloca uma perspectiva, um caminho com mais perspectivas, a longo prazo, se se considera que a capacitação tecnológica da indústria é um objetivo a ser alcançado. É isso.

Coordenador: Muito obrigado, professor Rui Quadros de Carvalho. Antes de dar por encerrado este terceiro painel, eu consulto se alguns dos senhores deseja fazer alguma pergunta aos expositores e aos debatedores. Se ninguém quer usar da palavra, eu quero agradecer a participação e todos os expositores, dos debatedores e a honra de ter coordenado este painel. Muito obrigado e eu convido a todos para permanecerem para a sessão de encerramento deste Fórum.

## Sessão de Encerramento

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Eu tenho a honra e presidir esta sessão final de encerramento e eu quero, antes de mais nada, agradecer enormemente à FIESP por esta oportunidade que nos deu, de estarmos, aqui, juntos, para debater um tema que é bastante tabú e que nós aprendemos - esta foi uma contribuição importante da CEPAL, que, em geral, ninguém pode falar do tema, antes da estabilização. Quando a estabilização avança, o tema começa a ser considerado como um tema normal. Eu acho que se é assim, nós temos que comemorar o dia de hoje como um dia, simbolicamente importante, talvez como um início de um esforço comum, de uma política consertada e articulada sobre o nosso País.

Eu acho que todos nós estamos convencidos e que esta crise de 15 anos foi uma crise que fragmentou todas as políticas, que implodiu as políticas setoriais do País e que deixou todo mundo órfão - tecnologias órfã, política industrial órfã, a educação órfão. Nada ficou de pé durante este período e, na verdade, cada setor tratou de chorar suas mágoas e viver na orfandade. Nós sentimos, hoje, aqui, que estes temas estão muito ligados e que tudo se conectar com tudo. Aqui mesmo, hoje, discutimos ciência e tecnologia, educação, a legislação trabalhista, enfim, tantas coisas que, evidentemente, a política industrial. Nós começamos a sentir que, como eu constumo dizer, assim na brincadeira, temos que encontrar um grude qualquer, aí, para juntar os pedaços e foi isso que nós fizemos, hoje. Acho que foi o início, mas eu gostaria, antes de mais nada, de passar a palavra ao Roberto, ao Rui, para que dessem as suas impressões sobre o nosso encontro, criticamente, também, porque eu acho que o nosso papel é o papel um pouco que o IPEA teve historicamente, sempre. É um órgão neutro, uma espécie de curinga, que ouve muito, que se comunica muito bem com a sociedade e que serve, um pouco, como mediador para os órgãos de Governo. Um mediador técnico, isso é importante, é uma instituição suprapartidária, que não tem conexões políticas mais diretas, a não ser esta de realmente tratar de ajudar o Governo a governar, mas eu acho que, enfim, a crise nos abateu, também profundamente, mas eu acho que nestes 30 anos nós tivemos ganhos institucionais importantes, que nos permitem, até,

propondo à FIESP esta reunião. Deste ponto de vista, não podia haver comemoração melhor do que a que nós tivemos hoje e a nossa disposição e estar atentos aos interesses do empresariado brasileiro, atentos a esse enorme patrimônio que foi construído, ao longo dos anos, que é, como foi dito várias vezes, um patrimônio importante, do ponto de vista do que deve ser preservado. O problema todo é saber como preservar essas coisas importantes e fundamentais para o País, o mercado interno que desapareceu um pouco do mapa. Eu acho que esta impressão fica, também, nesta reunião de hoje, e que, de fato, esta busca da competitividade, de abertura, até, digamos, de novidade da abertura traz também, digamos assim, uma espécie de subalternidade do mercado interno, que, pelo menos na minha visão, essa não é uma visão institucional, mas é minha, pessoal, que seria profundamente nefasta para o Brasil. Porque, afinal, se o Mercosul e o Merconorte passam a ser importantes, de que maneira poderíamos sustentar essa idéia de que o Mercado Comum Brasileiro não é importante? Nós vamos, inclusive, fazer uma reunião sobre economia regionalizada e pensa, também, e eu acho que todos esses subsídios aqui são importantes e a presença de vocês seria muito importante nesse Fórum - porque eu acho que, na verdade, a mudança do paradigma é um pouco esta mudança, de economias regionalizadas que estão emergindo e que vão, talvez, políticas industriais também regionalizadas. Foi dito isto aqui, hoje, a idéia dos pólos. De que maneira vocações, através de pólos muito voluntaristas, isso foi dito também, podem se beneficiar dessas políticas? Eu acho que o caminho é relativamente longo, mas eu tenho a sensação nítida de que nós estamos, efetivamente, saindo da crise, estamos começando a pensar alternativas, começando a fazer um inventário das nossas alternativas e eu acho que isto é uma grande conquista que nós tivemos, através de discussões como esta. Quando nós olhamos para trás, vemos que ficamos sem política, o Estado brasileiro está em suspenso, ele praticamente se desmantelou e o que ficou foi, realmente, a sociedade muito ativa e que nós sabemos que, no passado, tinha um poder mínimo, mas que começou a conversar. Então, o papel dos fóruns e das reuniões é um papel extremamente importante de estruturador de uma sociedade que não existia antes e de uma sociedade que, cada vez mais, vai falar muito forte e que vai, de certa

maneira, obrigar, efetivamente, o Estado que nós conhecemos de longa data como um Estado centralista, regulador, excessivamente regulador, um Estado imperial, a se curvar e olhar para baixo e, talvez, se curvar bastante, para poder ouvir a voz dos seus interlocutores, cada vez mais fortalecidos.

Eu gostaria, também, de passar a palavra, antes de ouvir o Rui, ao Nicolau, para que você pudesse nos dizer algumas coisas importantes sobre a visão empresarial nova, que eu acho que está emergindo neste País. O que fica, afinal, do modelo velho, o velho modelo de substituição de importações, corporativa etc, que o empresário era um ator subalterno do sistema político e ele era um ator econômico subalterno, espremido naquele famoso tripé, entre as empresas estatais e as empresas internacionais. Eu acho que a novidade da história é que nós queremos, a sociedade brasileira quer que o empresariado seja bisbilhoteiro, que ele se meta naquilo que ele, normalmente, não é chamado. Que ele fale de tudo. Que ele se meta na educação, na saúde, que ele pode ajudar, porque a crise é gerencial. Acho que esse consenso nós temos, também, que 70% dessa crise, no mínimo, é gerencial e que quem entende de gerenciamento, em geral, é empresário. Então, eu passaria a palavra, aqui, para que você pudesse nos dar uma palavra.

Bruno Silveira: Eu não sei em que qualidade a Aspásia quer que eu fale. Inclusive, eu estou mencionado, aí, como participante da Fundação Emílio Odebrecht. Eu liderei a Fundação Emílio Odebrecht até bem pouco tempo, mas, hoje, eu ocupo uma outra posição no Grupo Odebrecht. Continuo atuando através da Fundação, que é um órgão, uma espécie de um órgão não-governamental, que tem objetivos de interesses públicos e não corporativos.

Mas, eu me preparei muito para o final desta história para dar uma leitura, não uma conclusão, mas uma leitura do que fiz, que aprendi, hoje, aqui, neste encontro.

A primeira coisa que eu acho que aprendi, da leitura que eu fiz, é que, embora o tema seja política industrial, na realidade, a política industrial é algo que ainda depende de uma auscultação maior não só dos próprios empresários, mas, também, da Nação, como foi colocado pelo senhor, aqui, na sua proposta, num fórum mais amplo, em que

possase definir estas linhas. Mas a auscultação, a liderança, ainda, dos empresários, que dariam a sua posição a respeito os rumos de uma política industrial, superando o que Roberto, na primeira observação, superando as contradições internas do setor. Embora o título fosse política industrial, na realidade, o momento sugere que se concentre e é mais viável falar de uma política industrializante, que foi o que passou por aqui.

Nesta política industrializante, o que me chamou a atenção é que como todo empresário está acostumado a trabalhar, ele escolhe prioridades e pontos de concentração aonde trabalhar, aonde faça diferença, aonde é que eu centro o meu esforço para fazer diferença. Neste momento, também da minha leitura, não ousou dizer que foi uma conclusão, eu acho que duas coisas saíram, emergiram com muita clareza. Uma é a situação que eu chamaria do capital financeiro. Como transformar as finanças do País numa finança industrializante? Nisso está a questão tributária, e crédito, de juros, as questões de financiamento. Como transformar isso? Isso é um ponto focal fundamental. Eu chamaria isto de meta-síntese de uma reunião como essa, uma questão desse sentido. A outra meta-síntese foram metas que eu retiraria do que foi chamado, aqui, também, de fatores inibidores sistêmicos. Entre os fatores inibidores sistêmicos, o mais recorrente, o mais presente, foi a questão o fator humano, seja ele na questão das relações de trabalho, seja ele, principalmente, nas questões de educação, essa fundamental. A questão meta-síntese da educação é centrar na questão da educação e educação eu não estou falando de treinamento, não estou confundindo com treinamento, não estou confundindo com preparação de mão-de-obra para postos de serviços existentes. Não estou falando de SENAI, estou falando de educação básica. Não estou falando de universidade, não estou falando de tecnologia, estou falando de educação básica mesmo. E esta questão é uma questão fundamental e eu acho que é uma meta-síntese e, talvez, ela tenha um destinatário muito claro, que é a criança e o adolescente. Se se quisesse juntar, aí, as políticas de saúde, e justiça e de educação, nós teríamos uma questão de meta-síntese fundamental, que é a criança e o adolescente. Isto tem a ver com as questões iniciais que se colocou aqui. Quem pensar no futuro, terá que pensar em criança e adolescente neste País, no momento.



A primeira questão que se põe, diante de qualquer perspectiva, qualquer análise de futuro, é o que está acontecendo com as crianças e adolescentes, hoje, no País, em três níveis: sobrevivência, crescimento, dignidade e integridade, que tem a ver com a questão de saúde, na área de sobrevivência, desde planejamento familiar - eu amplio esta história, eu não estou falando de hospital não - , até as questões que passam pela educação de base, até as questões de justiça, que estão aí e que garantem a integridade e a dignidade dessas crianças.

Nestas duas metas-síntese, que foi o que aflorou, aí, eu acho que elas se desdobram nas questões institucionais que foram levantadas aqui, os fóruns que precisam ser prestigiados, as câmaras setoriais, as questões de um ministério forte, seja por estrutura ou por liderança, como foi colocado pela CEPAL. Um ministério pode ser forte por estrutura na medida em que se tem que a ele se delegar novas funções. Se politicamente for impossível, que se tenha uma liderança forte, que ele também resolve e foi muito bem trazida, muito bem lembrada pela CEPAL. Muitas vezes, a gente supera as questões estruturais por uma boa liderança. Foi colocado que a questão institucional é importante e esta questão dos fóruns fortalecidos, ministério forte e de articulação, a questão das articulações de políticas públicas das instituições próprias do empresariado com outras áreas de políticas públicas é fundamental. E, aí, eu pegaria uma carona no que disse a Aspásia de que o empresário deve ser até um pouco bisbilhoteiro, intrometido. Eu tenho a impressão que, por exemplo na questão de educação, o empresariado tem-se tornado, tem tido uma posição em que aceita que ele não é da área. Não, isto não é meu, eu apenas apóio, eu apenas digo que é importante etc e tal. Com isso eu acho que o empresariado assume uma posição, parece até uma armadilha, uma posição inibidora, que passa uma mensagem para o público e para a sociedade em geral e que o empresário só se incomoda com as coisas de seu interesse, que ele não se prepara, não é legítimo para atuar nas coisas dos outros. Está na armadilha corporativista este tipo de coisa, se o empresário não se envolver nas outras questões. Se envolver com legitimidade, não é dizendo que isso não é da minha área, eu vou chamar alguém, eu vou entregar ao fulano, ao beltrano. Não, uma questão como educação, tem um amigo meu que diz: questão de educação é tão séria, tão importante, que não pode ficar

na mão só de pedagogo e professor. Ela tem que ser uma questão de todos nós. Tem que ser uma questão da Nação. E é engraçadíssimo, porque isto vem, é recorrente em quase todos os encontros que eu tenho feito, ultimamente, e que participo. A questão da educação aflora, mas aflora com afirmações enfáticas, emocionadas, as só fica na afirmação, não se desdobra em nenhum compromisso. Eu acho que esta palavra é muito importante. Embora uma política tenha metas e tenha objetivos, é importante, também, que ela tenha alguns compromissos, entre eles, o compromisso da educação, do emprego. O emprego pode não ser uma meta de uma política tecnológica, de uma política industrial, do empresariado, mas tem que ser um compromisso. Tem que ser um compromisso social, em compromisso político, como é o da educação. É um compromisso que extrapola as questões corporativas, mas é um compromisso, sob pena de permanecer corporativo, de permanecer atrasado. Permanecer atrasado, hoje nós vimos aqui o quanto foram mencionados por Mônaco e vimos mesmos a participação dos representantes, ainda que de assessoria técnica dos trabalhadores, como já o corporativismo dos sindicalistas, que era uma questão doentia, era um sintoma, inclusive, nesse País, como ele está sendo superado, como a classe trabalhadora consegue se situar em várias questões de caráter público. Então, a contribuição que eu poderia dar era a minha leitura que eu fiz dos fatos. Mas, não quero jamais que isto seja entendido como uma ousadia de tentar fazer conclusões.

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Muito obrigada, Bruno Silveira. Eu passo a palavra ao Roberto Nicolau Gea.

Roberto: Em primeiro lugar, eu queria agradecer à Dr<sup>a</sup> Aspásia, pela oportunidade que o IPEA deu à FIESP e ao Instituto Roberto Simonsen de co-participar deste seminário sobre política industrial, ao mesmo tempo, cumprimentar o IPEA pelos relevantes serviços que tem prestado à Nação.

Nós do grupo permanente de política industrial da FIESP, vários companheiros que estão aqui, sentimos especialmente gratificados em poder ter participado desse seminário, no momento em que nós estamos,

inclusive, terminando um trabalho sobre diretrizes de política industrial e o oferecendo à sociedade.

Hoje, eu diria que o debate foi muito rico. Nós conversamos basicamente sobre tudo. Na parte da manhã, falamos mais sobre a competitividade sistêmica, dos obstáculos que nós temos que afastar para que o industrial brasileiro seja competitivo, na questão da reforma tributária, da reforma fiscal, na questão do câmbio, na questão, vamos dizer, da infra-estrutura, que nós estamos com uma infra-estrutura particularmente desarticulada, ou seja, o Estado brasileiro se desarticulou nos últimos 15 anos e, como contrapartida, a infra-estrutura também se desarticulou. Hoje, nós sabemos que o antigo modelo de substituição e importações está superada, temos que partir para um modelo de competição, de integração competitiva e cabe, nesse momento, ao empresário se articular melhor com os organismos do Estado, se articular melhor com a sociedade e, principalmente, no momento em que adquirir a sua competitividade, que seja uma competitividade com equidade social, como falou o Sérgio. Não é mais possível o Brasil, o nosso País, permitir tantas distorções, tantas diferenças. É preciso recuperar uma grande parte da população brasileira para o consumo, para a cidadania. É preciso recuperar o nosso mercado interno. Como é que nós vamos falar de integração no mundo, se nós mal e mal estamos atendendo às necessidades dos brasileiros. Nesse particular, eu entendo que, basicamente, nós temos que investir e isso é um consenso, pesadamente, em educação. Como falou o Professor Bruno, não estamos falando em engenharia, em educação básica. Nós temos que preparar o brasileiro para ser um agente de desenvolvimento, para ser um cidadão. Não tenho dúvida que nós vamos conseguir fazer isso.

Segundo aspecto que me ficou claro como lição desse seminário: como transformar essa grande poupança especulativa, essa grande poupança financeira em poupança industrial, ou seja, como alavancar, novamente, a questão da infra-estrutura, a questão dos investimentos, da competitividade, transformando um recurso que até hoje só foi especulativo num recurso que passa a ser produtivo. Esse é o grande desafio da sociedade brasileira e tenho certeza que os empresários brasileiros vão saber vencê-lo. Muito obrigado, era o que eu tinha de falar e passo para o Rui.

Rui: O Instituto Roberto Simonsen sente-se profundamente orgulhoso de ter participado e apoiado esta iniciativa do IPEA, tão bem presidida e liderado pela Professora Aspásia Camargo, e inserir-se no contexto da discussão deste grande tema que é a política industrial. Eu acho que a primeira grande conclusão dessas várias horas de trabalho que passamos, de forma bastante produtiva, hoje, é de que a política industrial não deve constar da chamada folha em branco e, sim, deve constar, sim, deve ter diretrizes explicitadas, antecedidas de discussões como estas que fizemos hoje e, evidentemente, a política industrial deve constar do planejamento do Estado, obrigatório para o setor público, indicativo para o setor privado, mas com regras muito claras e que, efetivamente, permitam e possibilitem o crescimento dentro da estabilidade.

Segunda grande conclusão, é tão óbvia como mencionou a Professora Aspásia Camargo, é que se nós estamos discutindo política industrial, é que, finalmente, nós nos deparamos num processo de estabilidade, princípio de uma estabilidade, e, conseqüentemente, na perspectiva de um crescimento.

A terceira conclusão, lembro aqui a figura que fez o nosso companheiro Paulo Cunha, de que no programa do Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, deve, agora, ser inserido, no seu Programa de Governo, o sexto dedo, que é, exatamente, as regras de uma política industrial. São prioritárias para o desenvolvimento do nosso País. E eu lembro que no programa do candidato, embora não explicitamente inserido nos cinco dedos, há todo um capítulo dedicado à política industrial. Eu até sugeriria, também, que não apenas o GPPI, o Instituto, mais o IPEA, que nós discutamos numa reunião com o grupo, com a equipe de transição, a equipe do Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, todo o seu capítulo de política industrial, para que possamos cotejar com as idéias que o IPEA desenvolveu em trabalhos anteriores e que o Grupo Permanente e Política Industrial, das nossas entidades as têm, também.

E, finalmente, eu gostaria, também, de explicitar a postura explícita do empresariado industrial de São Paulo, no sentido de participar de forma pró-ativa das discussões dos grandes temas

nacionais. Foi a época, isto é passado, que o empresário se colocava numa postura reativa. A nossa postura, pelo menos aqui nestas entidades que têm a responsabilidade de defender, de sustentar, de discutir os grandes temas que interessem ao setor industrial de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil, a nossa postura é pró-ativa. Nós somos, para usar a expressão da professora Aspásia, bibliotecários mesmo, nós queremos participar, queremos nos inserir nessa discussão, mesmo porque empresários somos circunstancialmente, mas, cidadãos somos acima de tudo e sempre na condição de exercício de direitos e obrigações, cidadãos somos permanentemente.

Finalmente, uma última informação é que como bibliotecários na área da educação, nós temos, realmente, desenvolvido um forte trabalho na área, não apenas do ensino de 1º e 2º graus, na alfabetização, através do Serviço Social da Indústria de São Paulo, que, este ano, graças à política desenvolvida pelo Carlos Eduardo Moreira Ferreira, nós temos a satisfação de ao final do ano, que se está aproximando, de terem passado pelas escolas do Serviço Social da Indústria, 175 mil alunos, e, pela Escola de Formação Profissional, pelas 67 escolas de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo 850 mil alunos. De modo que este acervo é uma obrigação social do empresário, de não apenas contribuir, mas de ajudar a desenvolver e administrar este acervo fantástico que são as escolas do SESI e do SENAI. Mais adiante, provavelmente já no começo do ano que vem estará no ar, talvez o mais revolucionário processo de ensino supletivo para o 1º e 2º graus, que é um projeto desenvolvido pela Federação Centro das Indústrias de São Paulo, o SESI e SENAI, juntamente com a Fundação Roberto Marinho, e, através destes vídeos, estaremos levando as casas de todos os brasileiros o ensino supletivo do 1º e 2º graus. É uma obrigação, nós entendemos, entende o Carlos Eduardo, entendemos nós, do empresário industrial.

Finalizando, em nome do Carlos Eduardo Moreira Ferreira que queria vir aqui, mas está preso lá com a nossa reunião plenária, ele pede para realmente cumprimentar a Aspásia, a toda a sua equipe do IPEA e, ao mesmo tempo, informá-la e que GPPI, Instituto Roberto Simonsen, o SESI e o SENAI estão abertos a colaborar com o Instituto todas as vezes que você nos solicitar. Os trabalhos que o IPEA tem realizado,

como bem lembrou o Roberto Nicolau são da mais alta importância. Dentro desta postura pró-ativa que o IPEA tem nós nos identificamos também. Disponha sempre da gente e cumprimentos renovados por este e por outros trabalhos que você tem realizado.

Dr<sup>a</sup> Aspásia: Muito obrigada por tudo, mais uma vez. Não tenho como agradecer essa honra e o privilégio de ter estado aqui com a minha equipe, aprendendo muito, ouvindo muito participando deste processo, que eu acho que é um processo realmente importante, de renovação do Brasil. Muito obrigada.

Final do Fórum